



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA



JULIANA FERREIRA CAMPOS LEITE

**ENTRE A SUÁSTICA E O SIGMA: O NAZISMO E O INTEGRALISMO EM
PERNAMBUCO (1938-1945)**

Recife – PE

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JULIANA FERREIRA CAMPOS LEITE

**ENTRE A SUÁSTICA E O SIGMA: O NAZISMO E O INTEGRALISMO EM
PERNAMBUCO (1938-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Dra. Giselda Brito Silva.

Recife – PE

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

L533e Leite, Juliana Ferreira Campos
Entre a suástica e o sigma: o nazismo e o integralismo em Pernambuco (1938-1945) / Juliana Ferreira Campos Leite. – 2017.
130 f.: il.

Orientadora: Giselda Brito Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, BR-PE, 2017.
Inclui referências.

1. Nazismo - Pernambuco 2. Integralismo - Pernambuco
3. Pernambuco – História, 1938-1945 I. Silva, Giselda Brito, orient.
II. Título

CDD 981.34



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ENTRE A SUÁSTICA E O SIGMA: O NAZISMO E O INTEGRALISMO EM
PERNAMBUCO (1938-1945)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

JULIANA FERREIRA CAMPOS LEITE

APROVADA EM 30/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Giselda Brito Silva
Orientador – Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr. Carlos André da Silva Moura
Universidade de Pernambuco – UPE/Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof. Dr. Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão
Universidade de Pernambuco – UPE

Prof. Dr. Igor Lapsky da Costa Francisco
Universidade de Pernambuco – UPE

Agradecimentos

A elaboração dos agradecimentos é uma ocasião realmente especial no processo de conclusão da dissertação, já que precisamos rememorar todo o percurso que nos trouxe a esse momento. Passa um filme na cabeça. Foram dois anos bastante intensos. Disciplinas, pesquisa, congressos, estágio docência, além da danada da escrita. Tanta gente incrível participou desse processo nesses dois anos. Uns com mais intensidade, outros menos. Mas, cada um com sua contribuição.

Com todo amor que carrego em mim, gostaria de agradecer à minha família: minha mãe Maria das Graças, minha protetora, meu anjo da guarda, minha maior incentivadora; meu pai Armando, apoiador incondicional; minha irmã Simone, sempre presente iluminando meus caminhos; meus sobrinhos e afilhados Juan, Alana, Camila, Guilherme, Giovana e Davi que pelo simples fato de existirem encham minha vida de alegria; ao meu cunhado Marco Aurélio pelo carinho e cuidado de irmão. E a Silvío Júnior, por segurar minha mão nessa caminhada, muito obrigada.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Pernambuco e aos docentes da linha de Política, Instituições e Identidades; em especial ao professor Wellington Barbosa, que além da sua contribuição imensa em sala de aula, tornou-se um amigo querido.

Minha sincera e imensa gratidão à minha orientadora, Profa. Dra. Giselda Brito, pelo empenho, paciência e generosidade nesse processo tão árduo que é a construção de uma dissertação. Obrigada por me receber de braços abertos e por colaborar com meu crescimento acadêmico.

À banca composta pelos professores Dr. Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão, Dr. Carlos da Silva Moura e Dr. Igor Lapsky; gostaria de agradecer pela leitura atenta e as sempre pertinentes críticas ao texto, fundamentais para a finalização deste trabalho.

Aos meus amigos da História e da vida: Wheldson Marques e Tasso Brito; agradeço por cada palavra de apoio, por cada revisão do meu texto, cada crítica. Muito obrigada por estarem sempre presentes, me apoiando e me incentivando.

Às minhas queridas Rafaelle Custódia e Benvinda Mary, amigas que o mestrado me deu e que levo para minha vida. Obrigada pela amizade e dedicação, pela paciência e parceria. Como também ao meu colega de orientação Elton Flor, que tornou as manhãs de pesquisa no DOPS-PE mais leves e agradáveis, pelas conversas regadas a café e toda a colaboração e parceria durante todo o mestrado.

Rômulo Gonzales e Fred Pedrosa pelo carinho, atenção e torcida pelo meu sucesso. Aos demais amigos do PGH UFRPE 2015: Cícero Filgueira, Karina Farah, Leon Adan, Lenivaldo Oliveira, Geane Cavalcanti, Jorge Veloso, obrigada pelo acolhimento, pelas conversas, companheirismo. Sou muito grata por ter tido cada um de vocês comigo nessa jornada.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento para realização desta dissertação, através de uma bolsa de incentivo à pesquisa de mestrado.

Resumo

O nazismo esteve presente em vários países do mundo através das “filiais” do Partido Nazista alemão. No Brasil, estima-se que um total de dezessete estados abrigaram “filiais” e “sub-filiais” do partido durante o decorrer da década de 1930, incluindo Pernambuco. Paralelamente, surgia no país um movimento nacional político-partidário que se destacava pelo alinhamento teórico-metodológico com os fascismos europeus: a Ação Integralista Brasileira (AIB). Em Pernambuco, a documentação produzida pela extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE), assim como alguns jornais da época (*Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*), sugere uma significativa colaboração da AIB com as atividades do Partido Nazista, principalmente no que tange a questões relacionadas a propaganda e espionagem nazista no país durante a Segunda Guerra. Dessa forma, o presente trabalho buscou realizar uma análise das ações do Partido Nazista em Pernambuco, destacando a presença da AIB nesse processo, no período de 1938 a 1945. Por tal, analisamos ambos os movimentos e suas atuações no cenário político do Estado Novo e da Segunda Guerra, dentro de uma lógica autoritária e repressora possibilitada pelo estado de exceção vigente.

Palavras chave: Partido Nazista. Ação Integralista Brasileira. Pernambuco.

Abstract

Nazism occurred in several countries of the world through the “branches” of the German Nazi Party. In Brazil, it is estimated that a total of seventeen states housed Nazi party “affiliates” and “sub-affiliates” during the course of the 1930s, including Pernambuco. Simultaneously, a national political-partisan movement emerged in the country that stood out for the theoretical-methodological alignment with European fascisms: the Ação Integralista Brasileira (AIB). In Pernambuco, the documentation produced by Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE), as well as some newspapers of that time (*Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*), suggested a significant collaboration of the AIB with the activities of the Nazi Party, which deals with issues related to Nazi publicity and espionage in the country during World War II. Therefore, the present work carried out an analysis of the Nazi Party actions in Pernambuco, highlighting the presence of the AIB in this process from 1938 to 1945. As such, we analyzed both movements and their actions in the political scenario of the *Estado Novo* and the World War II, in an authoritarian and repressive logic that was possible by the current state of exception.

Keywords: Nazi Party. Ação Integralista Brasileira. Pernambuco.

Lista de siglas

ABWEHR – Serviço de Informações do Estado-Maior Alemão.

AIB – Ação Integralista Brasileira.

AO/NSDAP – Auslandsorganisation der NSDAP, Organização para o exterior do Partido Nacional-Socialista dos trabalhadores Alemães.

APEJE – Arquivo Público Jordão Emerenciano.

BSC – British Security Coordination – Coordenação Britânica de Segurança.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CTP – Companhia de Tecidos Paulista.

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social.

EUA – Estados Unidos da América.

FBI – Federal Bureau of Investigation.

FPS – Fundo Plínio Salgado.

GESTAPO – Geheime Staats-Polizei, Polícia secreta alemã.

LCT – Legião Cearense do Trabalho.

NSDAP – National-sozialistische Deutsch Arbeiter-Partei, Partido Nacional-Socialista dos trabalhadores Alemães.

SIS – Special Intelligence Service.

TSN – Tribunal de Segurança Nacional.

Lista de figuras

Figura 1: Foto dos fundadores do Partido Nazista de Pernambuco.

Figura 2: Capa da edição n. 82 do jornal Deutscher Klub Pernambuco.

Sumário

Introdução	11
1 – O Nazismo e o Integralismo no Brasil na década de 1930	18
1.1 – Partido Nazista no Brasil.....	20
1.1.1 – Partido Nazista em Pernambuco.....	22
1.2 – A Ação Integralista Brasileira (AIB).....	28
1.2.1 – A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco.....	31
1.3 – Outro conveniente: o perigo alemão e a quinta-coluna no Brasil.....	35
1.3.1 – A imprensa e construção do inimigo.....	39
2 – A Propaganda nazista e os integralistas na Segunda Grande Guerra	45
2.1 – A Segunda Guerra e a circulação das ideias nazistas no Brasil e em Pernambuco.....	46
2.1.1 – A imprensa nacional (não integralista).....	48
2.1.2 – As instituições e imprensa germânicas.....	54
2.2 – A relação entre a AIB e a propaganda nazista no Brasil.....	65
2.2.1 – A imprensa integralista.....	69
3 – Entre ações e desarticulações: as atividades de espionagem nazista em Pernambuco durante a Segunda Guerra	76
3.1 – Batalha do Atlântico: a cidade do Recife na rota da espionagem alemã.....	78
3.1.1 – A espionagem nazista em Pernambuco.....	85
3.2. – A contraespionagem e a desarticulação das redes de informação nazistas.....	96
3.2.1 – A contraespionagem Aliada: Estados Unidos e Inglaterra.....	97
3.2.2 – Controle e repressão dos nazistas e integralistas: DOPS e o Tribunal de Segurança Nacional.....	99
3.3 – O pós-guerra.....	111
Considerações Finais	114
Instituições e fontes pesquisadas	120
Referências	122

Introdução

As primeiras décadas do século XX anunciavam a ascensão de organizações políticas de pretensões totalitárias. A crise do liberalismo e o crescimento de uma esquerda revolucionária pós Primeira Guerra serviram como motor propulsor nesse sentido, já que foram fenômenos representativos da construção de uma polarização política, que os colocava em uma dimensão antagônica. Dessa forma, o crescimento da extrema-direita foi, entre outras questões, uma resposta ao cenário que estava se configurando através de paradigmas há muito considerados falidos (liberalismo) e doutrinas em franca ascensão (socialismo/comunismo e outras diretrizes de esquerda).

Considerado, de acordo com Robert Paxton, a maior inovação política do século XX, o fascismo esteve presente em vários países.¹ Regimes de governo, movimentos partidários e correntes políticas emergiram pelos cinco continentes sob o signo do fascismo. Para Helgio Trindade, a influência das ideologias europeias sobre as elites políticas e intelectuais e a presença de grandes núcleos de imigrantes alemães e italianos tiveram uma significativa contribuição para o surgimento de manifestações políticas de tendência fascista na América Latina.² No Brasil, temos como sua principal representante a Ação Integralista Brasileira (AIB). Fenômeno de massa de dimensão nacional, a AIB não se instaurou enquanto regime político, mas teve importante participação no cenário político brasileiro na década de 1930.

No mesmo período, foram fundadas diversas filiais do Partido Nazista no país. Segundo Ana Maria Dietrich, o Partido Nazista esteve presente em 83 países do mundo, sendo o Brasil o país com maior número de partidários fora da Alemanha.³ Durante o período de dez anos, o Partido Nazista atuou em dezessete estados brasileiros, somando um total de 2.900 integrantes. A região onde o partido teve maior representação foi a que corresponde ao Sul e Sudeste, dentre outras questões, devido à significativa comunidade de imigrantes alemães dessas localidades. Enquanto que no Centro-oeste, Norte e Nordeste essa representatividade era bem menor. No Nordeste em particular, Pernambuco e Bahia foram os estados que tiveram maior representação do partido, com 43 e 39 membros, respectivamente.⁴ Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Nordeste despontou como região de singular importância estratégica na Batalha do

¹ PAXTON, O Robert. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 13.

² TRINDADE, Hélgio. **A tentação fascista**: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 35.

³ DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?** O Partido Nazista no Brasil. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 119.

⁴ Ibidem, p. 135.

Atlântico, tornando o Estado de Pernambuco um local de intensa atuação de atividade nazista no país.

Contemporâneos, o Integralismo e Nazismo possuíam diversas semelhanças. Desde os recursos estratégicos, como a utilização de símbolos, ritos e saudações, produção de desfiles imponentes e a busca pela promoção dos sentimentos de coletividade, uniformidade e padronização entre os militantes.⁵ Compartilhavam ainda as posições políticas antiliberais, anticomunistas, antisemitas, autoritárias e a defesa de um Estado forte e centralizador. Tais semelhanças, assim como é bastante aparente nos dias de hoje, à luz da História, também o era no período em questão. A mídia brasileira, de maneira recorrente, fazia comparações e associações, fato que tornou os integralistas, com a aproximação da Segunda Grande Guerra, “herdeiros” naturais, ao lado da comunidade alemã residente no país, da luta a favor do Eixo.

Contudo, na pesquisa nos jornais e na própria historiografia, é possível perceber que não há uma homogeneidade no que tange à relação entre integralistas e nazistas em território nacional, nem entre seus membros e nem em relação a suas lideranças. A relação de aproximação e colaboração política entre ambos ocorreu em níveis bastante variados. Referente a Pernambuco, *locus* da pesquisa, buscamos realizar uma discussão em torno das atividades nazistas em Pernambuco durante o período que compreende o Estado Novo. Atividades essas realizadas através do apoio das sociedades e instituições teutas, empresas alemãs e nacionais simpatizantes do regime hitlerista, além de uma efetiva participação de certos membros do movimento nacional de direita: a Ação Integralista Brasileira.

Em relação à AIB, procuramos analisar como ela operava nessa rede urdida de tramas, conspirações, conflitos e colaborações quanto às atividades nazistas no estado. Logo, procuramos estabelecer uma discussão de forma a trazer uma contribuição para a historiografia, tanto no que se refere à atuação do nazismo em Pernambuco, como também à sua relação com o movimento integralista dentro da perspectiva dessas ações, pois tais discussões ainda carecem de pesquisa histórica no que se refere a Pernambuco.

A importância do movimento integralista na política brasileira da década de 1930, assim como o nazismo na Alemanha e no cenário internacional (incluindo o Brasil), pode ser demonstrada pela permanência de suas ideias através do tempo e pelos volumosos estudos sobre

⁵ OLIVEIRA, Flavio dos Santos. **Reflexões sobre o integralismo em Cachoeiro de Itapemirim**: contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

os temas.⁶ Procuramos, assim, transitar entre estudos considerados clássicos, publicados na década de 1970, como a tese de Hélio Trindade, considerada um trabalho precursor sobre o tema do Integralismo brasileiro. Trindade trouxe uma discussão sobre o movimento integralista enquanto doutrina de viés fascista, além de traçar um panorama político-social da AIB durante a década de 1930. Do mesmo período, temos a obra de Stanley Hilton, *Suástica sobre o Brasil*, que abordou a espionagem nazista no Brasil. Ambos os autores são referência sobre seus respectivos temas até os dias atuais.

Utilizamos também as discussões sobre nazismo e integralismo produzidas em teses, dissertações, artigos e livros por uma geração mais recente, que inclui autores como Gilberto Grassi Calil, Renato Alencar Dotta, João Fábio Bertonha, João Henrique Zanelatto, Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, Jefferson Rodrigues Barbosa, Rafael Atháides, Natália dos Reis, Giselda Brito Silva, Elynaldo Gonçalves Dantas, Karl Schurster, Ana Maria Dietrich, Priscila Perazzo, Susan Lewis, Tiago Weizenmann, Lana Maria Monteiro, Philonila Cordeiro, dentre outros.

A tese de doutorado de Giselda Brito, *A Lógica da suspeição contra a força do sigma: discursos e política na repressão aos alemães em Pernambuco*,⁷ nos auxiliou a compreender o panorama da trajetória política dos camisas-verdes⁸ no estado, ao discutir a atuação e a organização da Ação Integralista Brasileira de Pernambuco e a mudança do discurso oficial do governo em relação aos integralistas após a consolidação do Estado Novo, que passaram a ser categorizados como ameaça à segurança nacional. O trabalho de Giselda Brito serviu como base para uma melhor compreensão da AIB-PE, desde a sua formação com apoio da elite intelectual e dos estudantes de direito recifenses, e sua forte ligação com o catolicismo, passando pela estrutura hierárquica do partido e sua relação com as ações políticas do Estado.

No que tange aos mecanismos de organização, propaganda e da espionagem nazista e sua identificação com a Ação Integralista Brasileira, assim como as práticas de investigação, censura e repressão promovidas pelo governo brasileiro contra esses grupos durante a Segunda Guerra; destacamos as obras de Elizabeth Cancelli, Lana Monteiro, Priscila Perazzo, Susan Lewis e Maria Luiza Tucci Carneiro. No âmbito jurídico, os julgamentos do Tribunal de

⁶ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do Sigma ao Sigma** - entre a anta, a águia, o leão e o galo - a construção de memórias integralistas. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 9.

⁷ SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da suspeição contra a força do sigma**: discursos e política na repressão aos alemães em Pernambuco. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

⁸ Os integralistas ficaram conhecidos como camisas-verdes devido aos uniformes que utilizavam na cor verde oliva.

Segurança Nacional (TSN), recorreremos principalmente a *Repressão ao Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*, do autor Reynaldo Pompeu Campos. Tal obra nos possibilitou analisar como a justiça funcionou durante o período de exceção, fazendo-se compreender como se dava o processo jurídico de condenação ou absolvição dos crimes considerados contra a segurança nacional, o que incluía tanto o *Putsch Integralista* como as acusações de crimes de espionagem praticados durante a guerra.

Utilizamos como fontes documentais: materiais provenientes do arquivo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE) e jornais. A DOPS foi um órgão de controle e vigilância social no período do Estado Novo e tinha como funções: proceder a inquéritos sobre crimes de ordem política e social; exercer medidas de polícia preventiva; e controlar serviços cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social.⁹ Logo, a mesma era responsável pela investigação, censura e repressão. Já o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939 para substituir o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC. E tinha com função: “centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional, interna ou externa, servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas”¹⁰. Juntos, a DOPS e o DIP, possibilitavam uma ostensiva ação de coerção política e ideológica. Dessa forma, realizar a pesquisa no arquivo de documentos produzidos pela DOPS-PE significou ter acesso à maquinaria de um órgão que, no período estudado, tinha a função de atuar como braço repressor do Estado sobre indivíduos, grupos, empresas e instituições; enfim, no que fosse considerado potencialmente perigoso.¹¹ Era definido como potencialmente perigoso todo (ou quase todo) aquele que não se enquadrasse na norma vigente.

O acervo da DOPS-PE encontra-se disponível para acesso ao documento físico no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em seu prédio anexo, localizado na cidade do Recife. Seu acervo é dividido entre prontuários funcionais e individuais. Analisamos ambos. Nos prontuários funcionais localizamos informações sobre entidades alemãs, tais como o Clube Alemão de Pernambuco, o Partido Nazista, o Consulado Alemão, entre outros. Nos prontuários individuais analisados constam informações sobre relatórios de vigilância, prisões temporárias e detenções permanentes referentes a indivíduos na lista de suspeição, além de fichas de

⁹ Ibidem, p. 73.

¹⁰ FELDHUES, Paulo Raphael. Imprensa e Cultura Política: Caminhos do Espaço Público no Estado Novo pernambucano. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano 3, v. 6, n. 2, dezembro de 2008, p. 193.

¹¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Força, medo, liberdade**: algumas coisas não combinam entre si... In: LERNER, Júlio (coord.). *Cidadania*, Verso e Reverso, São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 1997/1998, pp. 37-43, p. 41.

identificação desses indivíduos. Lembramos que o aparato policial atuava não só na repressão, mas na prevenção de crimes contra a ordem através de medidas de segurança. Sendo assim, os indivíduos que se encontravam “prontuáriados” na DOPS não correspondiam necessariamente a um inimigo da ordem para o Estado. Muitas vezes se tratava apenas de uma possibilidade de ameaça, como ocorreu com alguns indivíduos alemães.

Constam também no aparato documental os jornais em circulação da época. Conforme afirma Graça Ataíde, a maioria dos governos autoritários no período que se estende da década de 1930 à década de 1940 utilizaram-se amplamente dos periódicos como instrumento de divulgação de suas ideias.¹² Os jornais eram um meio bastante eficaz de propaganda para os diferentes grupos políticos, não apenas para o Estado. Era um palanque no qual o discurso proferido tinha um alcance ainda maior do que os megafones possibilitavam. Os integralistas também reconheciam a utilidade política dos periódicos e não o subestimaram. O consórcio jornalístico *Sigma – Jornais Reunidos* possuía um total de 88 jornais que circulavam por todo o país. Seu objetivo era servir de canal de divulgação e interpretação da perspectiva ideológica do integralismo.¹³ Ressaltamos que existia também uma atuante imprensa alemã circulando em território nacional, promovendo propaganda nazista até a entrada do Brasil na guerra.

Sendo assim, dada a importância dos jornais e seus usos dentro do momento histórico abordado, utilizamos como fonte o jornal integralista *A Offensiva* – que tinha à frente do corpo editorial o chefe integralista Plínio Salgado –, disponível para consulta em formato digital no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *A Offensiva* nos possibilitou analisar a circulação das ideias nazistas dentro da perspectiva de um jornal integralista, além de fornecer informações sobre a própria AIB em relação ao contexto nacional.

Utilizamos ainda os periódicos *Diário de Pernambuco*, *A Província* e *Jornal Pequeno*, que também constam disponibilizados em formato digital no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e o *Diário da Manhã*, disponível no site da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE. Todos são jornais em circulação em Pernambuco no período abordado. E são periódicos que não se encontravam ligados publicamente a grupos políticos. Contudo, não ignoramos a existência de posicionamento político, de uma atitude política nas páginas desses jornais, tanto quanto em jornais abertamente partidários. Através da pesquisa nesses jornais pode-se verificar a circulação da repercussão das notícias sobre guerra, uma variedade

¹² ALMEIDA, Graça Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 166.

¹³ BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do Eixo: os camisas-verdes e o jornal integralista Acção**. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007, p. 108.

de discursos sobre os alemães, o nazismo e o integralismo no Brasil e em Pernambuco, uma vez que, por meio da agência de notícias, os jornais veiculavam notícias de várias partes do país e do mundo. No decorrer da produção do trabalho foram utilizados outros periódicos que não destacamos aqui por se tratar de documentação produzida pela DOPS-PE. Logo, foram referenciados enquanto tal.

A dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, *O Nazismo e Integralismo no Brasil na década de 1930*, buscamos apresentar o Nazismo e o movimento Integralista no Brasil e em Pernambuco. Trazer para o campo de discussão as maneiras como esses grupos se articulavam no cenário nacional e estadual, suas respectivas relações com o governo de Getúlio Vargas, e também como os mesmos foram transformados em inimigos da nação durante a Segunda Guerra. A construção da imagem desses grupos enquanto ameaça durante o Estado Novo (o “perigo alemão” e a “quinta-coluna”) foi fundamental para o estabelecimento do projeto nacionalizador varguista, como foi também elemento justificador de um alinhamento Brasil/Estados Unidos durante a Segunda Guerra.

No segundo capítulo, *A propaganda Nazista e os Integralistas na Segunda Guerra*, abordamos a circulação das ideias nazistas no Brasil e a participação de Gustavo Barroso e da mídia integralista nesse processo.

Na primeira metade do século XX, a consolidação da propaganda política enquanto fenômeno social e da cultura de massas acompanhou os avanços tecnológicos dos meios de comunicação do período.¹⁴ Getúlio Vargas no Brasil, Benito Mussolini na Itália, Adolf Hitler na Alemanha e Antonio Salazar em Portugal consolidaram seus governos através da ampla utilização dos meios de comunicação como instrumento de propaganda política. Afinal, “em qualquer regime, a propaganda é estratégica para o exercício do poder”.¹⁵

Durante a década de 1930, uma ampla rede composta por setores da imprensa nacional, da mídia alemã (jornais, revistas, panfletos, filmes) e os jornais integralistas foram os principais responsáveis pela ampla circulação das ideias nazistas no Brasil. Ressaltamos que havia uma intensa participação de instituições teutas nesse processo, incluindo o Consulado Alemão, e atuação direta de certos membros da AIB.

No terceiro e último capítulo, *Entre ações e desarticulações: a DOPS e as atividades de espionagem nazista em Pernambuco*, fazemos uma ampla discussão sobre a importância do papel do estado de Pernambuco e da cidade do Recife no teatro da Batalha do Atlântico,

¹⁴ PEREIRA, Wagner Pereira. Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, pp. 101-131, 2003. Editora UFPR, p. 102.

¹⁵ *Ibidem*, loc. cit.

tornando-se rota de espionagem nazista e da contraespionagem Aliada. De acordo com Stanley Hilton, “mesmo antes dos disparos dos canhões, as grandes potências se encontravam empenhadas numa luta secreta para obter informações sobre a capacidade e intenções de adversários prováveis”.¹⁶ Afinal, as batalhas clandestinas (espionagem) muitas vezes foram cruciais para se chegar a uma vitória no *front*.¹⁷ Logo, nossa pesquisa precede a entrada do Brasil no conflito beligerante e percorre o período da guerra, as ações repressivas no âmbito policial e jurídico contra os “súditos do Eixo” e seus colaboradores, incluindo assim alguns membros da AIB.

¹⁶ HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 17.

¹⁷ *Ibidem*, loc. cit.

Capítulo 1

O Nazismo e o Integralismo no Brasil na década de 1930

No período entre as duas grandes guerras mundiais, quase todas as nações do mundo e, com certeza, todas que possuíam política de massas, produziram alguma corrente intelectual ou algum movimento ativista próximo ao fascismo.

*Robert O. Paxton.*¹⁸

O fascismo surgiu na Europa pós Primeira Guerra e rapidamente ganhou adeptos em várias partes do mundo. Esteve presente não apenas enquanto regime político, como ocorreu na Alemanha e na Itália, mas também através de partidos e movimentos políticos, e enquanto corrente intelectual influente (principalmente) entre as ditaduras estabelecidas no mesmo período em questão: as décadas de 1930-1940, como foi o caso do Estado Novo brasileiro.¹⁹

De acordo com Robert O. Paxton, “toda a estratégia para compreender o fascismo tem a ver com a grande diversidade de casos nacionais [...] cada movimento nacional fascista, portanto, dá expressão plena do seu próprio particularismo cultural”²⁰. Logo, o autor destaca o termo *fascismos* – no plural – uma vez que é pouco provável a possibilidade de se estabelecer uma estética “única e imutável que se aplique a todos os casos nacionais”.²¹ O que não significa que não há conservação de uma coesão, uma consistência teórica definindo-o enquanto um tipo de fenômeno social e político.

A Crise do liberalismo, o crescente avanço da esquerda no cenário político internacional e as experiências da Primeira Guerra são recorrentemente apontados como os principais eventos históricos responsáveis pelas grandes modificações nas estruturas políticas, sociais e econômicas fundamentais por tornar a ascensão do fascismo possível. Entretanto, Eric

¹⁸ PAXTON, O Robert. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 101.

¹⁹ Destacamos o Estado Novo como brasileiro por haver um governo homônimo em Portugal no mesmo período, que também se destacava pela identificação com o fascismo. Cf. SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da suspeição contra a força do sigma**: discursos e política na repressão aos integralistas em Pernambuco. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

²⁰ PAXTON, op. cit., p. 45.

²¹ Ibidem, p. 352.

Hobsbawm ressalta que “sem a posição internacional da Alemanha como potência mundial bem-sucedida e em ascensão, os fascismos não teriam tido impacto sério fora da Europa”.²²

A Alemanha entrou no século XX estabelecendo-se internacionalmente sob a alcunha de um país “culto, com uma sociedade moderna, tecnologicamente avançado e altamente burocrático”.²³ Meses antes da Primeira Guerra, a Alemanha já era considerada “em termos econômicos e militares” uma das nações mais poderosa do mundo.²⁴ Contudo, todos esses atributos não foram suficientes para impedir a derrota do país na Primeira Grande Guerra. O Tratado de Versalhes²⁵, responsável por estabelecer os termos de paz, trouxe penalidades bastante severas que foram – além, do ônus da própria guerra em si – um dos principais responsáveis pela drástica mudança no cenário político-econômico e sociocultural da Alemanha.

A ideia de um governo forte, centralizado, provedor da “moral e da ordem”, que colocava o povo alemão no patamar de racial e culturalmente superior, e que prometia banir os judeus e reerguer o país com a derrubada do Tratado de Versalhes, repercutia de forma positiva para muitos eleitores. A aceleração da grande depressão²⁶ (1929) é comumente elencada pela historiografia como um fator de impulso para a chegada do Partido Nazista ao poder e o consequente declínio da República de Weimar, a porta de entrada para sua consolidação no governo alemão. Logo, de acordo com Ian Kershaw, sem uma “guerra perdida e suas consequências, uma revolução e um sentimento difuso de humilhação nacional – Hitler teria sido um ninguém”.²⁷

²² HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos** – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 120.

²³ KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 24.

²⁴ EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera**: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 106.

²⁵ O Tratado de Versalhes (1919) foi largamente debatido durante o período de seis meses. A Alemanha – enquanto país derrotado – não participou das negociações de paz. Claramente, o documento elaborado na Conferência de Paris não tinha intenção de estabelecer a paz entre as nações envolvidas no conflito. Mesmo havendo na cúpula da conferência opiniões divergentes, o que se estabeleceu foi a imposição de um Tratado que punia com pesadas reparações de guerra e culpava os alemães pelo conflito bélico. Cf. ARARIPE, Luiz de Alencar. **Tratado De Versalhes (1919)**. In: MAGNOLI, Demétrio, (org.). **História da paz**: os tratados que desenharam o planeta. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2012, p. 215.

²⁶ A Grande Depressão de 1929 tornou a situação econômica ainda mais severa. O governo passou a senão impor cortes econômicos e sociais, gerando um desemprego em massa. Não havia mais como o governo manter o acordo tácito com os patrões e trabalhadores organizados que sustentava a República de Weimar. Hobsbawm afirma que em meados de 1932, o Partido Nazista e o Comunistas receberam a maioria dos votos alemães, restando pouco mais de um terço aos demais partidos. Cf. HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos** – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

²⁷ KERSHAW, op. cit., p. 112.

O nazismo alemão logo se tornou a “história de sucesso da década”²⁸. A influência dos fascismos europeus esteve presente em diversos países, como a Colômbia, a Argentina e o Brasil. Muito diferente do que ocorre atualmente (século XXI), a “América Latina da década de 1930 não se inclinava a olhar para o Norte.”²⁹ A influência dos Estados Unidos da América é algo que ocorreu de maneira mais efetiva apenas a partir da Segunda Grande Guerra.

Os modelos políticos de Berlim e Roma rapidamente passaram a servir de inspiração para muitos países da América Latina. O Brasil, especificamente, contou nesse período com um regime ditatorial de influência fascista (o Estado Novo) e um movimento político partidário recorrentemente comparado aos fascismos italiano e alemão: A Ação Integralista Brasileira (AIB). Além de também ter sido um dos inúmeros países que tiveram em seu território filiais do Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (NSDAP), também conhecido como Partido Nazista.

1.1 Partido Nazista no Brasil

O nacional-socialismo representava muito mais do que um movimento político. Além da obtenção da autoridade política, seus líderes tinham ambições muito bem delineadas para o futuro da Alemanha. Ambições que vão desde questões ligadas à reconquista e expansão de territórios até a criação de uma sociedade alemã de cunho racial alinhada aos ideais nazistas. O que incluía os alemães residentes e não-residentes em território alemão.

O Partido Nazista foi muito além das fronteiras da Alemanha, sua pátria-mãe. Adolf Hitler afirmava que “o nazismo não era uma mercadoria exportável”.³⁰ Contudo, afirmava que a multiplicação de filiais do partido em várias partes do mundo, dentre outras questões, tinha como objetivo alcançar os filhos de alemães nascidos fora da Alemanha, que também eram alemães e deveriam estar inseridos na “órbita da ideologia nacional-socialista”.³¹ Dessa forma, a presença do Partido Nazista no exterior estava muitas vezes vinculada aos fluxos migratórios alemães, como foi o caso do Brasil.

A Auslandsorganisation der NSDAP (AO) era a organização do Partido Nazista no exterior. Ela era a responsável pela criação das regras e dos fundamentos dos partidos

²⁸ Ibidem, p. 138.

²⁹ HOBBSAWN, op. cit., p. 137.

³⁰ ATHAÍDE, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná** (1933-1942). Maringá: Eduem, 2011, p. 35.

³¹ Ibidem, p. 24.

organizados fora da Alemanha, além de funcionar como uma base de assistência a esses grupos, tendo, a partir de 1935, Berlim como sede³².

O Partido Nazista esteve presente em vários países no decorrer das décadas de 1930 e 1940. Foram ao todo 83 países, totalizando aproximadamente 29 mil partidários nos cinco continentes: Europa, África, Ásia, América e Oceania.³³ Conforme Esther Cohen, o Partido Nazista no exterior estava dividido da seguinte forma:

Landesgruppen (grupo-país) subdividia-se em Ortsgruppen (grupos locais), cada um com seu Ortsgruppenleiter (chefe do grupo local). Em países em que o número de alemães era muito grande, existia ainda os Kreise (círculos). No Brasil, os Círculos acompanhavam a divisão do país, isto é: para cada Estado, um Círculo. Nas grandes cidades, havia Zellen (células) dirigidas por um Zellenleiter (chefe da Célula), uma em cada bairro e, no interior do país ou estado, figuravam como células as pequenas localidades. As Células dividiam-se em Blocks (blocos), com um chefe de Bloco para ruas extensas ou grandes blocos de edifícios, ou para as localidades longínquas e afastadas com reduzido número de alemães. O grosso dos partidários ficava reunido dentro dos Blocos e, por intermédio destes, achavam-se eles ligados às células, aos grupos locais, aos círculos, aos grupos-países e finalmente à A.O. Toda a organização nazista no exterior baseava-se no sistema estrutural-político da Alemanha nazista.³⁴

Assim como na Alemanha, o Partido Nazista possuía organizações partidárias a ele vinculadas. No caso do Brasil, podemos destacar: Círculo da Juventude Teuto-Brasileira; Frente Alemã do Trabalho; Associação de Mulheres nacional-socialistas; Associação dos Professores nacional-socialistas.³⁵ Contudo, essas organizações, mesmo estando ligadas ao partido, não estavam a ele subordinadas – do ponto de vista administrativo, como ressalta Marina Silva – além de possuírem suas próprias sedes.³⁶ Também não havia nenhuma obrigatoriedade de coexistência de todas essas organizações numa mesma região.

No Brasil, 17 estados tiveram a presença de filiais do Partido Nazista. Dentre todos os 83 países no exterior que tiveram células do partido, o Brasil foi o país com o maior número de partidários, somando um total de 2.900 integrantes.³⁷ Entretanto, é importante ressaltar que, com exceção dos Estados Unidos, o Brasil foi o país com maior número de imigrantes alemães

³² WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as asas do nazismo**: representações e imaginário na revista Vida Policial (1942-1944). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2008, p. 60.

³³ *Ibidem*, p. 118.

³⁴ COHEN, Esther. O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil, p. 51 apud SILVA, Marina Helena Chaves. **Vivendo com o outro**: os alemães na Bahia no período da II guerra mundial. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 118.

³⁵ SILVA, Marina Helena Chaves. **Vivendo com o outro**: os alemães na Bahia no período da II guerra mundial. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 118.

³⁶ *Ibidem*, p. 119.

³⁷ DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?** O Partido Nazista no Brasil. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 146.

da América.³⁸ Logo, a existência de uma significativa colônia alemã, somada à boa relação entre o governo brasileiro e o alemão no aspecto político e comercial, pode ter contribuído consideravelmente para que o Partido Nazista atuasse por dez anos em quase todo o país sem nenhum tipo de conflito com o governo.³⁹

Segundo Gregório Echeverría, durante o primeiro governo de Vargas (1930-1937), a Alemanha despontou ao lado dos Estados Unidos como um dos grandes parceiros comerciais do Brasil. Enquanto os EUA se tornavam o principal comprador do café brasileiro, a “Alemanha era a principal fornecedora de manufaturados e armamentos e também compradora de produtos brasileiros, com destaque para o algodão”.⁴⁰ Tais relações começaram entrar em colapso após a criação do Estado Novo, em 1937, sendo rompida efetivamente em 1942, como veremos no capítulo três.

O Partido Nazista no Brasil não se estabelecia dentro de uma representação eleitoral. Funcionava no país como uma organização estrangeira que agia como aporte político e social aos alemães aqui residentes e como meio propagador das ideias nazistas à comunidade germânica aqui estabelecida.

1.1.1 Partido Nazista em Pernambuco

O estado de Pernambuco não recebeu grande contingente imigratório de alemães como ocorreu nos estados do Sul. Contudo, nas primeiras décadas do século XIX já havia um consulado prussiano na sua capital, Recife. Considerando que todo consulado funciona como sede de uma representação administrativa de um determinado país – dando proteção e assistência aos seus cidadãos que estão em viagem ou morando no exterior –, a existência do consulado prussiano sugere a presença de uma comunidade germânica no estado de Pernambuco já nesse período. Na segunda metade do século XIX, o consulado prussiano foi oficialmente substituído pelo consulado alemão, que vigora até os dias atuais.⁴¹

Estima-se que no início do século XX, Pernambuco contabilizava um número de aproximadamente 570 alemães no estado,⁴² concentrando-se uma parcela significativa entre as

³⁸ GERTZ, René E. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de História**, v. 16, n. 2, 2008, p. 119.

³⁹ DIETRICH, Ana Maria, 2007, p. 159.

⁴⁰ CARVALHO, Gregório Echeverria de. **Política externa e política comercial brasileira entre 1930 e 1942: comércio e defesa nacional**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 18.

⁴¹ As informações foram fornecidas pelo Sr. Sergio Poggi Aubert. Responsável pelo Departamento de Imprensa, Cultura e Economia do Consulado Geral da República Federal da Alemanha.

⁴² O Nazismo em Pernambuco. Vanguarda. 24 de março de 1942. **Prontuário Funcional: 30311**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE. Os números divulgados na matéria afirmam a existência de 571 alemães no estado. Cf.

idades do Recife (capital) e de Paulista (área industrial). Um número expressivo de alemães residentes no Recife durante as primeiras décadas de 1900 estava empregado na indústria e no comércio, uma vez que a cidade já contava com empresas economicamente bem estabelecidas de nacionalidade alemã. Essas empresas absorveram parte dessa mão de obra, como foi o caso da Herm Stoltz e Cia (Av. Marquês de Olinda), Siemens Schuckert S.A. (Av. Marquês de Olinda) e Dreschler e Cia (Rua do Bom Jesus), que também empregavam parte desses imigrantes alemães.⁴³ Já em Paulista, município situado a apenas 16 km do Recife, havia “a maior concentração de alemães que se congregam na Fábrica de Tecidos Paulista”⁴⁴.

Durante a década de 1930 houve um grande interesse da imprensa (nacional e internacional) com relação ao nazismo e à atuação do Führer alemão na condução da política do país. Graça Ataíde ressalta as notícias dos jornais recifenses, como a *Folha da Manhã*, elevando a figura de Hitler à alcunha de “exemplo alemão.”⁴⁵ Os discursos proferidos nos eventos do Clube Alemão exaltavam o nacional-socialismo, seu desempenho no aumento de empregos para os alemães e sua eficácia no esforço de um renascimento da Alemanha e na luta contra o comunismo.⁴⁶ Logo, o teor de grande parte das notícias que chegavam ao Brasil versavam sobre os avanços da Alemanha através do estabelecimento de um governo forte. O que gerava bastante entusiasmo nos alemães e seus descendentes residentes no país e conquistava vários simpatizantes brasileiros.

Sendo assim, rapidamente começaram a ser criadas diversas filiais do partido pelo país. O Partido Nazista em Pernambuco seguia a estética do partido na Alemanha, desde o fardamento padronizado cor caqui aos moldes dos membros alemães, até o uso das braçadeiras com o símbolo da suástica, a bandeira com a cruz gamada – fato que reforça esse empenho do Partido Nazista de Pernambuco em seguir os passos do NSDAP alemão. A foto atribuída a sua fundação (Figura 1), foi manchete de vários jornais locais e nacionais em 1942, após a entrada do Brasil na guerra.

LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o antissemitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p. 131; Cf. DIETRICH, Ana Maria., 2007, p. 48.

⁴³ Relatório para o delegado Fábio Correia sobre empresas ligadas ao Consulado Alemão, 10 de maio de 1938. Envelope 6. **Prontuário Funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁴⁴ O Nazismo em Pernambuco. Vanguarda, 24 de março de 1942. **Prontuário funcional: 30311**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁴⁵ ALMEIDA, Graça Ataíde, op. cit., p. 203.

⁴⁶ DIETRICH, Ana Maria, 2007, p. 263.



Figura 1: Foto dos fundadores do Partido Nazista de Pernambuco.⁴⁷
 Fonte: Prontuário funcional: 29238 Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

O Partido Nazista de Pernambuco recebia orientações “semanaes da Allemanha por intermédio do consul alemão neste estado”.⁴⁸ De acordo com Priscilla Perazzo, entre as principais funções que lhe eram atribuídas estavam: a distribuição “dos símbolos nazistas como forma de propaganda ideológica [...] a manutenção da unidade dos súditos alemães e a preservação do corpo uno completamente submetido ao Estado (na persona do Führer)”,⁴⁹ além de um “recrutamento de reserva para o caso de conflito militar, arrecadação de recursos para o Partido na Alemanha através de um serviço de quotas entre os seus filiados, no qual o resultado global era mensalmente remetido á Allemanha via bancária”.⁵⁰

De acordo com Rafael Atháide, “uma das principais tarefas do Partido era lutar pelo controle dos clubes e associações germânicas”⁵¹ dos países nos quais estabelecessem suas filiais. Desde o século XIX, já existiam instituições no país que eram custeadas através de iniciativas de empresas alemãs e muitas vezes do próprio governo alemão. Muitas dessas

⁴⁷ A chapa da foto foi tirada pelo renomado fotógrafo letão Guilherme Alexandre Berzin. Constam assinaturas dele em documentos encontrados pelos agentes da DOPS-PE após o fechamento do Clube Alemão referente a questões burocráticas do Clube. O mesmo chegou a ser fichado através do prontuário individual de número 9165 no qual constam informações sobre ele de 1943-1944, mas os documentos arquivados não associam Berzin a nenhum tipo de atividade subversiva. Relatório sobre os documentos administrativos do clube alemão. 8 de abril de 1942. **Prontuário funcional: 29238.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁴⁸ Relatório de informações. 13 de janeiro de 1938. **Prontuário individual: 4949.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁴⁹ PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1999, p. 63.

⁵⁰ Relatório de informações. Serviço secreto. 07 de junho de 1938. **Prontuário individual: 4949.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁵¹ ATHAÍDE, op. cit., p. 25.

associações “funcionavam como núcleos de alemães e seus descendentes e como espaço de reprodução e manutenção de tradições”.⁵² Ou seja, tinham como objetivo central difundir o germanismo à comunidade germânica. Com a ascensão do nazismo na Alemanha e a propagação do Partido Nazista em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, muitas dessas associações germânicas passaram por uma modificação no que diz respeito a esse perfil, voltando-se para as atividades ligadas ao nacional-socialismo.⁵³

Em Pernambuco, a Sociedade Beneficente Alemã, a Escola Alemã e o Clube Alemão, todas associações germânicas, estavam ligadas não apenas por fazer parte da mesma comunidade. Elas também estavam juridicamente relacionadas, como mostra o documento abaixo encaminhado para o delegado da DOPS-PE, Fábio Correia. As três sociedades possuíam os mesmos representantes legal:

Exmo. Snr.
Dr. Fabio Correia
Delegado de Ordem-Social.

Prezado Senhor:

Em conformidade com o pedido verbal de V.Exa. em 21 do corrente, anexamos a presente trez relatórios sobre os fundos existentes naquella data nas seguintes Sociedades Allemãs em Recife.

- 1) Club Allemão
- 2) Sociedade Beneficiaria Allemão
- 3) Ex- Escola Allemão

Para o governo de V.Exa. informamos ainda, que p dinheiro em caixa das três referidas Sociedades num valor total de Rs: 39:730\$\$400 (Trinta e nove contos setecentos e trinta mil e quatrocentos réis) acha-se em poder do I Presidente, Snr. Wilhelm Pfisterer.

Sem mais, no momento, subscrevemos-nos.

Attenciosamente,

1. Vorsitzender (presidente): Sr. Wilhelm Pfisterer
2. Vorsitzender (presidente): Sr. Wilhelm Luedemann⁵⁴

Tais associações tiveram um papel bastante importante na propagação das ideias nazistas, como base de apoio às ações do Partido Nazista no estado. Assim como ocorreu em outros países e em diversas cidades do Brasil, o apoio dos clubes, associações, escolas e imprensa germânica foi fundamental para o andamento das atividades nazistas, principalmente

⁵² SANTANA, Nara Maria Carlos de. **Extrema direita e questão nacional**: o nazismo no Brasil dos anos 30. IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais. 7, 8 a 11 de outubro de 2007. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, p. 8.

⁵³ Ibidem, loc. cit.

⁵⁴ Relatório dos bens das Sociedades Alemãs encaminhado para o delegado Fábio Correia da DOPS-PE. 23 de março de 1942. **Prontuário funcional: 29094**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

durante o período da Segunda Guerra. Ressaltamos, como pode ser verificado no documento acima, que os mesmos já se encontravam sob a mira da vigilância policial no início de 1942.

O Clube Alemão de Pernambuco, “Deutscher Klub Pernambuco”, foi fundado em 24 de janeiro de 1897.⁵⁵ O Clube tinha como função social e política a reunião da comunidade alemã do estado em torno de atividades voltadas à preservação da sua cultura. O clube promovia variadas atividades esportivas e culturais voltadas à população germânica residente não apenas em Recife como também aos que se estabeleceram na cidade de Paulista. Esse trânsito de integrantes da comunidade germânica de Paulista para Recife era muito comum. Também eram promovidos jogos como boliche, bilhar e tênis; encontro de senhoras dos associados para a hora do chá, feiras e várias outras atividades.⁵⁶

Com a ascensão do nazismo e a formação do Partido Nazista em Pernambuco, o espaço do clube passou a ser utilizado também para reuniões e demais eventos do partido, passando – assim como ocorreu com outras entidades germânicas no país – por um processo de nazificação.⁵⁷ Passaram a ser realizadas comemorações de datas do calendário alemão e do Partido Nazista. Eram ainda promovidos encontros para que os sócios acompanhassem os pronunciamentos de Hitler e informações sobre a Alemanha no rádio.

A Sociedade Beneficente Alemã (Deutscher Hilfsverein) tinha como seu principal lema estabelecido no primeiro capítulo do seu estatuto, auxiliar, segundo suas possibilidades, todos os alemães necessitados ou pessoas de origem alemã⁵⁸. Em Pernambuco, a colônia alemã mantinha uma sociedade beneficente “desde antes de 1920”.⁵⁹ A “dita sociedade destinava-se a amparar os alemães em decadência econômica, sendo composta de grande número de associados que pagam a taxa mínima de 5.000, podendo pagar mais”.⁶⁰ A Sociedade Beneficente de Pernambuco não possuía imóvel, apenas uma conta enquanto pessoa jurídica no

⁵⁵ De acordo com o site oficial do Clube Alemão de Pernambuco, em funcionamento até hoje, consta a data de fundação 25.08.1920, entretanto, no documento intitulado “Arquivo do Clube Alemão” no qual consta a varredura realizada pelos agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE) em 8 de abril de 1942, foi localizada uma ata do Clube com data de fundação de 4 de janeiro de 1897. Nesse trabalho, considerou-se a data da documentação da DOPS-PE. Documento intitulado “Arquivo do Clube Alemão”. 2 de abril de 1942. **Prontuário funcional: 29094.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁵⁶ Documento com a lista de atividades do Clube Alemão[s.d.] **Prontuário funcional: 29094.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁵⁷ SANTANA, Nara Maria., 2007, p. 8.

⁵⁸ FONSECA, Maria Ângela Peter da. **Estratégias para a preservação do germanismo (Deutschum):** Gênese e Trajetória de um Collegio Teuto-Brasileiro Urbano em Pelotas (1898-1942). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007, p. 52.

⁵⁹ Documento sobre a Sociedade Beneficente Alemã. [s.d.]. **Prontuário funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁶⁰ Documento sobre a Sociedade Beneficente Alemã. [s.d.] Envelope 05. **Prontuário funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

Banco do Brasil que utilizava para as suas atividades⁶¹. Na lista de doadores, beneficiários, constavam alguns nomes conhecidos dos membros do Partido, como o ex consul alemão: Karl Von Dein Steinen.

Diversos membros do Partido Nazista de Pernambuco transitavam em cargos de chefia e administrativos no âmbito dessas instituições no Recife, como no próprio consulado alemão da cidade, a exemplo de Erwin Kalk, que exerceu vários cargos nas instituições germânicas em Pernambuco. Professor de formação, lecionou na Escola Alemã. Também ocupou cargos administrativos no Consulado Alemão e no Clube Alemão.⁶² De acordo com relatórios da DOPS-PE, acrescia ainda ao movimentado currículo de Erwin Kalk a chefia do Partido Nazista de três estados do Nordeste:

Até bem pouco eu julgava ser o professor Erwin Kalk o chefe geral da Espionagem alemã em Pernambuco. Todavia, depois das investigações, cheguei a conclusão que: Erwin Kalk, tem de fato importância nos serviços dessa espionagem, entretanto, o seu verdadeiro cargo é, de chefe do Partido Nazista em Pernambuco, Paraíba e Natal.⁶³

Na Paraíba estava localizada uma “subfilial” do Partido na cidade de Rio Tinto, onde também funcionava uma filial da Companhia de Tecidos Paulista.⁶⁴ A região fazia parte do complexo industrial da família Lundgren⁶⁵ (Paulista/PE – Rio Tinto/PB), área definida pela polícia política como “um reduto de atividades nazistas” por se tratar de um local com significativa concentração de alemães.⁶⁶ E, por isso, supostamente demandava uma contínua vigilância. Essa vigilância muitas vezes era exercida de maneira informal (sem ligações com órgãos repressores do governo) por parte dos próprios trabalhadores da fábrica por motivações

⁶¹ Relatório sobre o levantamento dos bens das sociedades teutas: Sociedade de Beneficência Alemã, Escola Alemã e Clube Alemão. **Prontuário funcional: 29094**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁶² Relatório 33, pág. 2. 05 de setembro de 1941. Envelope: 06. **Prontuário funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁶³ Relatório de informações. 13 de janeiro de 1942. **Prontuário individual: 4949**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁶⁴ Relatório sobre Paulista e Rio Tinto. 20 de setembro de 1939. **Prontuário funcional: 29240**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁶⁵ O Sueco Herman Theodor Lundgren – o patriarca da família Lundgren – adquiriu a fábrica Paulista em 1904. Após a sua morte em 1907, a continuidade dos negócios da família passou à responsabilidade de dois dos seus quatro filhos: Frederico e Arthur. A cidade de Paulista foi construída acompanhando o desenvolvimento da Companhia de Tecidos Paulista, tornando-se município de Pernambuco apenas em 1935. Questões ligadas ao âmbito religioso, lazer, educação, saúde eram de competência da família Lundgren em Paulista.; concentrando um extenso controle social, econômico e político sobre Paulista e seus residentes. Cf. **Prontuário funcional: 29240**; LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o antissemitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

⁶⁶ Relatório sobre Paulista e Rio Tinto. 20 de setembro de 1939. **Prontuário funcional: 29240**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

variadas. Muitas denúncias anônimas e identificadas chegavam à polícia sobre atividades suspeitas de alemães, seja em Rio Tinto, seja em Paulista.⁶⁷

O Partido Nazista, nos jornais e até mesmo nas investigações da polícia política, tinha a sua imagem bastante associada aos membros da Ação Integralista Brasileira (AIB). De acordo com René Gertz, a identificação da AIB com movimentos europeus fascistas em voga na década de 1930 gerou bastante especulação sobre uma provável influência do nazismo alemão no integralismo brasileiro e a colaboração deste último em atividades do nazismo no país.⁶⁸

De acordo com Ana Dietrich, “só poderiam entrar no partido nazista os considerados “Reichdewtscher – alemães do Reich. Os descendentes chamados Dewstcherbrasilianer (teuto-brasileiros) estavam proibidos de ingressar o grupo”.⁶⁹ Eram considerados inferiores na perspectiva racial alemã. Fator que contribuiu para a adesão ao integralismo como uma alternativa viável aos alemães que buscavam um engajamento político no país.

A relação entre o nacional-socialismo e o integralismo é um tema que, ao longo dos anos, vem ganhando impulso nas produções historiográficas, principalmente na região Sul do país. Em Pernambuco, a documentação produzida pela DOPS-PE sugere um intenso trânsito entre os dois movimentos, desde membros da AIB presentes em comemorações de datas cívicas alemães no Clube Alemão e nas reuniões do Partido Nazista de Pernambuco, como também alemães que engrossavam as fileiras integralistas do estado.

1.2 A Ação Integralista Brasileira (AIB)

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político-doutrinário surgido no país na década de 1930. Importante fenômeno político de massa da primeira metade do século XX, o movimento integralista conseguiu alcançar um crescimento extraordinário de filiação e de expansão sobre sua área de atuação, em território nacional. Em apenas cinco breves anos de atuação legal, o movimento arregimentou aproximadamente um milhão de partidários espalhados por mais de três mil municípios do país. Em 1937, havia núcleos integralistas em todos os estados da federação.

Segundo Giselda Brito, no contexto político dos anos trinta, um discurso pautado na ideia da necessidade de um Estado forte representante “das três raças, da nação, das famílias,

⁶⁷ Relatório sobre Paulista e Rio Tinto. 20 de setembro de 1939. **Prontuário funcional: 29240**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

⁶⁸ GERTZ, 2012, p. 3.

⁶⁹ DIETRICH, Ana Maria. Nazismo versus integralismo no Sul do Brasil: “algo extraordinário na visão do III Reich”. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Novas e velhas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014, p. 260.

da fé cristã e de combate das ameaças externas e internas era vista como um projeto ousado e capaz de atender a muitos.”⁷⁰ Através de um discurso nacionalista o integralismo buscava se impor pela legitimação de um passado mítico brasileiro, através da defesa de uma revolução social e política que incluísse as três raças (índio, negro e branco) "numa finalidade superior, espiritual e moral.”⁷¹

Criado sob o lema “Deus, Pátria e Família”, o integralismo surgiu diante de um conturbado cenário político nacional (e internacional) se autoproclamando a encarnação do “espírito do século XX”, que triunfaria “como a ideia vitoriosa desse século contra o liberalismo do século XVIII e contra o comunismo do século XIX”, através da implementação de um Estado Integral, nacionalista, de base familiar e cristão.⁷² Amparado no discurso da falência do modelo de Estado liberal e da permanente ameaça comunista, o integralismo, assim como outras doutrinas fascistas, encontraram um caminho propício para a aceitabilidade de suas propostas políticas⁷³ uma vez que as transformações socioeconômicas e ideológicas da década de 1920, somadas ao esgotamento de um modelo oligárquico agroexportador brasileiro, haviam legado à década seguinte um “terreno fértil para o lançamento de um movimento político/cultural autoritário, anticomunista, católico, nacionalista e baseado na mobilização afetiva.”⁷⁴

As diretrizes preconizadas pela AIB refletem uma grande semelhança com os movimentos fascistas em voga na Europa, como no que concerne à questão de um partido único de massa, à forte estrutura hierárquica, à organização paramilitar (com a formação de milícias armadas), ao uso de uniformes, à exacerbação de valores nacionais, à oposição ao liberalismo, ao comunismo e ao socialismo, à eliminação do pluralismo político e, em certo nível, ao antissemitismo.⁷⁵ De acordo com Rafael Atháides, os fenômenos afetivos mobilizados pelos fascismos também estavam presentes no discurso integralista:

⁷⁰ SILVA, Giselda Brito, 2002, p. 11.

⁷¹ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do sigma ao sigma** – entre a anta, a águia, o leão e o galo - a construção de memórias integralistas. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 101.

⁷² SILVA, Giselda Brito, 2002, p. 7.

⁷³ BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do Eixo: os camisas-verdes e o jornal integralista Acção**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007, p. 11.

⁷⁴ ATHÁIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 62.

⁷⁵ A questão do antissemitismo no movimento integralista é um tema constante na historiografia, principalmente referente a presença do discurso antissemita entre os líderes da AIB. Assim como João Fábio Bertonha, Hégio Trindade acredita que o tema não estava estabelecido como consensual entre Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. O que não nega o viés antissemita dos mesmos, mas que estabelece ressalvas. Tanto Salgado quanto Reale identificavam em seus discursos a figura do judeu enquanto “símbolos de problemas maiores (como o materialismo ou o capitalismo internacional)”. Salgado acreditava que “o problema judaico seria resolvido pela assimilação dos judeus e a derrota do materialismo pelo espiritualismo”. Por vezes, fazia referência a existência

[...] a paixão militante, entendida como o vivenciamento intenso do apego aos signos comoventes do movimento/partido, da afeição à ideologia e da perda de identidade na devoção ao líder carismático; os ressentimentos nacionais, entendidos como conjuntos de sentimentos negativos recalcados especialmente ligados à experiência da humilhação coletiva de um constructo de nação; e o ódio, sentimento associado à necessidade de expurgar a nação e o mundo de grupos tidos como parasitas indesejáveis.⁷⁶

Para Paxton, os fascismos (regimes, movimentos, correntes políticas) construíram uma conspiração permanente contra a esquerda comunista e o liberalismo, elegendo-os seus principais “parasitas indesejáveis”.⁷⁷ No caso do Brasil, o medo, assim como o ódio aos comunistas foi recorrentemente alimentado durante décadas pela “imprensa, pelo governo, pela igreja, pelos próprios integralistas [...], cujos pressupostos contrários ao ‘credo vermelho’ já vinham sendo tonitruados em sua imprensa, literatura e discursos de norte a sul do país.”⁷⁸

A aproximação da doutrina do *Sigma* aos fascismos europeus lhe rendeu as alcunhas de “fascismo tupiniquim” e “nazismo brasileiro”. O integralismo não foi um “apêndice do Partido Nacional-Socialista ou, (...), uma imitação tupiniquim do partido alemão”⁷⁹ ou do partido fascista italiano. A trajetória da AIB extrapolou a ideia de um simples mimetismo fascista. A AIB possuiu características peculiares, próprias da conjuntura política, econômica e social na qual estava inserida. Realizou uma apropriação das orientações fascistas europeias dentro de uma realidade brasileira, o que explica alguns aspectos, como o espiritualismo e o apelo cristão-católico como atributos próprios do integralismo brasileiro⁸⁰.

Os camisas verdes não conseguiram chegar ao poder e estabelecer o integralismo enquanto regime político – como ocorreu com o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália. Contudo, é inegável o impacto causado pela AIB no cenário político nacional durante seu período de legalidade. Não fosse sua dissolução em 1937 e a retirada da candidatura de Plínio

de um “o outro judaico” e uma “Rússia judaica”. Ora, apontar um judeu enquanto “outro”, assim como associá-lo à Rússia (país símbolo maior do comunismo), nesse período, tem como objetivo fim direcionar a imagem desse judeu enquanto inimigo. O antissemitismo é considerado o tema de maior destaque no discurso Barrosiano. Tanto que sua entrada na AIB rendeu para o movimento adeptos provenientes da pequena burguesia simpáticos ao antissemitismo. Cf. TRINDADE, Héliogio, 2016, p. 76. BERTONHA, João Fábio. Além das palavras e do discurso: questões metodológicas para o estudo do antissemitismo integralista. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014, p. 236. DANTAS, Elynaldo Gonçalves, 2014, p. 45.

⁷⁶ ATHAÍDES, Rafael. 2008, p. 49.

⁷⁷ PAXTON, op. cit., p. 43.

⁷⁸ DOTTA, Renato de Alencar. Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro – Da AIB ao ciberintegralismo (1932 a atualidade). **Boletim do Tempo Presente**, nº 03, de 12 de 2012, p. 6.

⁷⁹ Gertz, René E. Quase dois irmãos: As semelhanças e diferenças entre os integralistas e nazistas brasileiros. *Revista de História*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/quase-dois-irmaos>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

⁸⁰ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa Integralista, imprensa militante (1932-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Salgado à presidência das eleições de 1938 (que foi anulada logo em seguida), a vitória verde oliva nas urnas teria sido possibilidade bastante plausível.⁸¹ Afinal, como ressaltou Trindade, os integralistas tiveram uma extraordinária capacidade de mobilização das massas, expandindo a sua doutrina a um nível nacional.⁸²

1.2.1 A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco

O marco oficial da fundação da Ação Integralista Brasileira ocorreu outubro de 1932, com o lançamento do *Manifesto de Outubro* no Teatro Municipal de São Paulo. O documento redigido pelo idealizador e líder da AIB, Plínio Salgado, era constituído por um total de dez tópicos, que versavam sobre a concepção integralista “[...] do homem, da nação, da autoridade, do nacionalismo, dos partidos políticos, da família, dos municípios, questões sociais, e finalmente o que representava o futuro Estado Integral.”⁸³ Ou seja, tratava-se de uma apresentação das bases doutrinárias e organizacionais do movimento integralista.⁸⁴ Logo, viver plenamente o integralismo consistia em assumir uma identidade de pertencimento delineada a partir do *Manifesto de Outubro* de 1932.⁸⁵

Em Pernambuco, a base da recepção e propagação da doutrina do *Sigma* se formou a partir dos intelectuais e estudantes da Faculdade de Direito do Recife.⁸⁶ Instituição tradicionalmente fomentadora de intensos debates acadêmicos, a Faculdade de Direito foi um importante centro de difusão de doutrinas políticas, filosóficas e sociais nos anos de 1930. É importante salientar que muitos de seus membros pertenciam às famílias tradicionais, católicas e conservadoras do estado, contribuindo assim para uma identificação dos mesmos com a proposta de “revolução espiritualista” propalada por Plínio Salgado como eixo do movimento.⁸⁷

⁸¹ OLIVEIRA, Flavio Dos Santos. **Reflexões sobre o integralismo em Cachoeiro de Itapemirim**: contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p. 49.

⁸² TRINDADE, Héglio. **A tentação fascista**: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 48.

⁸³ SCHMIDT, Patrícia. **Plínio Salgado**: O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p. 61.

⁸⁴ BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do Eixo**: os camisas-verdes e o jornal integralista Ação. 2007. 280f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007, p. 72.

⁸⁵ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Projetos de Mulher: a educação feminina na família integralista**. In: **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, 2006, p. 1.

⁸⁶ SILVA, Giselda Brito. O integralismo em Pernambuco: uma história entre tantas da Ação Integralista Brasileira. In: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. 2ª edição [recurso eletrônico] – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 103.

⁸⁷ *Ibidem*, loc. cit.

O *Manifesto do Recife* foi publicado em novembro de 1932 e assinado pelo Núcleo da Faculdade de Direito do Recife.⁸⁸ Em consonância ao *Manifesto de Outubro*, “expressou o sentimento de renovação política, moral e religiosa da sociedade pernambucana, rompendo com a decepção política do liberalismo após os movimentos de 1930.”⁸⁹ Publicado parcialmente em diversos jornais da capital pernambucana, o *Manifesto do Recife*, foi amplamente utilizado para divulgação e debate da doutrina integralista na capital pernambucana:

[...]. Defendemos a família, instituição fundamental, cujos direitos mais sagrados são prescritos pelo comunismo. [...]. Queremos a reabilitação do princípio de autoridade. Que esta se respeite e se faça respeitar-se [...] A reabilitação da política. Uma política nacional, informada de todas as nossas realidades econômicas, sociais e espirituais. [...]. Somos pela representação profissional. Contra os partidos políticos. Instáveis. Inexpressivos. Fracionadores.⁹⁰

Para Giselda Brito, a manutenção de uma elite predominantemente composta por famílias tradicionais e conservadoras – profundamente católicas e patrimonialistas –, tornou o estado de Pernambuco um terreno fértil para a produção de sentido e difusão do discurso integralista, que girava, sobretudo, em torno do anticomunismo, antiliberalismo e catolicismo.⁹¹ O integralismo surgiu “como defensor das tradições que se encontravam ameaçadas pelo avanço comunista e a crise liberal”⁹², dialogando assim com os interesses dessa elite.

A atuação do integralismo em Pernambuco foi coordenada pela AIB-PE (Ação Integralista da Província de Pernambuco), que seguia a mesma estrutura “burocrática e autoritária” do restante do país, pautada nos valores da hierarquia e disciplina. No topo dessa hierarquia se encontrava o Chefe Nacional, Plínio Salgado. Todo novo membro, antes mesmo de adentrar em seu respectivo núcleo, deveria assinar uma declaração de juramento de fidelidade ao chefe e à doutrina integralista – o que fazia de Salgado um líder com uma autoridade inquestionável. Segundo Trindade:

[...] A estrutura da Ação Integralista Brasileira, desde o Chefe até os militantes de base, forma uma organização burocrática e totalitária. A burocracia da organização manifesta-se através de um complexo de órgãos, funções, papéis, comportamentos previstos minuciosamente pelos estatutos, resoluções do Chefe e rituais; o caráter totalitário [...] através das relações rígidas entre os órgãos de enquadramento

⁸⁸ MOURA, Carlos André Silva de. Integralistas e católicos: as relações discursivas entre intelectuais católicos pernambucanos e a Ação Integralista Brasileira (1930-1937) In: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. 2ª edição [recurso eletrônico] – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 74.

⁸⁹ Ibidem, loc. cit.

⁹⁰ AÇÃO Integralista Brasileira. Manifesto do Núcleo da Faculdade de Direito do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 24 nov. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&PagFis=7581>. Acesso em: 17 jun. 2016.

⁹¹ SILVA, Giselda Brito, 2016, p. 103.

⁹² Ibidem, p. 105.

disciplinado dos militantes [...] e da submissão autoritária e fidelidade aos superiores.⁹³

Esse rigor hierárquico e disciplinador, somado a uma evidente pretensão totalitária, criava uma imagem de força, moralidade e ordem ao movimento. Atribuições que passaram a chamar a atenção e atrair aqueles que se encontravam desiludidos com a crise do liberalismo e alguns receosos das reverberações da “Revolução de 1930” no cenário político social brasileiro. Enxergavam a AIB como uma opção política condizente com as necessidades nacionais.

Durante a década de 1930, os integralistas constituíram uma extensa rede de jornais e revistas com vistas à difusão de sua doutrina. A utilização de aparelhos de propaganda como forma de mobilização das massas e de enquadramento numa socialização planejada foi um recurso bastante utilizado pelos fascismos.⁹⁴ Muitos jornais considerados não partidários também noticiavam as ações da AIB e de seus líderes. Em Recife, o *Jornal Pequeno* atuou como um grande propagador do movimento até o estabelecimento do Estado Novo, em 1937. Foram publicadas inúmeras matérias abordando o avanço e as atividades realizadas pela AIB-PE, enquetes e depoimentos promovidos por membros da Faculdade de Direito do Recife sobre temas comuns ao discurso integralista. Além de trazer para suas páginas discussões sobre a Europa nazista e fascista, por vezes chegando a colocar tais movimentos em condição de similitude com o integralismo.⁹⁵ Segundo matéria publicada dois anos após fundação da AIB, o *Jornal Pequeno* compara o crescente avanço integralista aos dos países fascistas europeus:

O Fascismo levou três anos para vencer na Itália. O Hitlerismo gastou mais alguns e dominou a Alemanha. Quantos anos levará o Integralismo para tomar conta do Brasil? [...] com toda essa eloquência notável, os fatos estão mostrando o progresso vertiginoso com que estão propagando por toda parte e em todas as camadas sociais o movimento nacionalista desencadeado no Brasil pelo escriptor Plínio Salgado. Não é difícil prever que dentro de poucos anos estaremos sob o domínio do Sigma⁹⁶.

A matéria ainda ressaltava o aumento do número de adeptos ao movimento no estado, reforçando o argumento anterior sobre sua “previsão” quanto ao destino político do país:

A sede do núcleo de Pernambuco tem realizado reuniões semanais bastante concorridas, sendo incessante o movimento de inscrições. Além das reuniões semanais, para leitura de comunicado do Sul e palestras doutrinárias há ainda outras reuniões reservadas ao estudo do pensamento integralista⁹⁷.

⁹³ TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, Difel, 1979, pp. 161-162.

⁹⁴ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos, 2007, p. 36.

⁹⁵ SILVA, Giselda Brito. **O integralismo e o Estado Novo**: diálogos e confrontos. Recife, EDUFERPE, 2017, p. 28.

⁹⁶ O MOVIMENTO Integralista no Sul do Brasil: ecos da grande parada dos “camisas verdes”. **Jornal Pequeno**, Recife, 6 jul. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800643/54178>>. Acesso em: 23 out. 2016.

⁹⁷ O MOVIMENTO Integralista no Sul do Brasil: ecos da grande parada dos “camisas verdes”. **Jornal Pequeno**, Recife, 6 jul. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/54178>>. Acesso em: 23 out. 2016.

Além das reuniões semanais citadas pelo *Jornal Pequeno*, era realizada ainda uma série de palestras e conferências, muitas delas abertas não apenas para os membros da AIB, mas também para o resto da população. Prática que trazia uma grande contribuição para o aumento do número de adeptos ao integralismo, como também se apresentava como uma forma eficaz de propagar a doutrina.

Assim como ocorreu em outros estados brasileiros, em Pernambuco também houve adesão de teuto-brasileiros às fileiras do integralismo. De acordo com Ana Maria Dietrich, a AIB atuava como uma “segunda via”, uma alternativa interessante aos teuto-brasileiros que não poderiam ingressar no Partido Nazista.⁹⁸ O alinhamento de uma perspectiva teórica com o anticomunismo, antisemitismo, antiliberalismo, “valorização da ordem e do trabalho, forte idealismo pátrio”⁹⁹ e a aproximação quanto ao uso dos ritos e símbolos, como seus desfiles, marchas, uniformes e hinos, tornaram o integralismo uma opção política interessante aos olhos desses alemães. A AIB utilizou-se amplamente de uma propaganda no idioma alemão, contendo várias referências e citações diretas ao nazismo, como forma de adquirir cada vez mais adeptos das colônias alemãs, como no seguinte panfleto que circulava na década de 1930: “Se você é alemão nacional-socialista, e é agradecido à sua Pátria de origem que fez a Alemanha livre do caos marxista e comunista (...) então ingresse para os camisas-verdes liderados por Plínio Salgado”¹⁰⁰. Tal propaganda buscava criar uma representação do nazismo na estrutura política integralista através da semelhança do discurso ideológico de ambos os movimentos.

Contudo, de acordo com a polícia política (DOPS-PE), havia casos de alemães integrantes do Partido Nazista em Pernambuco que também estavam vinculados à AIB no estado. Algo semelhante ocorria em outros estados do Nordeste, como, por exemplo, na Paraíba.¹⁰¹ Tal fato tornava possível uma maior colaboração entre ambos ao passo que contrariava diretamente as regras da Organização do Partido Nazista no Exterior, que deixava bastante claro que os alemães residentes no exterior não deveriam se vincular a grupos, partidos ou qualquer tipo de mobilização política do que chamavam de país de hospedagem.¹⁰²

As orientações da Organização do Partido Nazista no Exterior (A.O.) não eram necessariamente seguidas à risca, como é possível prever. Em 1938, por exemplo, diversos

⁹⁸ DIETRICH, Ana Maria. **Entre sigmas e suásticas**: o nazismo e integralismo no Sul do Brasil. In: SILVA, Giselda Brito (org.). Estudos do integralismo no Brasil. 2ª edição [Recurso eletrônico] – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 211.

⁹⁹ Ibidem, loc. cit.

¹⁰⁰ RIBAS, Antônio de Lara. O Nazismo em Santa Catarina. In: **Delegacia da Ordem Política e Social de Santa Catarina**. O Punhal Nazista no Coração do Brasil. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944, p. 137.

¹⁰¹ Relatório sobre Paulista e Rio Tinto. 30 de maio de 1938. **Prontuário individual: 4949**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁰² DIETRICH, Ana Maria, 2016, p. 210.

jornais e demais meios de comunicação apontaram os partidários do nazismo no país (incluindo o seu líder máximo no Brasil, Hans Henning Von Cossel) como colaboradores diretos no evento do *putsch Integralista*. Nada chegou a ser efetivamente comprovado, entretanto, tais rumores reforçaram a ideia de ação conjunta desses dois movimentos (uma colaboração em via de mão dupla), contribuindo para um discurso legitimador de uma ação repressiva do Estado contra os mesmos.

1.3 Outro conveniente: o perigo alemão e a quinta-coluna no Brasil

Desde que assumiu o poder em 1930 através de um golpe maquiado de revolução, Vargas dedicou-se a 'fabricar' ilusões e a construir perigos políticos, reais e imaginários, de forma a garantir sua continuidade no poder.

*Maria Luiza Tucci Carneiro.*¹⁰³

O Estado Novo brasileiro (1937-1945) foi um regime que se constituiu em decorrência de uma política de massas. A irrupção de movimentos sociais e políticos durante a década de 1920, tiveram impacto bastante negativo em setores das elites intelectuais e políticas brasileiras que já se encontravam receosas com a ideia do avanço do comunismo em decorrência da Revolução Russa.¹⁰⁴ O crescimento de tais movimentos gerou grandes críticas dessa elite sobre a capacidade do sistema liberal em estabelecer controle sobre a suposta desordem reinante no país.¹⁰⁵ Assim sendo, o golpe de 1937 esteve atrelado a “uma reação pânica de setores tradicionais” diante da possibilidade de perder seu controle do Estado.¹⁰⁶

Voltado para a construção de um Estado forte, centralizado, de viés fortemente nacionalista e com um discurso de supervalorização da ordem social e da segurança nacional, o Estado Novo emergia com o discurso de gerar “mudanças consideradas necessárias para

¹⁰³CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. Propaganda e revolução: os caminhos do impresso político: 1930-1945. In: TORRALBA, Luís Reis; Paulo, Heloisa (orgs.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações**: propaganda, ideologia, historiografia e memória. [Recurso eletrônico]. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008, p. 147.

¹⁰⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucilia Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano**, v. 2 - O Tempo do Nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 110.

¹⁰⁵ *Ibidem*, loc. cit.

¹⁰⁶ SILVA, Francisco Teixeira. Por uma história comparada das ditaduras. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010, p. 73.

promover o progresso dentro da ordem”,¹⁰⁷ como, por exemplo, o controle e a integração política das massas.

Não foi por acaso que a década de 1930 foi o momento em que o Brasil tentou se dar uma explicação nacional utilizando características generalizantes. Era necessário criar uma ideia de unidade, arregimentar as massas segundo um ideário comum e ensiná-las que estavam ligadas a um todo maior: a pátria. No Estado Novo buscou-se criar uma identidade nacional coletiva que se opusesse à identidade nacional liberal, tida como individualista. Contudo, a construção dessa identidade coletiva foi baseada na afirmação do *nós* coletivo, em detrimento do *eu* individual e na negação do *outro*, colocado – principalmente através da propaganda – como um inimigo que ameaçava essa suposta “unidade e harmonia do todo social ou do coletivo representado pela nação”.¹⁰⁸ Lembremos que esse período faz parte de uma conjuntura de grandes conflitos ideológicos, como o crescimento da esquerda com o comunismo e o anarquismo, a ascensão da Aliança Liberal, do movimento integralista liderado por Plínio Salgado, além das “questões regionais colocadas pelas dificuldades das antigas oligarquias retiradas do poder com a revolução de 30”.¹⁰⁹ Logo, essa luta de representações agia como um legitimador de lugares sociais. E quem estava autorizado a estabelecer esses lugares era quem possuía o controle da informação e dos meios de comunicação, que, no caso das ditaduras, era o próprio Estado.

Sendo assim, a emergência de um inimigo comum, ou o “*outro* conveniente”, aparece no governo estado-novista como elemento “mobilizador permanente das forças do Estado e das ações de convencimento das massas de um complô antinacional (...) e antipopular”¹¹⁰ que precisaria ser combatido através da luta dessa massa social ao lado do seu líder nacional.

Nesse momento despontavam como inimigos nacionais, ao lado do já odiado comunismo, os imigrantes oriundos de países que lutavam a favor do Eixo e os membros do integralismo brasileiro. No caso dos alemães, a existência de um “perigo alemão” no Brasil era algo que remontava ainda ao século XIX. Contudo, o tema teve seu ápice no final da década de 1930, devido às políticas nacionalizadoras de Vargas e ao início da Segunda Grande Guerra.

¹⁰⁷ CAPELATO, Maria Helena, 2003, p. 109.

¹⁰⁸ CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política no varguismo e peronismo**: caminhos metodológicos. In: GUAZZELI, César Augusto Barcellis *et al.* (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre, 2000, p. 39.

¹⁰⁹ ROCHA, Rafael Pires. **Propaganda Política e Censura no Estado Novo em Pernambuco (1937-45)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008, p. 20.

¹¹⁰ SILVA, Carlos Teixeira da. Sobre os tribunais do Terceiro Reich: os fascismos e as ditaduras, o que ainda há para estudar? In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014, p. 42.

Em 1938, os decretos conhecidos como “leis nacionalizadoras” eram medidas legais que agiam como meio para pressionar a assimilação, a nacionalização dos estrangeiros e, assim, alcançar o estabelecimento de uma unidade “étnico-cultural-religiosa” no país.¹¹¹ Dessa forma, o governo pretendia o duplo benefício de difundir uma ideia de brasilidade e dificultar a possibilidade de “ação de políticas estrangeiras e redes de espionagem”.¹¹²

Nesse período, a ideia da existência de um “perigo alemão” foi bastante explorada como meio de instrumentalização do medo. De acordo com a historiadora Priscilla Perazzo:

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, quando a ideia de “perigo alemão” foi exacerbada às últimas consequências, o alemão foi identificado como nazista, enquanto o nazismo passou a ser sinônimo de atrocidade e maldade, selvageria e matança, insensibilidade e desumanidade. “O perigo alemão” se apresentou de forma mais ameaçadora do que fora visto até então. Foi possível veicular essas imagens à medida que já existiam no imaginário nacional brasileiro – pelo menos – receptivo à ideia da real existência de um “perigo alemão”.¹¹³

Segundo Michel Foucault, “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que as produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem. ‘Regime’ de verdade”¹¹⁴. Logo, a construção dos discursos sobre o “perigo alemão” e da “quinta coluna” estavam envoltos em exigências e urgências políticas e de regulamentação social. Os “efeitos de verdade” oriundos da ideia de uma ameaça germânica à soberania brasileira reverberaram na vida cotidiana dos imigrantes estabelecidos no país a imagem de traidores da pátria e “quintas colunas” referente ao cotidiano dos membros da AIB¹¹⁵.

Em relação ao integralismo, João Fábio Bertonha define a relação da AIB com o governo Vargas até 1937 como ambígua: “suspeição, desconfiança, solidariedade e aproximação se alternavam conforme a conjuntura de cada momento”.¹¹⁶ Os líderes da AIB se posicionaram a favor de Getúlio no golpe que instaurou o Estado Novo, contando com a promessa de que “estaria na base do governo e/ou teria representatividade neste (...)”.¹¹⁷ Afinal,

¹¹¹ GERTZ, René E. **O Perigo Alemão**. Rio Grande do Sul. Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 7.

¹¹² WEIZENMANN, Tiago, op. cit., p. 90.

¹¹³ Ibidem, p. 51.

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011, p. 14.

¹¹⁵ O termo “quinta-coluna” tem sua origem na guerra civil espanhola. Durante o avanço em direção a Madri, havia quatro colunas militares e mais uma quinta integrada por simpatizantes e ideologicamente identificada com os fascismos europeus. No Brasil, a expressão foi utilizada designar brasileiros que demonstrassem simpatia ou agissem a favor dos alemães ou italianos durante a Segunda Guerra. Segundo Philonila, “quinta-coluna” também era um vocábulo utilizado como meio de acusação contra àquele que se manifestasse de alguma forma contra as ações do governo diante da guerra. Cf.: CORDEIRO, Philonila. **Ascensão das Ideias Nazistas em Pernambuco: Quinta-Coluna em Ação (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p. 14.

¹¹⁶ BERTONHA, João Fábio. **O Integralismo e sua história: Memória, fontes e historiografia**. Salvador: Editora Pontocom, 2016, p. 153.

¹¹⁷ Ibidem, loc. cit.

em 1937 os integralistas já se constituíam enquanto grupo nacionalmente representativo e de significativa força política. Contudo, após o triunfo do golpe, não houve o cumprimento das promessas realizadas aos integralistas, o que gerou uma reação de hostilidade de uma parcela dos membros da AIB, resultando no ataque armado de 1938¹¹⁸. A derrota do levante e a rápida ação dos militares em desarticular a intentona acabou gerando um efeito de verdade, tanto em relação à imagem de “salvador da pátria” associada ao presidente, como na criação dos integralistas enquanto inimigos da nação, associados, estes, à ideologia de extrema direita europeia. Para Giselda Brito, essa nova imagem de traidores e subversivos dos camisas verdes legitimava o Estado Novo no poder:

Ao conspirar contra Getúlio, um governo ‘aceito pelo povo’, os integralistas não foram apenas apontados como traidores da pátria, como também da própria ideologia da qual faziam parte. Depois do *Putsch Integralista*, no qual eles eram os principais articuladores, considerados de grande periculosidade, pior que os comunistas, porque haviam se disfarçado de amigos, mas que teriam traído a pátria e os ideais que defendiam.¹¹⁹

Prontamente, instalou-se uma repressão contra o integralismo. Sua imagem foi transformada pelo discurso oficial do Estado no que Bertonha chamou de “o *outro* do Estado Novo”. E a imagem desse outro foi construída como sendo “fascista, ditatorial, inimigo da liberdade, da nacionalidade e da própria independência do Brasil, enquanto o novo regime era o único verdadeiramente nacionalista e defensor de um futuro para o país.”¹²⁰

Quando a Segunda Guerra é deflagrada, o discurso que colocava os integralistas no papel de traidores foi reforçado. Devido a sua aproximação com a ideologia e estética dos regimes fascistas, os integralistas eram acusados de agir enquanto um instrumento propositalmente empregado para facilitar a infiltração do nazismo – considerado um movimento que seria apenas camuflado por um discurso nacionalista, mas que na verdade se tratava de um agente a favor do Eixo:¹²¹

O integralista é fatalmente um adepto do eixo, os integralistas são inimigos da democracia e por conseguinte, inimigos da América e do Brasil. Representam, além do mais, perigosa reserva de que os agressores do mundo podem lançar mão, dentro

¹¹⁸ O Putsch Integralista ou Intentona Integralista, como também ficou conhecido, se tratou de um movimento armado que ocorreu em 1938 contra o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. A autoria do levante foi atribuída à Ação Integralista Brasileira.

¹¹⁹ SILVA, Giselda Brito. Tempos de guerra e de exílio: a situação do ex-líder dos integralistas durante a Segunda Guerra Mundial em Portugal. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010, p. 598.

¹²⁰ BERTONHA, João Fábio; 2016, p. 154.

¹²¹ GERTZ, René. **O Perigo alemão**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1998, p. 55.

de nossas fronteiras. O integralismo é igual ao totalitarismo. O totalitarismo é igual ao eixo.¹²²

O ataque ao Palácio da Guanabara havia causado um grande desgaste na imagem dos integralistas diante da sociedade brasileira. Somado a tal fato, o discurso da imprensa, centrado na difamação dos mesmos enquanto traidores da pátria que agiam a favor dos países do Eixo, passou a produzir sentido para boa parte da população.

1.3.1 A imprensa e construção do inimigo

A imprensa teve participação fundamental na construção do discurso sobre um perigo alemão e a respeito de uma quinta coluna no Brasil e em Pernambuco. Uma vez que “não basta somente construir o inimigo. É necessário divulgá-lo, para que a sociedade o incorpore também como seu”¹²³. A criação de um inimigo nacional estava diretamente ligada a questões políticas, econômicas e sociais de um determinado momento histórico. Considerando o momento político nacional, a partir da demanda de uma nacionalização do país, e, posteriormente, reforçado com a declaração de guerra ao Eixo e o alinhamento do Brasil com os Aliados, os alemães e quinta-colunas passaram a compor de maneira mais efetiva no imaginário social a representação da imagem do inimigo

Nas primeiras décadas do século XX, dois meios de comunicação atingiam uma parcela considerável da população: o rádio e os jornais. Esses dois recursos midiáticos eram bastante utilizados para a doutrinação política e propagandística do governo, além do forte controle sobre o que seria publicado. Segundo a historiadora Graça Ataíde, a imprensa foi lançada ao patamar de quarto poder em Pernambuco nas décadas 1930 e 1940, tal sua importância no cenário político do período abordado.¹²⁴

Durante o Estado Novo, a imprensa passou a ser subordinada ao poder público com o argumento da necessidade de “centralização da informação”, para assegurar a relação direta entre sociedade e governo, de forma ágil e sem intermediários¹²⁵. O governo passou a transformar esses canais que deveriam servir de meio de expressão da sociedade civil em espaços de propaganda do governo “caracterizado pelo discurso nacionalista, populista,

¹²² Diário de Pernambuco. 6 de julho de 1942. **Prontuário funcional: 5998**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹²³ CORDEIRO, Philonila. Guerra de palavras: a construção do inimigo “quinta coluna” pela imprensa pernambucana durante a segunda guerra Mundial. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, ano 6, v. 6, n. 1, jan./fev./mar. 2009, p. 3. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 10 mai. 2016.

¹²⁴ ALMEIDA, Graça Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 181.

¹²⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 21.

legitimador da ordem e autoritário. Pretendia-se a manipulação das massas, utilizando para isso a censura, a construção do inimigo e a perseguição”¹²⁶. Logo, o poder político exercido no período da ditadura Vargas conjugou o monopólio da força física (repressão através do aparato policial) e da força simbólica¹²⁷.

Getúlio Vargas fez amplo uso da propaganda, sobretudo para a divulgação da ideologia do Estado Novo e no processo de construção da sua imagem de grande líder das massas, enquanto promotor da prosperidade da nação brasileira; como também na construção da representação do *outro*.¹²⁸ A propaganda agia enquanto uma estratégia de exercício de poder. O Estado dedicava um grande esforço para estabelecer o maior controle possível sobre os meios de comunicação. E, para isso, utilizou-se do DIP enquanto censor e da DOPS enquanto aparato repressor. Através de tais aparatos, o governo Vargas conseguia construir, criar ou legitimar um inimigo comum já existente ou o inverso, lançar a herói quem fosse de seu interesse. Afinal, como dizia o slogan do Partido da obra de George Orwell, 1984: “quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”.¹²⁹

Em Pernambuco, Agamenon Magalhães, ao ser nomeado pelo presidente para o cargo de interventor do estado, não tardou em colocar em circulação *A Folha da Manhã*, um jornal de sua propriedade no qual também colaborava como colunista.¹³⁰ De acordo com Agamenon, o jornal tinha como compromisso difundir e popularizar a ideologia do regime a diferentes camadas sociais¹³¹. O interventor se comunicava diretamente com a população pernambucana

¹²⁶ CORDEIRO, Philonila. Guerra de palavras: a construção do inimigo “quinta coluna” pela imprensa pernambucana durante a segunda guerra Mundial. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, ano 6, v. 6, n. 1, jan./fev./mar. 2009, p. 2. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 10 mai. 2016.

¹²⁷ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 161.

¹²⁸ Como exemplo desse “outro” podem ser citados os comunistas, integralistas e os próprios alemães – através do discurso do perigo alemão. Todo aquele que não se enquadrasse na norma estabelecida estava passível a ter sua imagem direcionada na imprensa como algo negativo ao bem-estar e à segurança da nação. Como também, se for de interesse do governo, a representação do “outro” pode ser realizada através de símbolos positivos, até mesmo chegando próximo da exaltação, como no caso da Alemanha Nazista no período pré-guerra. Dessa forma, de acordo com Roger Chartier, no Estado Novo se estabelece uma dominação simbólica pelo Estado. Este usa a construção da representação como arma e objeto de exercício de poder. Cf. CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991, pp. 173-191.

¹²⁹ Escrito ainda no calor dos acontecimentos da Segunda Grande Guerra Mundial, 1984 é uma crítica ao modelo político dos regimes autoritários da década de 1930 e ao mesmo tempo uma denúncia do que poderia ocorrer caso tais modelos tivessem triunfado no século XX. Cf. ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 291.

¹³⁰ Agamenon Sérgio de Godói Magalhães, pernambucano de Serra Talhada, assumiu o cargo de interventor do Estado de Pernambuco em 3 de dezembro de 1937. Agamenon havia ocupado também o cargo de ministro do Trabalho, indústria e comércio do governo Vargas em 1934. Em janeiro de 1937, assumiu interinamente o Ministério da Justiça. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes>. Acesso em: 20 jan. 2014.

¹³¹ ALMEIDA, Graça Ataíde., op. cit., p. 130

através de dois jornais diários e por um programa de rádio¹³². E ainda através da reprodução do seu discurso, que era endossado por adeptos do regime Vargasista, entre os quais pessoas que faziam parte de grupos considerados como formadores de opinião: jornalistas, religiosos e intelectuais¹³³. Os posicionamentos políticos do interventor ditavam o tom das notícias do jornal. No caso dos alemães, matérias jornalísticas exaltando a Alemanha enquanto “*guapa, viva e gloriosa*”¹³⁴ deram lugar, com os desdobramentos da Segunda Guerra, a artigos voltados a conclamar a população a aumentar a “desconfiança em torno dos louros e serem vigilantes com o perigo que estava em toda parte.”¹³⁵ Os louros aos quais Agamenon se referia eram os alemães, indivíduos que antes tinham sua nação reverenciada nesse mesmo jornal.

Já o *Jornal Pequeno*, que outrora era responsável por matérias que sugeriam grande simpatia e apoio ao integralismo e regimes fascistas europeus, se tornou um dos seus mais ferrenhos críticos:

[...] Fala-se muito nesta guerra na Quinta Coluna. Sabem o que é a Quinta Coluna? São indivíduos que vivem nos países neutros, gosando da intimidade da população – estrangeiros ou nacionais – e, por questão de credo político, na hora H prestam apoio aos invasores. Constituem a nata da traição. [...]. Os países que ainda não foram atingidos estão tomando as medidas mais sérias possíveis, dada a gravidade do movimento que vem provar o internacionalismo do fascismo, que já não é mais mercadoria para uso interno. O fanatismo chega a tal ponto que doutrinas que se **apresentavam com acendrado pendor nacionalista obrigam seus membros a traição da pátria em benefício dos alemães**. O Brasil oficial é neutro [...] Mas, cada brasileiro tem sua simpatia que não esconde. Observe-se um brasileiro que já usou **camisa verde** e veja-se por quem se manifesta simpatia.¹³⁶ [grifo nosso].

Através de um discurso acusatório e generalizante, a imprensa buscava definir os perigosos inimigos da pátria. No caso dos integralistas, também conhecidos como camisas verdes e seguidores de uma doutrina de viés fascista, como consta no trecho destacado, é reforçada a ideia de que os mesmos se colocariam a favor dos alemães “por questão de credo político” e contra sua própria nação.

Poucos antes de entrar na guerra, Getúlio realizou um discurso de ano novo reafirmando seu compromisso com as “nações democráticas” e convidando a população a lutar contra os “inimigos camuflados”, os quinta-colunas. Com isso, já dava sinais de que a entrada na guerra ao lado dos Aliados era apenas uma questão de tempo. No Recife, o jornal *Diário da Manhã* publicou notícia sobre o discurso do presidente em 6 de janeiro de 1942:

¹³² Ibidem., p. 132.

¹³³ CORDEIRO, Philonila, 2009, p. 2.

¹³⁴ ALMEIDA, Graça Ataíde, op. cit., p. 223.

¹³⁵ LEWIS, Susan, 2005, p. 119.

¹³⁶ MELO, Mário. Ontem, hoje, amanhã. *Jornal Pequeno*. Recife, p.4. 27 mai. 1940. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&PagFis=65545>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

É preciso que o povo brasileiro não esqueça a advertência contida no discurso presidencial de que os perigos ocultos nos ameaçam por todos os lados. O lema de todos nós, neste momento, deverá ser o da vigilância incansável contra os inimigos camuflados, contra os traidores encobertos que devem existir, em grande número, mesmo no seio das nossas próprias famílias. Que cada um faça por si o dever que incumbe a todos e a ameaça da quinta coluna poderá ser afastada com êxito.¹³⁷

Além de setores da imprensa (falada e escrita), havia também uma mobilização de grupos e indivíduos que se posicionavam contra o Eixo e seus simpatizantes através de panfletos, folhetos e cartazes distribuídos pelas ruas do Recife. Um folheto apreendido pela DOPS-PE abordava o episódio do afundamento dos navios como uma “tocaia nos mares, fazendo correr o sangue inocente dos nossos irmãos”. Instigava a população a combater a quinta-coluna realizando denúncias, utilizando para isso um discurso de ódio àqueles a quem chamavam de traidores da pátria:

O instante é das mais graves apreensões. Os miseráveis agressores que nos põem em tocaia nos mares, fazendo correr o sangue inocente dos nossos irmãos, receberão o troco que lhes é devido. Ha, porém, um perigo maior, necessariamente muito maior, contra o qual todos nós brasileiros devemos estar alertas. Este perigo precisa indicá-lo? É a **quinta coluna**, que reúne a fina flor da malandragem, do crime, da traição. **Uns são detritos do integralismo** e outros despudorados despidos de vergonha (...) **BRASILEIROS!** Espiai-os-bem: Eles estão em toda parte. Não deveis estender-lhes as vossas mãos salvas e limpas de homens dignos, mas apontá-los a polícia para que eles paguem bem caro o crime nefasto da traição.¹³⁸ [grifo nosso].

Não era raro esse tipo de discurso ser veiculado nesse período, tanto em jornais de grande circulação e credibilidade no estado de Pernambuco – como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal Pequeno* –, como também na mídia informal que circulava pela cidade. O *Jornal Pequeno*, por exemplo, na sua coluna diária intitulada *Hoje, Ontem, Amanhã*, chegou a publicar uma matéria afirmando que o ato de se colocar ao lado do Eixo “se trata de verdadeira degradação e traição infame e miserável”, e sugere que “para estes a ação deve ser sumaríssima e inclemente. É encostá-los à parede e fuzilá-los”¹³⁹. Entre os *Viva a democracia! Morra o nazismo e a quinta coluna traidora*,¹⁴⁰ o ódio era espalhado pela imprensa.

“Toda cultura, toda classe, todo século constrói seus próprios álibis para agressão”,¹⁴¹ afirma Peter Gay na sua obra *O Cultivo do Ódio*. Esses álibis, segundo o autor, se constituem,

¹³⁷ A MENSAGEM do ano novo. **Diário da Manhã**. Recife, p. 3. 06 jan. 1942. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1942&PagFis=33>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

¹³⁸ Documento anônimo convocando a população a denunciar os quinta-colunas. [s.d.]. Envelope: 01. **Prontuário funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹³⁹ MELO, Mário. *Ontem, hoje e amanhã*. Recife, p.3. 24 ago. 1942. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/67754>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

¹⁴⁰ Documento anônimo convocando a população a distribuir cópias do seu conteúdo como forma de realizar um saneamento moral. [s.d.]. Envelope: 01. **Prontuário funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁴¹ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 43.

em sua maioria, em “réplicas de racionalizações consagradas pelo tempo, ou sutis variações das mesmas, apenas uma pequena parte consegue ser verdadeiramente inovadora”.¹⁴² Podem se tornar facilmente generalizações em determinadas conjunturas político-sociais, como ocorreu no caso dos alemães e dos integralistas durante o Estado Novo.

A promoção de um *Outro coletivo* enquanto inimigo nacional foi um álibi para agressão recorrentemente utilizado no governo Vargas, uma vez que a construção de um *Outro odioso* garantia a permissão de “pensamentos irados e atos hostis” contra o mesmo.¹⁴³ Esses álibis emergiam como justificadores das ações do governo contra grupos que de alguma forma fossem entendidos enquanto ameaça à ordem política vigente. De acordo com Peter Gay, há muito tempo “os políticos vêm explorando esse traço humano sabendo que o ódio pode ser cultivado com um propósito, eles constroem inimigos para promover a concórdia interna”.¹⁴⁴

O ódio, conforme analisa Clara Góes, é uma paixão e como tal é capaz de levar consigo a consciência e a razão. O ódio enquanto instrumento político se revela como uma eficaz estratégia de articulação das massas como força política.¹⁴⁵ O discurso da imprensa produzia e alimentava o ódio, e por vezes o medo, contra a ameaça que representavam todos aqueles oriundos das nações do Eixo ou quem suscitasse algum tipo de relação com os mesmos.

O Brasil declarou guerra às potências do Eixo em agosto de 1942, após sucessivos ataques aos navios brasileiros.¹⁴⁶ No total foram cinco navios afundados por submarinos do Eixo no litoral nordeste, na costa entre Sergipe e Bahia, contabilizando, aproximadamente, mais de 800 mortes.¹⁴⁷ A ofensiva contra os navios e as consequentes perdas humanas geraram uma enorme comoção popular em várias capitais do país.

No Recife, em 12 de agosto de 1942, o ódio quase que diariamente era incitado pela imprensa e com o estopim dos afundamentos dos navios teve uma repercussão violenta. Houve quebra-quebra, no qual várias casas e lojas de imigrantes oriundos de países do Eixo foram depredadas. A população de origem italiana, japonesa e alemã que residia na cidade passou a ser cada vez mais hostilizada. Em nome da segurança do Estado, o governo estabeleceu um rol de medidas legais restritivas e confiscatórias em relação aos chamados “súditos do Eixo”.

¹⁴² Ibidem, loc. cit.

¹⁴³ Ibidem, p. 76.

¹⁴⁴ Ibidem, loc. cit.

¹⁴⁵ GÓES, Clara de. Sobre o ódio. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas**, a atualidade de uma polêmica. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014, p. 25.

¹⁴⁶ MONTEIRO, Maria Lana. **Súditos do Mal**: O Cotidiano da Repressão Policial em Pernambuco (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006, p. 40.

¹⁴⁷ PARAÍSO, Rostand. **O Brasil e a II Guerra Mundial**. Recife: Bagaço, 2003, p. 202.

Nesse mesmo período, alguns jornais chegavam a disponibilizar colunas permanentes sobre a ameaça alemã e seus “súditos”.¹⁴⁸ A imprensa – de uma maneira geral – continuava buscando incitar a população a um estado de ódio, medo e desconfiança referente aos alemães. Desconfiança e vigilância, tanto em relação aos alemães, quanto aos chamados quinta-colunas. Mario Melo,¹⁴⁹ Agamenon Magalhães e outros colunistas ensinavam como reconhecer um quinta-coluna em suas matérias de jornal e as providências a serem tomadas.

O interventor se colocava à disposição para receber e ouvir a população, buscando construir uma “vinculação simbiótica entre o líder e as massas.”¹⁵⁰ E esse tipo de articulação sem intermediários entre líder e massa dava à população a possibilidade de se comunicar com o interventor. E ele era atendido pelos seus leitores. Era comum Agamenon receber cartas em seu gabinete com denúncias sobre “súditos do Eixo”, integralistas ou qualquer indivíduo que aparentasse minimamente ser uma ameaça nacional, além de outros dos mais variados assuntos. Em uma das cartas havia uma reclamação sobre “elementos eixistas provocando discussões nos bondes”.¹⁵¹

A construção da ideia de “perigo alemão” teve eco não só nos meios de comunicação, mas também na literatura, mostrando-se presente, ainda, nas ações policiais e nos decretos leis promulgados pelo Estado. Não há como mensurar o impacto do discurso do “perigo alemão” e da “quinta-coluna” na sociedade brasileira. Tampouco qual foi o seu alcance: até onde esses discursos determinaram as ações dos populares em relação à população alemã residente no país e, mais especificamente, em Pernambuco. Entretanto, pode-se afirmar que tais discursos afetaram direta e indiretamente a vida cotidiana de estrangeiros e de muitos brasileiros, principalmente durante o Estado Novo. Sendo assim, pode-se afirmar que a guerra não aconteceu apenas nos campos de batalha europeus. A construção do perigo alemão e da quinta coluna formaram um conflito paralelo, feito de palavras e discursos, ocorridos também no âmbito das ideias e do imaginário social.

¹⁴⁸ GERTZ, 2008, p. 67.

¹⁴⁹ Mário Melo trabalhou em diversos jornais da cidade como o Diário de Pernambuco, Folha da Manhã, Jornal do Commercio. Ocupou cargos em no Instituto Arqueológico e na Academia Pernambucana de Letras. E sempre atuou como defensor da cultura e da tradição recifense. Cf. PARAÍSO, 2003, p. 179.

¹⁵⁰ ALMEIDA, op. cit., p. 219.

¹⁵¹ Carta anônima de denúncia contra “os súditos do Eixo” endereçada à Agamenon Magalhães. 22 de setembro de 1942. **Prontuário funcional: 28663**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

Capítulo 2

A Propaganda nazista e os integralistas na Segunda Grande Guerra

A arte da propaganda consiste em ser capaz de despertar a imaginação pública fazendo apelo aos sentimentos, encontrando fórmulas psicologicamente apropriadas que chamam a atenção das massas e tocam os corações.

Adolf Hitler.

A arte da propaganda consiste na sua referência mais básica, a sedução. Trata-se de um elemento de ordem emocional que consegue “despertar a imaginação pública” e fazer “apelo aos sentimentos”, garantido uma comprovada eficácia quanto à conquista de adesões políticas.¹⁵² Esses apelos sócio-afetivos foram bastante explorados pelos regimes e movimentos de viés fascista das décadas de 1930-1940, tanto pela propaganda através dos meios de comunicação, como também por outros instrumentos como a literatura, o teatro, a pintura, a arquitetura, ritos, festas, comemorações e manifestações cívicas e esportivas.¹⁵³

A propaganda foi um indispensável aparelho político durante o século XX, possibilitado pelos avanços no âmbito tecnológico dos meios de comunicação. Segundo Domenach, o tripé de sustentação permanente da propaganda era formado basicamente pela escrita impressa, o rádio e a difusão da imagem. A escrita impressa possibilitou que o jornal moderno conseguisse ser comercializado a baixo custo, aumentando o seu alcance social de maneira significativa. Já o rádio, como também o uso do microfone, conseguiu libertar a palavra de toda sua limitação, alcançando recantos longínquos e numa velocidade maior que a escrita impressa. E, por fim, a difusão da imagem através da fotografia e do cinema, responsáveis por todo o impacto visual dos discursos. Sem a propaganda e seus recursos, de acordo com Domenach, o fascismo não teria sido sequer concebível.¹⁵⁴

¹⁵² PEREIRA, Wagner Pinheiro. A ditadura das imagens: cinema e propaganda nos regimes políticos de massas da Europa e da América Latina (1922 - 1955). In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010, p. 774.

¹⁵³ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, 168.

¹⁵⁴ DOMENACH, Jean Marie. **A propaganda política**. [Recurso eletrônico] São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1955, p. 17.

Para compreender os regimes fascistas, como também as demais ditaduras desse período, é importante perceber que a propaganda atua nesses governos enquanto “um agir político, como uma religião cívica que traz a sociedade a participar dos rituais coletivos, dando a ela a impressão ou a imagem de participação na política que a mesma nunca teve”¹⁵⁵. As massas respondem a estímulos que constam previamente fomentados na sociedade, contudo não de maneira linear e homogênea – uma vez que, por motivos diversos, nem todos respondem a esses estímulos.¹⁵⁶

2.1 A Segunda Guerra e a circulação das ideias nazistas no Brasil e em Pernambuco

O início do século XX foi palco do “nascimento” de vários governos de concepção autoritária, nacionalista, estatizante e corporativista ao redor do mundo. Tais regimes redimensionaram de maneira eficaz o uso de instrumentos políticos e ampliaram suas potencialidades, como foi o caso, por exemplo, da Alemanha com Adolf Hitler, do Brasil com Getúlio Vargas, de António de Oliveira Salazar em Portugal, dentre outros. A utilização de rádios, jornais, revistas, filmes, literatura e folhetos como meios de propaganda e pretensa doutrinação política tornou-se uma marca desses governos. Com a deflagração da Segunda Guerra, a propaganda passou a ser usada como arma na luta contra os adversários estrangeiros, uma vez que as batalhas não eram vencidas apenas no *front*. No caso da Alemanha nazista, a propaganda extrapolou os seus limites territoriais. A circulação de ideias nazistas no Brasil foi bastante intensa, principalmente durante os primeiros anos da guerra, tanto pela parcela da imprensa nacional simpatizante dos fascismos, como pela imprensa alemã que circulava em território nacional.

A imprensa nacional encontra-se dividida, em nosso trabalho, em *integralista* e *não integralista*. Tal procedimento foi realizado por entender que a rede de imprensa vinculada à AIB se encontrava em bastante proximidade ao nazismo, tanto no que se refere à premissa das suas técnicas e métodos de propaganda, como também no tocante ao seu aparato ideológico. Chamamos de *imprensa não integralista* o corpo midiático nacional que, mesmo compartilhando – em grande parte – das maneiras de fazer da “propaganda Hitlerista” (termo usado por Jean Marie Domenach), não estava vinculado oficialmente a nenhum grupo, movimento ou partido político.

¹⁵⁵ SCHURSTER, 2013, p. 8.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 7.

No geral, a imprensa germânica, assim como as instituições, associações e escolas alemãs deram uma grande contribuição para a circulação das ideias nazistas no país durante a década de 1930 e a primeira metade da década de 1940. Inicialmente essa imprensa estava voltada para a preservação do chamado *Deutschtum*, e notícias sobre questões da própria colônia e da distante pátria-mãe. Após a ascensão do Partido Nazista, a Alemanha e diversas colônias alemãs espalhadas pelo mundo passaram por um processo – por vezes sob resistência – de “nazificação” das instituições. Logo, tornaram-se, no geral, grandes contribuidoras da propaganda nazista no exterior.

Contudo, o Estado Novo, e seu projeto de uniformização e consolidação de uma identidade nacional, afetou diretamente as instituições, grupos e indivíduos estrangeiros. Getúlio Vargas, através das políticas nacionalizadoras, decretou leis que tiveram repercussão direta na vida dos alemães residentes no país e nas instituições, sociedades e empresas a eles vinculadas. O decreto-lei 383/38 foi um dos decretos federais promulgados pelo presidente em exercício que incidiu sobre a comunidade teuta. Foi estabelecido em 18 de abril de 1938 e tinha como função impossibilitar aos estrangeiros o exercício de toda e qualquer atividade política no Brasil, seja o exercício de atividades de natureza política, seja através de interferência direta ou indireta nos negócios públicos do país¹⁵⁷.

Estava incluída no decreto a proibição à propaganda: a difusão de programas e ideias de seu país de origem ou uso de imagem que remetesse a algum tipo de partido político estrangeiro, entre outras questões. Isso acarretou no fechamento do Partido Nazista e na reformulação dos programas das associações teutas para que pudessem continuar em funcionamento. Esse fato trouxe um impacto negativo para as atividades do Partido, agindo como um dificultador, mas não freou as ações de propaganda do social nacionalismo em terras brasileiras.

Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – através do decreto 1819 de 27, de dezembro de 1939 – diretamente subordinado ao presidente da República. O DIP tinha por fim:

Art. 2º.

a) Centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional interna ou externa e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informações dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa a propaganda nacional.

¹⁵⁷ BRASIL. Decreto-Lei 383/38, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Legislação informatizada. **Câmara Legislativa**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

- c) Fazer censura do teatro, cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádio-difusão, da literatura social e política e da imprensa, quando estas fôrem combinadas as penalidades previstas por lei.
- n) Proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de qualquer publicação que ofenda ou prejudique o crédito do país e suas instituições ou moral¹⁵⁸.

O DIP substituiu o antigo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, DPDC, de 1934. O novo órgão dava ao chefe de Estado amplo controle sobre o que era produzido e veiculado no país em vários segmentos artísticos, culturais e de informação. Essa decisão afetava diretamente a propaganda nazista no país. Vários títulos estrangeiros sofreram censura do DIP. Em 23 de outubro de 1940, através de um telegrama do DIP para o delegado da DOPS, é solicitada a censura de um livro sobre Hitler:

Proibindo este Departamento circulação do livro “Os Doze Apóstolos de Hitler” de autoria de Oswaldo Dutch e editado pela Maeridiano, de Porto Alegre, vimos solicitar voxcia se digne a mandar apreender exemplares existentes nas livrarias deste Estado. Saudações cordiais – Lourival Fontes Dirêtor Geral¹⁵⁹.

Em 1941, o governo estabelece a proibição da circulação de qualquer jornal, revista, anuário ou qualquer espécie de publicação editada no Brasil em língua estrangeira¹⁶⁰. Dessa forma, a imprensa estrangeira, para continuar em circulação, teria que ser redigida apenas em idioma nacional e submetida aos critérios de publicação estabelecidos pelo DIP.

2.1.1 A imprensa nacional (não integralista)

A circulação das ideias nazistas no Brasil não se restringiu à imprensa e instituições/sociedades germânicas aqui existentes. Diversos meios de comunicação nacionais noticiavam e se vangloriavam das vitórias da Alemanha nazista:

É consenso entre os historiadores a forte propaganda nazi-fascista dos principais jornais que circulavam no país. Quase sempre era possível observar que os jornais brasileiros deste período não deixavam de elogiar principalmente o modelo hitlerista de governo, enaltecendo o seu sistema econômico, político e educativo, pautado no autoritarismo do Estado alemão, que controlava fortemente todos esses setores da sociedade inserida no “glorioso” Terceiro Reich¹⁶¹.

Em Pernambuco, o jornal a *Folha da Manhã*, de propriedade do interventor do estado, Agamenon Magalhães¹⁶², noticiava cotidianamente – e muitas vezes trazia como matéria de

¹⁵⁸ Decreto n. 1.918 de 27 de dezembro de 1939. **Protocolo funcional: 29344**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁵⁹ Telegrama do DIP, enviado para o Sr. Chefe de Polícia em 23 de outubro de 1940. **Protocolo funcional: 29344**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁶⁰ Telegrama de Lourival Fontes ao gabinete do interventor do Estado de Pernambuco. **Protocolo funcional: 29344**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁶¹ ROCHA, op. cit., p. 18.

¹⁶² Agamenon Magalhães foi indicado por Getúlio Vargas para substituir Carlos de Lima Cavalcanti na interventoria de Pernambuco no final de 1937. O interventor "entrava" nas casas dos pernambucanos (e residentes

capa – artigos que exaltavam o nazismo “como mola propulsora do reerguimento da Alemanha e exemplo a ser imitado¹⁶³”. Fonte oficial do Estado em Pernambuco, o jornal de Agamenon chegou a possuir na sua versão matutina uma seção diária intitulada *Cartas da Alemanha*. A coluna foi criada para manter o leitor informado sobre as ações do governo nazista na Alemanha e seus avanços técnicos (aeroportos e estradas de ferro), como também a doutrina do paradigma nazista noticiada através de textos do Departamento de Imprensa do Reich¹⁶⁴. O jornal utilizava as experiências que considerava bem-sucedidas da Alemanha, como também de outras ditaduras fascistas contemporâneas, na criação de um discurso a favor de uma política de governo forte, totalitário, aos moldes dos governos fascistas. Em uma publicação datada de 1938, na sua versão matutina, uma matéria de título *Nosso Super-Homem* conclamava todos os brasileiros a depositarem sua confiança plena no líder da nação, da mesma forma que faziam os “grandes povos” da Alemanha, Itália e Portugal, que elevaram seus líderes políticos “a objeto de culto.”¹⁶⁵

Quando a Segunda Guerra foi deflagrada, o Brasil se declarou neutro. Contudo, segundo Lêda Rivas, na sua dissertação *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto da província*, na qual constam entrevistas com pessoas contemporâneas à guerra, mostra uma percepção bastante plural sobre a imprensa em Pernambuco no que se refere à questão do Eixo e dos Aliados:

Durante o conflito mundial que se prolongou de 39 a 45 a imprensa pernambucana possuía o Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Jornal Pequeno, Folha da Manhã e o Diário da Manhã, já no seu ocaso. Só quem tinha uma posição política definida e intransigente ao lado dos Aliados era o Diário de Pernambuco. Os outros eram “neutros” e o Jornal do Commercio bem mais próximo ao **nazi-fascismo**. (Hélio José Rola Pinto, antigo repórter do Diário de Pernambuco).¹⁶⁶

A imprensa de Pernambuco informava bastante sobre a guerra. O Jornal do Commercio, no meu entender, apresentava maior cópia de telegramas fornecidos pela **Associated Press** e pela **Transocean**, esta uma agência alemã. Para quem, como eu, embora muito novo, gostava de ler o que diziam todos os beligerantes, o Jornal do Commercio atraía mais. Nunca encontrei ali propaganda nazista, sim a versão alemã dos fatos. (Fernando Cruz Gouvêa, estudante secundarista à época).¹⁶⁷ [grifo nosso].

no estado) através de dois jornais diários (a Folha da Manhã matutina e vespertina) e pelo programa de rádio. O que lhe possibilitava um contato bastante próximo e sem intermediários com a população.

¹⁶³ ALMEIDA, op. cit., p. 222.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 224.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 223.

¹⁶⁶ RIOS, Lêda Maria Rivas Cervinos. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto da província**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988, apud PERAZZO, 1999, p. 136.

¹⁶⁷ Ibidem, loc. cit.

É importante destacar que o termo *nazi-fascismo* era bastante utilizado pela imprensa brasileira durante a década de 1930 e 1940, como forma de descrever a aliança Berlim-Roma. Tratava-se, segundo Francisco Teixeira, de uma “mera descrição jornalística do fenômeno.”¹⁶⁸ Reproduzimos o termo em nosso trabalho devido à sua recorrente presença na documentação apresentada.

Destacamos acima dois trechos de entrevistas diferentes: uma com um antigo jornalista do periódico *Diário de Pernambuco* (ainda em circulação na cidade do Recife); outra de um estudante secundarista à época. Logo, dialogar com essas lembranças acionadas por tais relatos nos permite o “acesso da história dentro da história e, dessa forma ampliar as possibilidades de interpretação do passado.”¹⁶⁹ Mesmo acreditando que tais memórias estejam permeadas de subjetivações, principalmente provenientes do discurso do vencedor da guerra, elas nos fornecem a visão de um testemunho.

É importante ressaltar que ambas as entrevistas foram concedidas num período no qual a guerra já era uma lembrança permeada de subjetividades do discurso do vencedor e do posicionamento da história no conflito que, de maneira maniqueísta, estabelecia o lado dos Aliados como os “mocinhos” e o Eixo como os violões. Nota-se que o primeiro entrevistado (Helgio José), ao afirmar que “só quem tinha uma posição política definida e intransigente ao lado dos Aliados era o *Diário de Pernambuco*”, se coloca desde o princípio no que seria representado pelo lado “certo” da história, o lado vencedor, uma vez que o nazismo ganhou um sentido pejorativo com o fim da guerra, dentre outras questões, devido à descoberta das atrocidades cometidas nos campos de concentração. Ambos os entrevistados destacaram a relação do *Jornal do Commercio* (jornal que, assim como o *Diário de Pernambuco*, ainda se encontra em circulação na cidade) com a Alemanha. Provavelmente esse suposto perfil fascista do jornal ao qual Hélio José se refere está relacionado com as notícias publicadas pelo jornal proveniente da agência de notícias alemã Transocean¹⁷⁰. O historiador João Franzolin apontou a Transocean como uma das empresas responsáveis pelo financiamento da propaganda alemã

¹⁶⁸ SILVA, Francisco Teixeira. Por uma história comparada das ditaduras. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010, p. 22.

¹⁶⁹ ALBERTI, Verena. Fontes orais: história dentro da história In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155.

¹⁷⁰ De acordo com a Enciclopédia alemã Brockhaus de 1934, a Transocean se tratava de uma agência de notícias alemã fundada em 1914, e se dirigia exclusivamente para o exterior, principalmente para o além-mar. Os serviços desta companhia eram transmitidos por telegrafia sem fio, por ondas curtas de diferentes comprimentos a partir da estação de rádio de Nauen. A agência fornecia ainda uma série de serviços em quatro idiomas (inglês, francês, espanhol e alemão), serviços para navios alemães em alto mar e também serviço de artigos e fotos. Apud: FRANZOLIN, João Artur Ciciliato. **Uma aposta arriscada: o jornal meio dia e o nazismo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 39.

em jornais brasileiros. Contudo, a atuação dessa agência não se restringia ao Brasil: ela atuava em todo o continente americano – incluindo os EUA –, o que a tornou uma peça essencial para o funcionamento da maquinaria de propaganda nazista nas américas.¹⁷¹

A agência de notícias alemã também se fazia presente na programação da *Rádio Clube de Recife*. Relatórios da polícia política de Pernambuco destacam que a *Rádio Clube* transmitia de segunda a sexta, às dezenove horas e quinze minutos, “telegramas da agência Transocean – exatamente o boletim inteiro distribuído pelo consulado”.¹⁷² Antes mesmo do Brasil abandonar sua posição de neutralidade no conflito beligerante, a programação da PRA-8 foi reformulada e os programas que tinham alguma relação com o Eixo foram retirados da sua grade, inclusive o *Jornal Transocean*.¹⁷³

Outros jornais nacionais também transformaram as páginas dos seus periódicos em difusoras da propaganda alemã no país. Foi o caso do jornal *O Meio Dia*, do Rio de Janeiro. Para João Franzolin, a semelhança do que era publicado no jornal em questão comparada à imprensa alemã não deixava margem para dúvidas sobre essa manobra¹⁷⁴. O jornal *Meio Dia*, desde sua fundação, fez uso de serviços telegráficos e fotográficos de agências nacionais e estrangeiras. Inicialmente esses serviços eram prestados por empresas francesas e norte-americanas, sendo substituídas em 1939 pelas agências alemãs: RDV e Transocean.

O periódico passou a publicar reportagens que chegavam a ocupar páginas inteiras sobre Hitler e a Alemanha. Em outubro de 1941, o *Meio Dia* publicou uma matéria com o título “O histórico discurso de Adolf Hitler: luta até o esmagamento total do inimigo”. A publicação contava com uma gravura do rosto de Hitler e a foto de um atleta e do Palácio dos Esportes de Berlim, além do pronunciamento proferido na íntegra pelo Führer nesse mesmo palácio, devido à inauguração da Obra do Socorro de Inverno¹⁷⁵.

Na cidade do Recife também havia circulação do referido periódico. O consulado alemão era responsável pelo seu recebimento e distribuição. O recebimento era realizado através de caixa postal e contribuição monetária. A distribuição era realizada através dos gazeteiros em seus “pontos de jornaes”, que adquiriam os exemplares na sede do consulado¹⁷⁶.

¹⁷¹ Ibidem, p. 11.

¹⁷² Relatório 27. 28 de maio de 1941. **Prontuário individual: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁷³ Rádio Clube. **Prontuário funcional: 1106**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁷⁴ FRANZOLIN, João Arthur Ciciliato. **Joaquim Inojosa e o Jornal Meio-Dia (1939-1942)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012, p. 125.

¹⁷⁵ O Histórico Discurso de Adolf Hitler. **Jornal do Meio Dia**. 04 de outubro de 1941. **Prontuário funcional: 8614 B**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁷⁶ Relatório 27. 28 de maio de 1941. **Prontuário funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

Esse tipo de propaganda produzida pelos países dos quais Hannah Arendt denomina como “totalitários”¹⁷⁷ era bastante comum no período. Segundo a autora:

Por existirem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários são forçados a recorrer ao que comumente chamamos de propaganda. Mas, essa propaganda é sempre dirigida a um público de fora – sejam as camadas não totalitárias da população do próprio país, sejam os países não totalitários do exterior. Essa área externa à qual a propaganda totalitária dirige o seu apelo pode variar grandemente; mesmo depois da tomada de poder, a propaganda totalitária pode ainda dirigir-se àqueles segmentos da própria população cuja coordenação não foi seguida de doutrinação suficiente¹⁷⁸.

Para Carlos Haag, “A propaganda apelava à responsabilidade do alemão no exterior com sua pátria. A Alemanha nazista resgatava e oficializava o sentimento de ‘pertencimento’ do povo alemão à nação alemã”¹⁷⁹. Dessa forma, buscava estabelecer um elo entre a Alemanha e os alemães, independente da sua localização geográfica. Karl Schurster destacou que a noção de propaganda política do governo alemão durante o Terceiro Reich possibilitou aos nazistas a criação de “laços afetivos mais sólidos do que os existentes entre o Kaiser e os alemães durante a Primeira Guerra Mundial”¹⁸⁰.

Para Stanley Hilton, a propaganda nazista também teve papel fundamental no acirramento do que ele chamou de “guerra ideológica”, uma vez que, durante a Segunda Guerra, a América Latina foi alvo de disputas políticas e culturais externas representadas principalmente pelos Estados Unidos e a Alemanha. Para Flaviano Isolan, tal conflito tinha como finalidade combater “a hegemonia política e a influência da cultura ‘inimiga’ e com isso atingir seus

¹⁷⁷ Sobre o termo “totalitarismo”, que a autora empregou para designar as ditaduras da década de 1930/1940 que redefiniram o lugar do político e das formas particulares da dominação do partido único, Karl Schurster coloca sua aplicabilidade em discussão. Para ele, “o nazismo se apresenta não como totalitário em exercício do agir político, mas de uma vontade totalitária, um desejo que se capitalizou pela propaganda política do regime.” Logo, a propaganda agia com a pretensão de representar essas ditaduras ditas “totalitárias” enquanto uma instituição total com pleno domínio da sociedade, sem a presença de nenhum tipo de resistência organizada. Francisco Teixeira afirma que essa ideia de um Estado-monólito vem se desconstruindo a partir da historiografia mais recente, que vem demonstrando que haviam conflitos internos e uma organização dos opositores ao regime. Cf. SILVA, Francisco Teixeira, 2010, p. 49; SCHURTER, Karl. O nacional-socialismo como fenômeno metapolítico: a escrita de um passado que não passa In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas**, a atualidade de uma polêmica. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014, p. 65.

¹⁷⁸ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 475.

¹⁷⁹ HAAG, CARLOS. Entre a feijoada e o chucrute. Revista Pesquisa Fapesp 140, 2007, P. 80-85. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2007/10/80-85-Feijoada_chucrute-140.pdf?ef9d81> Acesso em: 27 abr. 2016.

¹⁸⁰ SCHURSTER, Karl. **A História do Tempo Presente e a nova historiografia sobre o Nacional Socialismo**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 123.

objetivos no âmbito das relações internacionais”,¹⁸¹ já que os principais concorrentes no âmbito comercial e político nesse período em relação ao Brasil eram os EUA e a Alemanha.

Os Estados Unidos alardeavam recorrentemente a “ameaça nazista ao hemisfério sul. [...] Discurso cujo impacto na América Latina, o Ministério Exterior do Reich logo tentou neutralizar”.¹⁸² Existia um conflito de interesses entre as nações do Eixo e os Aliados quanto aos países da América Latina, principalmente no que se refere ao Brasil, devido a vários elementos que tornavam o país importante no contexto da guerra, como sua localização geográfica no Nordeste, por exemplo.

O *Diário de Pernambuco*, jornal que se posicionou ao lado dos Aliados desde o início do conflito beligerante, publicava com frequência artigos produzidos pela Agência Norte-americana (Copyright N.A.N.A – exclusiva dos Diários e Associados), trouxe um artigo de autoria de Elizabeth Wood (o sexto do total de oito artigos), que versava sobre a propaganda nazista:

Os artigos que você lê na Alemanha nazista no final das contas não são notícias no verdadeiro sentido. Os jornais, revistas, hebdomadarios e radios nazistas e mesmo as exhibições cinematographicas – tudo que serve para distribuir informações – não tem o interesse de dizer a verdade. Estão apenas interessadas em alimentar o sentimento do Partido Nazista e apresentar a verdade apenas como uma coincidência, só e quando só acontece a verdade ser util aos interesses da doutrina nazista. (...) Em adição á falsificação deliberada e incessante de todas as informações da Alemanha (...) os responsáveis pelas informações nazistas applicam o mesmo processo as notícias do resto do mundo.¹⁸³

Os EUA utilizaram a estratégia de desqualificação do adversário na guerra ideológica. O discurso norte-americano foi bastante eficaz. Num período de nacionalismo exacerbado, colocou a Alemanha nazista como um inimigo perigoso que utiliza sua propaganda para ludibriar o mundo ao seu favor, através de informações que “não têm interesse de dizer a verdade”, mas “alimentar os sentimentos do Partido Nazista”. Em contrapartida, a Alemanha se utilizava de uma campanha de descrédito contra a Inglaterra através das mídias brasileiras. Logo, ambos os Estados eram usuários da mesma estratégia. Priscila Perazzo afirma que a Companhia Estradas de Ferro Alemãs chegou a tentar reunir intelectuais que fossem “partidários da direita (segundo dossiê policial) para defender a causa alemã por meio da

¹⁸¹ ISOLAN, Flaviano. A guerra pelos cinemas: o cinema como instrumento da política externa alemã para o Brasil. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010, p. 697.

¹⁸² HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 186.

¹⁸³ SI VOCÊ vivesse num regimen dictatorial... Quisesse saber: "O que há de novo?" **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 out. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_12&PagFis=2929>. Acesso em: 27 abr. 2016.

palavra escrita ou falada (imprensa e rádio)”.¹⁸⁴ Schurster destaca o “movimento pendular” no qual se enquadra a postura política de Vargas naquele momento. Mesmo colocando o país na situação de neutralidade, até entrar na guerra em 1942, “agia acenando ora para os Estados Unidos, ora para os alemães. Mesmo dentro do governo existiam preferências diferentes, fato reconhecido mesmo pelos líderes nazistas.”¹⁸⁵ Dessa forma, os EUA disputavam uma aliança com o Brasil e não dispensavam ataques à Alemanha.

2.1.2 As instituições e imprensa germânicas

A propaganda nazista no Brasil estava organizada em torno dos órgãos de representação do governo alemão no país, como os consulados, vice-consulados, a embaixada, como também o Partido Nazista. A divulgação dessa propaganda era realizada nas regiões “de imigração alemã, como nas grandes cidades onde se concentrava a população alemã e operavam as células do Partido Nazista no país.”¹⁸⁶ As organizações teutas vinculadas ao Partido (Juventude Hitlerista e Frente do Trabalho Alemão) e as sociedades teutas agregadas a esses grupos (Escola Alemã e Clubes Alemães), também tiveram ampla participação.

A propagação do discurso nazista ocorria de maneira diversa. Materiais produzidos pela imprensa alemã, editados e publicados em alemão, circulavam por todo o país, como foi o caso do *Deutscher Morgen (Aurora Alemã)*.¹⁸⁷ Autoproclamada enquanto folha oficial do Partido Nazista no Brasil, o jornal tinha no cargo de redator chefe do jornal o líder nacional do Partido Nazista no país, Hans Hening Von Cossel.¹⁸⁸ Sua sede estava localizada na cidade de São Paulo, mas seus exemplares – através do serviço de correios – eram distribuídos em todos os estados brasileiros e chegavam até mesmo a ser enviados para outros países. Suas publicações eram semanais e ocorriam sempre às quartas-feiras.

Para Maria Luiza Tucci, o *Aurora Alemã* era “um valioso testemunho da divulgação do nazismo no exterior.”¹⁸⁹ A mesma editora do jornal *Deutscher Morgen* também era responsável pela publicação de panfletos e do almanaque *Volk und Heimat*, editado em alemão. Neles eram

¹⁸⁴ PERAZZO, 1999, p. 97.

¹⁸⁵ SCHURSTER, Karl. O “inverno do descontentamento” na propaganda de preparação para Segunda Guerra em Recife. *Revista Navigator*, v. 9, n. 17, 2013, p. 51.

¹⁸⁶ ISOLAN, op. cit., p. 704.

¹⁸⁷ Devido a decretos-leis expedidos pelo governo brasileiro referentes à regulação e restrições da imprensa alemã, a partir do fascículo nr. 32, de 11/08/1939, o jornal passa a publicar artigos em alemão e em português. A partir do fascículo nr. 36, de 05/09/1941, o jornal é publicado apenas em português, com o nome de *Aurora Alemã*. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/10169>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

¹⁸⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (org.). **A Imprensa Confiscada Pelo DEOPS - 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial: Arquivo do Estado, 2003, p. 126

¹⁸⁹ Ibidem, loc. cit.

difundidos discursos voltados ao antissemitismo e anticomunismo, além das constantes matérias sobre as ações do Führer, as notícias sobre a guerra e contrapropaganda inglesa¹⁹⁰.

A imprensa alemã contava ainda com vários outros títulos, como no “Rio de Janeiro, nos anos 1930, era publicado um jornal cujo título expressava de forma cabal seu conteúdo: *O Nazista*.”¹⁹¹ Antônio Ribas afirma que os jornais de propaganda nazista que circulavam no país ultrapassavam mais de uma centena de títulos em língua alemã. Os jornais eram publicados em alemão porque o público alvo era a comunidade germânica residente no Brasil. De acordo com Ribas, esses jornais eram “procedentes do Reich ou de outros Estados da Federação e eram distribuídos farta e gratuitamente, entre a população de sangue germânico, com a recomendação expressa: ‘Terminando de ler, passe para seu vizinho’”¹⁹². Sendo assim, a intenção era alcançar o maior número possível de alemães. Entretanto, destoando do que afirma Ribas, nem todos os exemplares eram gratuitos. Em um documento de título *Lista dos Assinantes do Aurora Alemã em Recife*, pertencente a Erwin Kalk,¹⁹³ constavam observações sobre valores cobrados: “[...] aumento de preço de 20\$ a 30\$ por ano. Entrando em vigor em 1 de maio de 1940”¹⁹⁴. Logo, havia uma contribuição anual para recebimento desse periódico. Estavam na lista de assinantes: Clube Alemão, E. Kalk, W. Luedmann, Hans Sievert, Cônsul Von Den Steinen, Tiedmann, entre outros – nomes já bem conhecidos da polícia política no que se refere às atividades nazistas no estado de Pernambuco. Rio Tinto (cidade na qual estava localizada a Companhia de Tecidos Paulista no estado da Paraíba) entrou na lista de novos associados da Aurora Alemã no mesmo ano, no mês de outubro¹⁹⁵. Erwin Kalk era o responsável, em Pernambuco, pela transação de recebimento de material de propaganda oriundo da *Aurora Alemã*. De acordo com as cartas trocadas entre ambos, Kalk cuidava da parte burocrática, de como enviar a lista de associados junto a seus endereços e repassar os valores da contribuição via transação bancária¹⁹⁶.

¹⁹⁰ PERAZZO, 1999, p. 95.

¹⁹¹ DIETRICH, Ana Maria. Partido nazista brasileiro tinha hierarquia, organização nacional e jornais que divulgavam as notícias e a ideologia do III Reich. **Revista de História**, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/porta-vozes-de-hitler-1>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

¹⁹² RIBAS, Antônio de Lara. O Nazismo em Santa Catarina. In: DELEGACIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944, p. 45.

¹⁹³ Lista dos Assinantes do Aurora Alemã em Recife. [s.d.]. **Protocolo individual 4949**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁹⁴ Lista dos Assinantes do Aurora Alemã em Recife – Erwin Kalk. [s.d.]. **Prontuário individual: 4949**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁹⁵ Carta da Empresa Aurora Alemã a Erwin Kalk, 7 de outubro de 1940. **Prontuário individual: 4949**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁹⁶ Carta da Empresa Aurora Alemã a Erwin Kalk, 21 de novembro de 1941. **Prontuário individual: 4949**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

Sobre os outros recursos de mídia utilizados como meio de propaganda nazista no Brasil, o rádio foi um grande aliado. Mesmo não sendo tão acessível quanto as revistas e os jornais (mídias impressas em geral) e não sendo muito viável a sua utilização em locais mais afastados, como as cidades do interior, conseguia atingir um número significativo de ouvintes. Clubes e associações teutas reuniam a população alemã para ouvir pronunciamentos de Adolf Hitler e notícias sobre a Alemanha pelo rádio.¹⁹⁷ Dessa forma, assim como destacou Karl Schurster, o nazismo e a própria figura de Hitler não teriam tido o mesmo alcance na Alemanha e no exterior sem a utilização do rádio como instrumento de propaganda.¹⁹⁸

As imagens também tiveram um papel importante na produção da representação do nazismo. Susan Sontag, em *Fascinante fascismo*, aborda a importância da fotografia e do cinema na construção de uma imagem de magnificência do Estado alemão que causava fascínio na população. Para Wagner Pinheiro, Hitler “reconhecia o enorme potencial oferecido pelas imagens, em especial pelo cinema, na veiculação de ideologia e conquista das massas.”¹⁹⁹ Tanto que o cinema alemão se transformou numa das maiores máquinas de propaganda do governo, se tornando um dos setores que mais receberam investimentos na Alemanha nazista.

As produções cinematográficas alemãs começaram a circular no mercado brasileiro ainda na década de 1920, tendo seu auge na década seguinte, período no qual se intensificaram as relações comerciais entre os dois países. Os EUA também eram parceiros comerciais do Brasil, assim como a Alemanha, e essa relação econômica bilateral com as duas nações foi acompanhada de uma disputa de influência política e cultural em território nacional. De acordo com Flaviano Isolan, a crescente “ascendência da Alemanha sobre o Brasil – e sobre a América Latina – na década de 1930 preocupava o governo dos EUA” uma vez que ameaçava a liderança estadunidense e a estabilidade política no continente americano.²⁰⁰

A campanha nacionalizadora implementada no Estado Novo afetou diretamente a distribuição e a exibição dos filmes alemães, assim como as demais atividades político-culturais desenvolvidas no país por estrangeiros.²⁰¹ A eclosão da Segunda Guerra também tornou as produções alemãs que chegavam no país – como os “filmes de propaganda do regime, [...] os

¹⁹⁷ Comunicação sobre a festa de “1º de Maio” no Clube Alemão em Recife/Pernambuco. 26 de abril de 1940. **Prontuário funcional 29094**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

¹⁹⁸ SCHURSTER, Karl. **Flugblätter e a propaganda alemã durante a Segunda Guerra**: um estudo teórico sobre a aplicabilidade de um conceito. XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal - RN, 22 a 26 de julho de 2013. ANPUH – Brasil, p. 6.

¹⁹⁹ PEREIRA, Wagner Pinheiro. A ditadura das imagens: cinema e propaganda nos regimes políticos de massas da Europa e da América Latina (1922 - 1955). In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010, p. 786.

²⁰⁰ ISOLAN, op. cit., p. 203.

²⁰¹ Ibidem, loc. cit.

jornais cinematográficos, as operetas (comédias musicais) e outros filmes de ‘entretenimento’ – cada vez mais escassas. Em 1941, tais filmes não eram mais exibidos nos cinemas nacionais.²⁰²

Contudo, os cinemas não eram o único meio para exibição dos filmes procedentes do Terceiro Reich no Brasil. Instituições como associações, clubes germânicos e até mesmo empresas privadas de proprietários alemães eram, muitas vezes, utilizadas para a exibição de filmes e documentários de propaganda nazista.²⁰³ No Recife, as exibições dos filmes, como as audições dos programas de rádio, ocorriam comumente no Deutscher Klub Pernambuco. Este era o principal espaço de reunião da comunidade alemã no estado. Os filmes exibidos no Clube Alemão, não só o de Pernambuco como os de outros estados e em diversas organizações teutas, eram enviados “diretamente da Alemanha ou por intermédio da Companhia de Estradas de Ferro Alemãs, oficialmente empresa subordinada ao Departamento de Turismo Alemão, voltada para o fomento de atividade turística”.²⁰⁴

Entretanto, por trás dessa fachada de empresa turística, funcionava um dos maiores “centros difusores de aspectos relacionados à Alemanha”.²⁰⁵ Wagner Pereira afirma que os filmes de propaganda nazista eram em sua maioria relacionados a temas militares, “através do heroísmo alemão” e com mensagens políticas²⁰⁶. Esses filmes eram vistos não apenas pela população alemã no estado, que frequentava o clube, mas também pelos simpatizantes que frequentavam aquele espaço e assim passavam a “conhecer” a Alemanha do Terceiro Reich e os feitos do seu líder, através das lentes que Goebbles estabelecia.

Dentre os filmes exibidos no Clube Alemão está o *Der Westwall*.²⁰⁷ Lançado em 1939, o filme de 49 minutos aborda a construção da linha Siegfried, construída por Hitler no final da década de 1930. *Der Westwall* apresentou aos seus expectadores a grandiosidade da obra de uma das maiores fortificações na história das guerras. Com mais de 630 km de comprimento, a linha Siegfried pretendia tornar todo o lado ocidental da Alemanha inexpugnável. O documentário inicia com dois breves textos de abertura. O primeiro, em referência a 1914, atribui a um cerco político da Tríplice Entente contra a Alemanha e à recusa veemente do próprio parlamento alemão em se fortalecer, as causas que levaram o mundo à Primeira Guerra. O segundo texto, este agora em referência a 1938, retoma o argumento de um cerco político

²⁰² *Ibidem*, loc. cit.

²⁰³ RIBAS, op. cit., p. 40.

²⁰⁴ ATHAÍDES, Rafael, 2011, p. 138.

²⁰⁵ PERAZZO, Priscila., 1999, p. 96.

²⁰⁶ PEREIRA, Wagner Pinheiro, 2010, p. 566.

²⁰⁷ Carta endereçada a Erwin Kalk. 13 de agosto de 1940. **Prontuário individual: 4949**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

enquanto um velho adversário da vida. E estabelece as democracias ocidentais, as mesmas que outrora formavam a Tríplice Entente, novamente como protagonistas de um complô internacional contra a Alemanha. Em seguida, o filme se inicia mostrando a faraônica construção da linha Siegfried numa clara alusão à necessidade de defesa do território alemão contra as democracias ocidentais. De acordo com Wagner Pinheiro, os filmes nazistas costumavam fazer essa relação maniqueísta entre o “bem” e o “mal”, ordenados de modo a provocar emoções no espectador e deixar bem delimitada a imagem de quem seria o “mocinho” e quem seria o “vilão”²⁰⁸. No discurso inicial do filme, a culpa de todos os prejuízos, de perdas humanas, políticas e econômicas foi atribuída à Tríplice Entente.

A Alemanha aparecia como vítima de uma perseguição política, de uma injustiça coletiva. Em *A Anatomia do Fascismo*, Paxton denomina essas emoções, destacadas por Wagner Pinheiro, de paixões mobilizadoras. O filme foi dirigido pelo cineasta alemão Fritz Hippler, também responsável por títulos como *Feldzug in Polen* (1939), que narra a campanha alemã na Polônia, e *Der Ewige Jude* (1940), apresentado como “documentário educacional sobre os problemas do judaísmo internacional” – um filme agressivamente antissemita. Os filmes exibidos no Clube Alemão de Pernambuco eram, em sua maioria, concedidos na forma de empréstimo, devido ao custo alto causado pela dificuldade para enviar o material após o início da guerra. No caso de *Der Westwall*, este filme já havia circulado pelas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora e, quando realizada a devolução, seguiria para outros municípios brasileiros.²⁰⁹

Em Pernambuco, assim como em outros vários estados da federação, a propaganda nazista estava diretamente relacionada ao partido e ao consulado alemão. Tais instituições se entrelaçavam na organização referente a essas atividades. A articulação no que tange à produção, veiculação e distribuição do material de propaganda era realizada através de uma organizada rede de agentes, empresas e associações (alemãs e nacionais) num esforço comum. Através de uma recorrente vigilância sobre os espaços nos quais circulava uma quantidade significativa de alemães, a polícia política levantava informações sobre essas ações no estado, registradas em relatórios periódicos dos agentes policiais ao delegado da DOPS.

O Consulado Alemão ditava a “ordem do dia” da propaganda nazista em Pernambuco. De lá não só partiam as orientações a serem executadas, como também o material a ser distribuído. É importante ressaltar que parte desse material a ser distribuído era fornecida pela

²⁰⁸ PEREIRA, Wagner Pinheiro, 2010, p. 788.

²⁰⁹ Carta endereçada a Erwin Kalk. 13 de agosto de 1940. **Prontuário individual: 4949**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

própria Alemanha e chegava ao Brasil através de correspondência diplomática, o que reduzia o valor do envio. Tais materiais em sua maioria se constituíam de “propagandas centradas no discurso de Hitler, contrapropaganda frente aos franceses, ingleses e norte-americanos durante a Segunda Guerra”.²¹⁰

A sede do consulado era o principal local de produção e distribuição de material de propaganda. Para tanto, contava com uma ampla rede de colaboradores, que ia de alemães, brasileiros e teuto-brasileiros a pessoas de outras nacionalidades, como italianos, por exemplo²¹¹. Nas informações divulgadas no relatório de nº 07, o investigador responsável chega a levantar a possibilidade de haver até mesmo agentes da DOPS envolvidos nas atividades nazistas junto ao consulado.²¹² É já bastante conhecida pela historiografia a simpatia de grupos e indivíduos brasileiros aos fascismos europeus, a exemplo de personalidades da época, como Francisco Campos, José Campello, entre outros.²¹³ Isso mostra que não só os alemães, teuto-brasileiros e integralistas se mostravam favoráveis ao nazismo.

Lembramos que no estado de Pernambuco existia, em número reduzido, assim como os alemães, uma população de origem italiana e japonesa – população oriunda de países do Eixo, de posturas políticas ligadas ao fascismo²¹⁴. Um relatório da DOPS-PE de 19 de dezembro de 1941, sobre as atividades dos estrangeiros no estado, mostra a participação de brasileiros em colaboração com a divulgação de propaganda nazista:

Antônio Farias, que se diz praticista de drogas, está de há muito tempo a serviço do consulado alemão, de onde segundo consta, recebe boas gratificações, para trabalhar no serviço de propaganda, tanto verbal como de distribuição de prospectos etc. Serviço que parece estar satisfasendo bem o consulado. Ultimamente, Antônio Farias, vem naquele sentido desenvolvendo intensas atividades, parecendo-me que até viagens tem feito.²¹⁵

Como se pode perceber, para o trabalho havia remuneração. Não era feito apenas por simpatia à Alemanha. Talvez, no caso do Sr. Antônio Farias, fosse apenas uma questão de interesse financeiro. Contudo, essas questões ficam apenas no nível da especulação, uma vez que não constam maiores informações sobre essa relação. É importante destacar no trecho acima o serviço da propaganda verbal. O relator do texto não se refere a um comício público

²¹⁰ ATHAÍDES, Rafael., 2011, p. 134.

²¹¹ Relatório nº 04. [s.d.]. Envelope: 06. **Protocolo funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²¹² Relatório nº 08. 27 de março de 1941. Envelope: 06. **Protocolo funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²¹³ ROCHA, op. cit., p. 12.

²¹⁴ LEWIS, Susan, 2005, 131.

²¹⁵ Relatório de informações sobre atividades estrangeiras do estado de Pernambuco. 20 de agosto de 1941 **Protocolo individual: 7349**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

ou algo que lhe valha. Tratava-se de discursar ou se posicionar em favor da Alemanha, apenas. O que já configurava, para a polícia política, propaganda política alemã.

O material de propaganda era distribuído na capital para empresas parceiras do consulado²¹⁶ e em cidades do interior do estado²¹⁷. O intuito era não deixar os alemães que viviam longe dos centros urbanos sem material de propaganda. Dessa forma, a procura no consulado por “comunicados, livros etc., tem sido cada vez maior, observando-se o comparecimento de inferiores do Exército, sargentos e etc.”²¹⁸ O trabalho de produção era realizado dia e noite, o mimeógrafo estava sempre em funcionamento. Foi até mesmo realizada uma ampliação no segundo andar do prédio da sede para suprir esse aumento de demanda.²¹⁹

Em relatório encaminhado ao Delegado da DOPS-PE, o agente levantou as seguintes informações sobre o consulado alemão:

A - Pacotes de impressos de procedência typografia Allemã, Drechler & Cia, Rua do Bom Jesus, tem entrado no 2º andar.

[...]

C - Os signaes morse são ouvidos distintivamente após o meio dia dos sabados e continuam perceptíveis mesmo quando ligados. Assim, tentarei por V.S., em ligação, quando observar os mesmos signaes.

[...]

E - Existe um foco de distribuição de propaganda na Pateo, digo, Cambôa do Carmo, pois, grossos volumes se destinam aquella artéria. Não consegui apurar o local, lembrando entretanto, trata-se de Tinturaria Italiana.

[...]

G - Filizola, da Ala Littoria, natural do Brasil e filho de italianos, acintosamente lê e distribui propaganda, mesmo no bond.

[...]

I – Continua em ação o mimeógrafo.²²⁰

Conforme já havia sido mencionado, as orientações vindas da Alemanha eram recebidas pelo consulado e de lá eram repassadas para os demais envolvidos. O consulado agia como intermediário dessa comunicação – o que justifica a questão dos sinais Morse. Outra questão a ressaltar é a participação de empresas e indivíduos de origem italiana nessas ações. Ala Littoria S/A, por exemplo, tratava-se de uma empresa aérea italiana responsável pela execução da rota aérea Itália/América do Sul. No Brasil, estava autorizada a cumprir o roteiro desde Natal até o

²¹⁶ Empresas alemãs e brasileiras pró-Alemanha ligadas a ações nazistas junto ao consulado no estado, como, por exemplo, as empresas ligadas à família Lundgren (Alberto Lundgren & Cia) e empresas alemãs como a Siemens e a Herm Stoltz. Cf. Relatório nº 29. 06 de agosto de 1941. Envelope: 06. **Prontuário funcional: 29444.** DOPS. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²¹⁷ Relatório nº 07. 24 de março de 1941. Envelope: 06. **Protocolo funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²¹⁸ Relatório nº 04. [s.d.]. Envelope: 06. **Protocolo funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²¹⁹ Relatório nº 33. 05 de setembro de 1941. Envelope: 06. **Protocolo funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²²⁰ Relatório 31, pág. 2. 20 de agosto de 1941. Envelope: 06. **Prontuário funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

extremo sul do país, fazendo escalas em Recife, Bahia, Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre.²²¹ Dessa forma, a Ala Littoria tinha acesso a praticamente todo o litoral brasileiro, o que era de grande valia para a propagação das ideias nazistas no país. Para a polícia política de Pernambuco “a Cia. Latti que conduz, sobretudo homens e material de procedência alemã e italiana é, inegavelmente, o ponto de ligação entre as potências do eixo e os Estados Americanos”.²²²

Em carta ao Ministério da Propaganda de Berlim, Edgar Schuett (membro do Partido Nazista de Pernambuco) relata como eles organizavam a propaganda no estado de Pernambuco:

O nosso desêjo de Alemão nos países estrangeiros é de ajudar nossa Terra Mãe, na sua luta, com todos os esforços possíveis. E é assim que concentramos nossas atenções para o ponto mais importante: influenciar a imprensa e a propaganda. O Consulado Alemão em Pernambuco está muito nos ajudando e ao pessoal naquele sentido. Está se ocupando em fazer uma forte propaganda, ajudada pêla colônia alemã. Por exemplo, temos conseguido organizar notícias diárias em coordenação com o **consulado Italiano**, procedentes das estações “**Transocean**” e “**Stephan**”, e colhendo os assuntos mais importantes para sêrem multiplicados e distribuidos em boletins, notícias que são colhidas por um rádio particular nosso, o qual manejado continuamente por homens de nossa confiança dia e noite.²²³ [grifos nossos].

Auxiliando o consulado com a demanda das cópias do material de propaganda e distribuição estava o Clube Alemão, Deutscher Klub de Pernambuco. O Clube era outro espaço fundamental para as ações nazistas no estado. Conforme afirma Rafael Rocha, a propaganda nazista chegava às massas através de um vasto uso de imagens e de uma linguagem simples e impactante, presente não apenas nos discursos do Führer, mas em vários meios de possível utilização propagandística, como jornais, programas de rádio, revistas, literatura, teatro, cinema, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas²²⁴. E o clube conseguia reunir inúmeros desses elementos em um mesmo espaço. Promovia atividades culturais germânicas e atividades esportivas, transmitia notícias da Alemanha e discursos de líderes do Partido Nazista da Alemanha através do rádio, realizava exibições de filmes produzidos no Reich e realizava comemorações de datas cívicas do calendário nazista²²⁵.

²²¹ BRASIL. Decreto-lei nº 2.620, de 24 de setembro de 1940. Autoriza a "Ala Littoria S.A.", a manter no Brasil tráfego aéreo para execução da linha internacional Itália - América do Sul. Legislação informatizada. **Câmara Legislativa**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2620-24-setembro-1940-412735-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

²²² Relatório sobre as atividades da Latti no Brasil. Envelope: 06. **Prontuário funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²²³ Carta ao Ministério da Propaganda em Berlim. Propaganda do Brasil, em Pernambuco. 24 de março de 1940. Envelope 01. **Prontuário Funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²²⁴ ROCHA, op. cit., p. 42.

²²⁵ DIETRICH, 2007, p. 263.

O periódico *Deutsche Klub* era uma publicação mensal, editada em alemão. O jornal veiculava notícias sobre o Reich, além de conteúdos referentes à comunidade germânica no estado. Trazia também em suas páginas anúncios publicitários de empresas estrangeiras e nacionais como a Herm Stoltz e Cia, representante da Gerdau no Recife, a Antarctica e o Banco Real do Canadá.²²⁶ Ana Dietrich classificou o *Deutsche Klub* como “um dos mais radicais periódicos de orientação nacional-socialista no Brasil”, durante a década de 1930.²²⁷ Ela afirma que em 1934 houve uma mudança nos próprios estatutos do clube para que estes entrassem em conformidade com o regime nazista. Segue abaixo o trecho de uma publicação do *Deutsche Klub*, na edição de nº 75, em julho de 1935:

O pensamento nacional-socialista se irradia não somente na Alemanha, ele também alcançou **todos** os alemães no exterior. Também em nossa pequena colônia se reúne hoje de maneira **unânime** em volta do Führer e chanceler do povo Adolf Hitler e em volta do trabalho por ele desenvolvido.²²⁸ [grifos nossos].

O jornal colocava o alcance das ideias nacionais-socialistas como algo total, geral, quase que inerente ao indivíduo de nacionalidade alemã, mesmo ele não estando na Alemanha. As ideias nazistas tiveram um alcance internacional. Havia sedes do Partido Nazista em vários países do mundo (especificamente onde existiam imigrantes alemães) atuando como propagadores das ideias que circulavam na Alemanha. Contudo, a unanimidade apontada no jornal não foi vista nesta pesquisa. Nem mesmo na própria Alemanha existia uma aceitação de toda a população de forma unânime. Fora dela, principalmente os imigrantes residentes em regiões afastadas dos grandes centros urbanos poderiam nem mesmo ter conhecimento do que se tratava o nacional-socialismo. Mas o discurso do jornal não tem relação com os fatos, e sim com o impacto que causava nos leitores essa imagem de força e poder, dessa unanimidade de ideais. Conforme Domenach, a propaganda nazista fazia uso recorrente de discursos com conteúdo exagerado a fim de aterrorizar ou entusiasmar as massas.²²⁹

Abaixo, segue a capa do *Deutscher Klub Pernambuco* de novembro de 1937:

²²⁶ Jornal Deutscher Klub. Edição nº 82. 23 de outubro de 1940. **Prontuário funcional: 29094**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²²⁷ DIETRICH, op. cit., p. 264.

²²⁸ Ibidem, p. 264, grifos nossos.

²²⁹ DOMENACH, op. cit., p. 51.



Figura 2: Capa da edição n. 82 do jornal *Deutscher Klub Pernambuco*.
Fonte: Prontuário funcional 29094. Fundo SSP/DOPS-PE/APEJE.

Assim como ocorria com a maioria dos jornais germânicos, a capa do *Deutscher Klub* utilizava a letra gótica fraktur. A fraktur surgiu ainda no século XVI e se popularizou em regiões de influência germânica por se diferenciar da tipografia Antiqua (de origem romana) muito associada ao movimento católico pós Reforma Protestante. As publicações germânicas seguiram utilizando essa fonte até a década de 1920, quando passou a ser considerada ultrapassada e caiu em desuso. Contudo, o regime nazista promoveu a retomada do uso das letras góticas, especialmente a fonte fraktur, definindo outras como “anti-alemãs”, principalmente a fonte de tipologia *sans serif*. Hitler decretou a Fraktur de Volk, ou “fonte do povo”, e seu uso passou a ser associado à cultura e propaganda nazista.²³⁰

Antônio Ribas aborda a existência de uma organização escolar de professorado alemão que tinha sede localizada no estado de São Paulo. Várias das escolas germânicas do Brasil eram “chefiadas simultaneamente por dirigentes do núcleo do NSDAP”.²³¹ Em Pernambuco, além da Escola Alemã, que buscava exemplarmente cumprir seu papel na comunidade teuta do estado,

²³⁰ IANÊS, Maurício. **Ponto Final**. Disponível em: <http://www.galeriavermelho.com.br/sites/default/files/expo/text/EXPO107_IANESbx_0.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

²³¹ RIBAS, op. cit., p. 57.

havia escolas nacionais que a DOPS classificava como simpatizantes do nazismo e colaboradoras do mesmo agindo como mais um dos seus meios propagadores, havendo até mesmo contratação de professores germânicos de orientação nacional-socialista, além de mostrarem-se asseclas do integralismo:

THEODORO KATTLERTZ, Recife - Pernambuco, Av. 17 de agosto Nº ?, Elle, alemão [...] Ella, alemã nascida na região do Saare. Hoje, ambos brasileiros naturalizados ha poucos annos. [...] Depois de curta permanência em São Paulo, acceitou uma chamada como professor, e mais tarde como Director, da então ainda funcionando Escola Allemã de Pernambuco, onde trabalhou até o fechamento. [...] candidatando-se em seguida no Colégio Pernambucano e mais tarde também ao São José. Ambos com êxito. Sobre o credo político dos dois não há menor dúvida, pois confessam-se abertamente pelo nazismo e propagam-no em qualquer terreno. Mas, não é somente o racismo, também são adeptos fervorosos do movimento integralista, da luta racial e finalmente condenam o matrimônio entre brasileiros e arianos, por pertencerem os primeiros á uma raça inferior, segundo a doutrina de Adolf Hitler. (Livro “Mein Kampf”). Tais doutrinas foram e ainda estão sendo divulgadas pelo casal Kattletz, até a hora do rompimento com o eixo sem as menores restrições, mais tarde com certas cautelas que acharam acertadas. Como não possuem filhos, dedicam todo o tempo disponível a esta propaganda subversiva.²³²

Contudo, é importante salientar que a Alemanha orientava para que essa propaganda fosse realizada com cautela, principalmente pós 1937, para que a mesma não fosse interpretada como uma ameaça e acarretasse um conflito com as autoridades brasileiras. Como pode ser visto pela documentação apresentada, essa orientação nem sempre era seguida à risca. É o caso já citado de Filizola, da Ala Littoria, que distribuía propaganda em locais públicos – como, por exemplo, nos bondes que circulavam pela cidade do Recife. Havia também aqueles que não necessariamente estavam ligados às redes de propaganda nazista, mas que bradavam aos quatro ventos sua simpatia por Hitler e pela Alemanha, postura que era vista com maus olhos pela polícia e que geralmente os colocava como possíveis agentes subversivos sob o olhar vigilante da mesma. Tais manifestações poderiam ser entendidas como antibrasileiras, o que levou a uma maior atenção do governo brasileiro em relação às organizações teutas, fato que a sugerida cautela pretendia evitar.²³³

A entrada do Brasil na guerra não significou o fim das atividades de propaganda no país, de acordo com trecho de relatório que segue abaixo:

Quem achou que depois dos acontecimentos do dia 18 de agosto a.c. os ânimos dos nazistas de Recife tenham acalmados, labora um profundo engano, pelo contrário: estes se mostram mais exaltados do que nunca e dispostos a tudo. Contribue para este fato terem chegado nos ultimos diaz via área do Rio e São Paulo vários emissarios de casas estabelecidas aqui, como por exemplo de Motores Otto e outras, [...] para deliberar filiaes em Recife [...] Conversas desta natureza e similares ouvi nos ultimos

²³² Informe sobre atividades de estrangeiros no estado. Agosto de 1942. Envelope: 06. **Prontuário funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²³³ ROCHA, op. cit., p. 42.

dia frequentemente em uns meses visinhas de um pequeno café, situado no Recife (Café Avenida?) que fica junto a uma barbearia [...] Este cafézinho, que há muito tempo se tornou ninho dos nazistas, pois lá se reúnem diariamente e em certas e determinadas horas empregados de destaque da Siemens, Lohner e de outras firmas, também presta ao intercambio de correspondências visivelmente clandestinas de elementos do eixo que lá, no botequim fazem depósito. Os emissários recentemente chegados do Sul, anteriormente referidos, não trouxeram material de propaganda em suas malas de viagem, mas envenenam aqui pelo conteúdo de seus cérebros que amplamente divulgam.²³⁴

O relatório data de 18 de setembro de 1942. Os acontecimentos de 18 de agosto, aos quais o investigador se refere, tratavam-se do afundamento de cinco navios brasileiros na costa nordeste, entre Sergipe e Bahia. A notícia, que havia se tornado manchete de capa dos jornais locais e nacionais, foi utilizada como estopim para a entrada do país na guerra. “Não ficarão impunes crimes praticados contra o Brasil”, dizia a matéria de capa do *Diário de Pernambuco*.²³⁵ Apesar do acalorado discurso nacionalista dos jornais contra as ações das nações do Eixo, a propaganda nazista continuava a circular pelo país. No Recife, como mostra o trecho do relatório, emissários alemães de outros estados chegavam à cidade e se encontravam com “empregados de destaque” de empresas já conhecidas pela polícia política devido à permanente vigilância que a mesma exercia sobre esse grupo de estrangeiros desde 1938.²³⁶

Dentro do nacional socialismo, a própria “concepção de propaganda nazista se confundia com militarismo.”²³⁷ A propaganda, para Goebbels, tinha na guerra a finalidade de “quebrar a principal linha de defesa do inimigo antes que o exército avançasse”²³⁸. Dessa forma, considerando o alinhamento do Brasil com os países Aliados durante a Segunda Guerra, a partir de 1942, o governo passou a estabelecer ações de repressão ainda mais rígidas quanto à imprensa teuta e a outros veículos de propagação de ideias do Terceiro Reich em pleno funcionamento no país.

2.2 A relação entre a AIB e a propaganda nazista no Brasil

Assim como os fascismos europeus, a AIB também se utilizou amplamente da propaganda como instrumento político, conquistando o apoio da sociedade para o movimento e recrutar novos adeptos. Conforme Renata Simões:

²³⁴ Informe sobre atividades nazistas na cidade de Recife. 18 de setembro de 1942. Envelope: 06. **Protocolo funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²³⁵ NÃO FICARÃO impunes crimes praticados contra o Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&PagFis=10118>. Acesso em: 27 mar. 2016.

²³⁶ Relatório de 08 de setembro de 1938. **Protocolo funcional: 29240**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²³⁷ PEREIRA, op. cit., p. 566.

²³⁸ Relatório de 08 de setembro de 1938. **Protocolo funcional: 29240**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²³⁸ PEREIRA, op. cit.

AIB lançou mão de um vasto conjunto de dispositivos textuais para educar/doutrinar seus militantes, foram inúmeros jornais, livros, artigos, cartas e documentos utilizados pelo movimento a fim de difundir a doutrina nos diferentes meios e mais distantes e diversos locais. Ao todo foram criados mais de cem diferentes jornais publicados em cidades de todo o Brasil, além das obras e enciclopédias que orientavam os integralistas sobre o comportamento e comprometimento a ser assumido no projeto de construção da “Pátria Integral”. Acrescenta-se a essas iniciativas a criação de “Bandeiras de oradores”, militantes em viagem pela educação e difusão da doutrina integralista pelos quinhões do Brasil.²³⁹

Entre os seus principais aparatos propagandísticos, sem dúvida, está o *Consórcio Jornalístico Sigma Jornais Reunidos*. O consórcio contava com quase uma centena de jornais em circulação, tornando possível a doutrina do *Sigma* (e o que fosse por ele divulgado) em alcance nacional – tanto nas capitais quanto nas cidades do interior –, formando o maior “monobloco jornalístico” da América do Sul durante a década de 1930.²⁴⁰ O *Sigma Jornais Reunidos* tinha como proposta “ser o canal de interpretação do Brasil e do exterior sob a perspectiva ideológica do integralismo, sendo subordinado à Secretária Nacional de Propaganda, sob a censura da ‘Chefia Nacional’” – Plínio Salgado.²⁴¹ Os jornais eram bastante utilizados com o objetivo de popularizar a ideologia integralista, uma vez que o custo era mais acessível que as outras mídias. Contudo, além do jornal e dos outros dispositivos textuais, a rede de propaganda da AIB também fez intenso uso do cinema e do rádio.²⁴²

Os vários jornais integralistas que circulavam pelo país durante o período de legalidade da AIB tinham um conteúdo bastante amplo. Questões em nível nacional e internacional, e discussões voltadas ao operariado e antimaçônicas.²⁴³ As questões internacionais, de maneira geral, se dividiam entre a crítica ao comunismo russo e a exaltação do nazismo, fascismo italiano e salazarismo. Em artigo publicado no jornal integralista *A Offensiva*, Plínio Salgado coloca o nazismo e o fascismo como os movimentos salvacionistas capazes de estabelecer uma “nova ordem das coisas”. E afirma apoiar o nazismo e o fascismo uma vez que o movimento se colocava “contra a desordem social brasileira, porque assume a responsabilidade integral de combater essa desordem social e criar uma sociedade nova, cujas as mais bellas decisões nascem da ordem, da disciplina, da hierarquia e da orientação definida”.²⁴⁴ Contudo, afirmava

²³⁹ SIMÕES, Renata Duarte. **Educação e escolas na ação integralista brasileira**. VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Matrizes Interpretativas e Internacionalização. 29 de junho a 2 de julho de 2015, Universidade Federal de Maringá.

²⁴⁰ BARBOSA, op. cit., p. 108.

²⁴¹ Ibidem, loc. cit.

²⁴² Ibidem, loc. cit.

²⁴³ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa Integralista, imprensa militante (1932-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 174.

²⁴⁴ A REVOLUÇÃO da dôr humana brasileira. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, p. 10. 3 jul. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178586&PagFis=56>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

que o integralismo “separa-se do fascismo desde motivos geográficos ao econômico e ao ethnográfico e ethnológico. [...]”. Argumenta que se separa do nazismo pelos mesmos motivos e acrescenta a questão “científico-philosophica”. Ao ser perguntado se o “integralismo era racista e especialmente antisemita, ele responde ser o integralismo um movimento político “ethico e não ethnico”,²⁴⁵ afirmando não assumir o discurso antisemita de Hitler e se instituindo como uma doutrina profundamente cristã. Para Giselda Brito, a necessidade de legitimar o discurso político integralista e suas propostas enquanto algo original, novo, acarretou, muitas vezes, na negação da influência de outros discursos políticos dos anos trinta, como o caso do fascismo italiano, nazismo e salazarismo,²⁴⁶ mesmo essa influência sendo extremamente marcante em sua doutrina.

Diversas obras literárias também foram produzidas e publicadas no país com intuito de divulgar as ideias integralistas. As obras dos teóricos e líderes do movimento, como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale e tantos outros, foram de importância fundamental para a formação do ideário integralista – principalmente entre os já membros do movimento²⁴⁷. De acordo com o jornal *A Offensiva* de 1936, a bibliografia integralista já compreendia um total de 40 volumes e estava sendo ampliada com a publicação de mais três novos títulos assinados pelos líderes da AIB, consolidando-se assim “em todos os terrenos e que, dia a dia, o integralismo reafirma sua capacidade realizadora impondo-se a Nação pela força da cultura e pelo vigor de sua organização partidária”.²⁴⁸

Gustavo Barroso representava uma elite intelectual dentro e fora da AIB.²⁴⁹ Suas obras eram reconhecidas no âmbito nacional e internacional. Barroso teve inúmeros livros e artigos publicados, não só sobre o movimento integralista, mas também acerca de temas voltados para a história do Brasil. Muitos desses títulos se tornaram “clássicos antisemitas, *Brasil – Colônia*

²⁴⁵ A REVOLUÇÃO da dôr humana brasileira. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, p. 10. 3 jul. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178586&PagFis=56>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

²⁴⁶ SILVA, op. cit., p. 33.

²⁴⁷ SCHMIDT, Patrícia. **Plínio Salgado**: O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008, p. 3.

²⁴⁸ MAIS UMA DEMONSTRAÇÃO de vitalidade do Movimento Integral: A bibliographia integralista que já compreende cerca de 40 volumes, acaba de ser enriquecida com mais 3 livros, assignados por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, p. 3, 5 jul. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178586&PagFis=57>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

²⁴⁹ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza, Ceará, em 29 de dezembro de 1888. Era formado em Direito, mas estava sempre bastante envolvido com as questões literárias, principalmente após ter se mudado para o Rio de Janeiro. Foi a partir da sua mudança para a capital do país que ingressou para a política filiando-se ao Partido Republicano Federal e, posteriormente, em 1933, tornando-se membro da Ação Integralista Brasileira (AIB). Cf. DANTAS, Elyaldo Gonçalves. **Gustavo Barroso, o führer brasileiro**: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

de *Banqueiros* e a tradução comentada de *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, o primeiro volume de *A História Secreta do Brasil*, em que associa a atuação de Nassau com a dos capitalistas judeus”.²⁵⁰ Barroso ainda realizava publicações de artigos em jornais nacionais e alemães. De acordo com Raphael Rocha, “Barroso chegou a colaborar com a publicação de artigos em jornais alemães como o ‘Der Stürmer’, de Nuremberg; ‘Reichwart Der Iurenkenner’, de Berlim e o ‘Deutsch La Plata Zeitung’, de Buenos Aires, onde era chamado de Führer Brasileiro”.²⁵¹

Entre os teóricos do movimento, Gustavo Barroso era considerado um dos seus principais mentores, além de ser a parte integrante da AIB que demonstrava um posicionamento mais favorável à aproximação com o nazismo. Para Patrícia Schmidt, não havia entre os líderes uma homogeneidade doutrinária: “Plínio era mais espiritualista, preocupado com questões filosóficas, já Miguel Reale preocupava-se mais com a constituição do Estado, sua organização prática. Gustavo Barroso voltara-se mais para o anti-semitismo”.²⁵²

O antissemitismo estava presente no discurso integralista inserido numa dinâmica de poder na qual estava estabelecido um conflito de disputa interna entre dois de seus líderes: Plínio Salgado e Gustavo Barroso. O antissemitismo agia enquanto instrumento que dava “coesão e mobilização das massas integralistas”.²⁵³ De acordo com Francisco Teixeira, na Alemanha nazista a perseguição aos judeus, assim como a perseguição que praticaram com outras minorias, tinha o intuito de obter adesão da população ao nazismo e ao mesmo tempo “manter o povo alemão em permanente estado de guerra aberta a um inimigo comum”.²⁵⁴ Logo, o racismo ascende nos fascismos enquanto agir político. Diferente do que ocorreu no governo nazista, no integralismo o antissemitismo foi essencialmente discursivo:

No integralismo como um todo, seu antissemitismo ajudava a mobilizar as pessoas, dava um sentido unificado à luta e facilitava contatos com alguns movimentos fascistas do exterior, principalmente os próximos do nazismo. Mas que não era um elemento definidor central na identidade daqueles que dele se aproximavam.²⁵⁵

O integralismo foi um dos maiores disseminadores do antissemitismo no país durante a década de 1930. Livros, conferências e artigos eram publicados em jornais e realizavam uma

²⁵⁰ ROCHA, op. cit., p. 36

²⁵¹ Ibidem, loc. cit.

²⁵² SCHMIDT, op. cit., p. 4.

²⁵³ BERTONHA, João Fábio. Além das palavras e do discurso: questões metodológicas para o estudo do antissemitismo integralista. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014, p. 238.

²⁵⁴ SILVA, Carlos Teixeira da. Sobre os tribunais do Terceiro Reich: os fascismos e as ditaduras, o que ainda há para estudar? In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014.

²⁵⁵ BERTONHA, 2014, p. 239.

identificação do “judaísmo com o capital financeiro internacional, ao comunismo e ao materialismo em geral”.²⁵⁶

Contudo, não era apenas o antissemitismo que aproximava Barroso do nazismo e dos demais fascismos europeus:

Mesmo que ele não pretenda que o integralismo imite o fascismo, considera que pertence à mesma família ideológica. Embora distinga algumas particularidades dos fascismos europeus com relação ao integralismo, sua atitude fundamental traduz-se na consciência da solidariedade que se estabelece entre todos os movimentos fascistas da década de 30. A melhor demonstração desta consciência fascista universal é o livro de Barroso *O integralismo e o Mundo*, no qual exalta a expansão dos movimentos fascistas em 38 países.²⁵⁷

Essa solidariedade integralista – tomando o termo utilizado por Trindade – aos fascismos europeus é traduzida não apenas nos livros de Barroso como também em diversos artigos publicados pela imprensa integralista, além da colaboração de uma parcela significativa dos seus membros (e ex-membros pós 1938) à propaganda nazista em território nacional, mesmo após o início da Segunda Guerra.

2.2.1 A imprensa integralista

O jornal *A Offensiva* era um dos principais periódicos da AIB. Sob a orientação de Plínio Salgado, o jornal adquiriu um caráter de órgão oficial do movimento Integralista. Era através de suas páginas que o “Chefe Nacional (Salgado) chegava aos lares dos militantes”,²⁵⁸ escrevendo artigos que versavam, em sua maioria, sobre as diretrizes do movimento. O periódico tinha uma publicação semanal e realizava a difusão ideológica da doutrina do *sigma* em todo o território nacional, agindo como instrumento de “consolidação de manutenção do poder pessoal de Plínio Salgado na Ação Integralista Brasileira”.²⁵⁹ O jornal contava com a contribuição de Gustavo Barroso, que, sob o pseudônimo de João do Norte, publicava textos relacionados a questões judaicas na coluna intitulada “*Judaísmo Internacional*”.²⁶⁰ Tornando-se, assim, o maior “disseminador do antissemitismo pelas páginas do *A Offensiva*”.²⁶¹

Na matéria de título *A mais espetacular demonstração do Nazismo – “A Alemanha é uma força que não cessa de crescer”*, retratou o desfile protagonizado pelos nacionais-

²⁵⁶ Ibidem, p. 235.

²⁵⁷ TRINDADE, op. cit., 263.

²⁵⁸ VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: o antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 110.

²⁵⁹ Ibidem, p. 111.

²⁶⁰ Ibidem, p. 112.

²⁶¹ Ibidem, p. 127.

socialistas em Nuremberg, classificado como “fantástico espetáculo”. A reportagem ressaltava ainda alguns aspectos do nazismo prezados pelos integralistas como a disciplina, a hierarquia e a ordem.²⁶² O jornal, no mesmo ano, ainda chegou a realizar uma efusiva campanha para a indicação do nome do Führer alemão ao prêmio Nobel da Paz. Uma vez que “ninguém fez mais pela causa da paz universal que Hitler”.²⁶³

Em agosto de 1936, *A Offensiva* publicou a seguinte matéria: “*A marcha dos nacionalistas hespanhoes para salvar a Hespanha da horda comunista: actividade dos revolucionários nas frentes*”. Ao lado, consta outra matéria, com a chamada: “*A Alemanha alerta contra o terror vermelho*”. Abaixo, na mesma página, há um pequeno artigo intitulado “*Fúria sanguinária dos marxistas*”.²⁶⁴ As três matérias trazem como conteúdo o discurso anticomunista. Falam da “crueldade das atrocidades cometidas pelos vermelhos” e das ações de defesa da Espanha e da Alemanha. Ambos, então, países fascistas. Havia um claro discurso dualista, que contrapunha o bem e o mal, no qual o comunismo, efetivamente, era o mal que precisava ser combatido pelas nações com “governos fortes” – que, por sua vez, representavam a defesa contra o inimigo.

Para Elynaldo Dantas, a imprensa integralista tinha como características basilares “a obediência ao mesmo padrão gráfico e o constante recurso a estratégias de persuasão; através da repetição, da transcrição de trechos de obras de intelectuais do movimento e o uso de lembretes”.²⁶⁵ Tais características se mostram bastante alinhadas ao que Jean Marie Domenach denominou como propaganda de tipo Hitlerista, que enfatizava a repetição, persuasão e simplificação da mensagem a ser passada. Dialogando com Domenach, Alcir Lenharo reforça a asseveração sobre a propaganda nazista:

Hitler considerava que a propaganda sempre deveria ser popular, dirigida às massas, desenvolvida de modo a levar em conta um nível de compreensão dos mais baixos. “As grandes massas”, dizia ele, “têm uma capacidade de recepção muito limitada, uma inteligência modesta, uma memória fraca”. Por isso mesmo, restringir-se a pouquíssimos pontos, repetidos incessantemente. Se eram muitos os inimigos a serem atacados, para não dispersar o ódio das massas seria preciso mostrar que eles pertenciam a mesma categoria, não ficando assim individualizado o adversário.²⁶⁶

²⁶² A MAIS ESPETACULAR demonstração do Nazismo - "A Alemanha é uma força que não cessa de crescer". **A Offensiva**. Rio de Janeiro, p. 5. 12 set. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178586&PagFis=729>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

²⁶³ HITLER e o Prêmio Nobel da Paz. **A Offensiva**. Rio de Janeiro, p. 5, 12 set. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178586&PagFis=745>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

²⁶⁴ "A MARCHA dos Nacionalistas Hespamhoes para salvar a Hespanha da horda comunista: actividade dos revolucionários nas frentes", "A Alemanha alerta contra o terror vermelho", "Fúria sanguinária dos marxistas". **A Offensiva**. Rio de janeiro, p. 5. 26 ago. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178586&PagFis=557>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

²⁶⁵ BARBOSA, op. cit., p. 117.

²⁶⁶ LENHARO, Alcir. **Nazismo**: o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 1989, p. 47.

Os discursos da imprensa integralista revelam um jornalismo que se posicionava a favor dos fascismos em voga não só na Europa como na América Latina, numa “perspectiva apologética”.²⁶⁷ Essa postura da AIB diante de tais movimentos ratifica sua filiação ideológica aos mesmos. Entretanto, o inverso também ocorria. Um artigo publicado na revista portuguesa de atualidades internacionais, *A Esfera*, acompanhada de uma imponente foto de Gustavo Barroso, mostra que a imprensa internacional também instituía um diálogo com o integralismo brasileiro. Na matéria da citada revista, Gustavo Barroso era retratado como injustiçado, uma vez que suas obras de cunho antissemita não haviam tido o eco que se julgava merecido:

[...] Porque, – é triste dizê-lo, caro amigo! – O silêncio em redor a sua obra corajosíssima foi completo, embora em Portugal haja muitíssimo a quem a conheça. [...] A análise impiedosa do sistema judaico-financeiro fomentador de revoltas [...] o espírito clarividente [de] revisão histórica panteado nas obras que deixamos citadas, nem por sombras poderiam agradar à legião dos adesivos de Asmodeus que – demais o sabe o autor do < **Brasil, Colônia de Banqueiros** > – pululam por toda parte. E seu nome de intelectual verdadeiro, de lídimo representante de um Brasil contemporâneo e anti-liberal, embora citasse, foi despedido de todo seu conteúdo.²⁶⁸

Mais uma vez são destacadas positivamente características presentes na obra de Gustavo Barroso que se coadunam com o nazismo e sua doutrina antiliberal e antissemita, que integrava, por sua vez, outros movimentos de extrema-direita. Considerado um “verdadeiro técnico” em matéria de judaísmo, o autor de *Brasil – Colônia de Banqueiros* atribuía a responsabilidade de todos os males do “ocidente às ações do judaísmo internacional, através da especulação internacional de capitais, por todas as diferenças sociais, financeiras e políticas e também responsáveis pelo comunismo internacional”.²⁶⁹

Havia um grande fluxo de informações entre esses grupos de extrema-direita da Europa e da América Latina. Fábio Bertonha afirma que durante os anos de 1930, um grande volume de material de propaganda fascista era encaminhado ao país e endereçado aos principais líderes da AIB, como Gustavo Barroso, Miguel Reale, Jeová Motta e Olbiano de Mello, incluindo livros de doutrina fascista.²⁷⁰

Em 1936, os camisas-verdes receberam na sua sede do Rio de Janeiro a visita dos avanguardistas italianos: “a nova geração da velha Roma vem de atestar insophismavelmente o presente e o futuro da nação amiga. [...] Imbuídos da mesma trilogia sagrada [...]”,²⁷¹ ocuparam

²⁶⁷ BARBOSA, op. cit., p. 163.

²⁶⁸ Gustavo Barroso. *A Esfera*. Lisboa, ano 1, v. 7, 20 ago. 1940, p. 5, grifos nossos.

²⁶⁹ OLIVEIRA, 2009. p. 214.

²⁷⁰ BERTONHA, 2014, p. 101.

²⁷¹ A VISITA dos avanguardistas italianos à Acção Integralista Brasileira e a “A Offensiva”. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, p. 1. 27 ago. 1936. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178586&PagFis=563>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

a primeira página do jornal, destacando a ocasião como oportunidade de selar a amizade entre o integralismo e a Itália. Em 1938 – quando a repressão a esses grupos se intensificou, inclusive sobre os membros da AIB, devido ao *Putsch Integralista* – a polícia prendeu um correspondente do jornal *Gazeta del Popolo*, “em cujo poder foi encontrado um documento, pedindo que o governo da Itália intervisse, com energia junto ao governo brasileiro, em apoio franco ao integralismo.”²⁷²

O jornal *Acção* atuava como veículo dessa propaganda de viés fascista. Com um posicionamento a favor dos movimentos de extrema-direita, a *Acção* publicava diversos artigos sobre a Itália fascista de Mussolini e seus “grandes feitos”. Esse tom elogioso e exaltador se manteve em todo o período de circulação do jornal *Acção*.²⁷³ O mesmo ocorria em relação ao nazismo. E sua ascensão tratada sempre como um acontecimento salvacionista: o nacional socialismo que “salvou” a Europa do bolchevismo.

De acordo com Natália Cruz, havia troca de material de propaganda entre esses grupos com finalidade de divulgar o integralismo na Alemanha e o nazismo no Brasil. A autora destaca ainda a presença integralista na imprensa de influência alemã, como o caso do jornal *Gazeta de Notícias*, adquirido pela Embaixada Alemã em 1941, que tinha como principal colaborador Gerardo Melo Mourão: “fervoroso adepto do Sigma e semi-oficial dos representantes nazistas no Rio, a fim de atrair à causa germânica a imprensa daquela região”²⁷⁴. O jornal *Gazeta de Notícias* atuava como grande propagador das ideias nazistas no país através de uma estreita rede de colaboração entre as duas doutrinas, assim como ocorria em outros meios de comunicação.²⁷⁵

A dissolução do Partido Integralista em 1938, a perseguição política de seus membros e o fechamento dos meios de comunicação ligados à AIB não significaram o fim das suas atividades, nem da militância. Mesmo após o fim da AIB, muitos dos seus ex-membros estavam envolvidos com as ações do Eixo no país. Em Pernambuco, tais atividades estavam ligadas ao Partido Nazista e ao Consulado Alemão. Conforme, relatório da polícia política:

[...] Há tempo veem desenvolvendo franca atividade na propaganda do NAZISMO e FASCISMO neste Estado, mantendo de certo modo patrocínio especial ao ex-partido

²⁷² UM PEDIDO de intervenção do governo italiano em favor do integralismo. **A Offensiva**. Rio de Janeiro, 18 mai. 1938. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1938&PagFis=1311>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

²⁷³ BARBOSA, op. cit., p. 169.

²⁷⁴ CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial**: a intolerância como princípio. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p. 55.

²⁷⁵ DANTAS, op. cit., 32.

INTEGRALISMO DO BRASIL, tornando-se mesmo um grupo perigoso de espiões em nosso meio.²⁷⁶

E no relatório do dia seguinte acrescenta:

Erwin Kalk - Alemão. Chefe do Partido Nazista nesta Capital e ainda continua a frente da 5ª coluna, vindo se esforçando para melhor situação da sua pátria neste Estado. [...] Segundo informações, vem se ligando ha muitos elementos integralistas com os quais procura incentivar cada vez mais, a sua campanha.²⁷⁷

Os informes e sindicâncias sobre as atividades realizadas em atuação conjunta entre o Partido Nazista e os integralistas eram recorrentes. Muitos deles referentes a ações desses grupos no interior do estado, “principalmente em Bezerros e Caruarú”²⁷⁸. Esta última era a cidade na qual residia Belízio Cordula, chamado de “chefe ou agente nazi-integralista” pela DOPS-PE. Cordula fazia parte do seletto grupo dos primeiros camisas-verdes de Pernambuco.²⁷⁹ Eles eram estudantes de direito e, em sua maioria, pertencentes a famílias tradicionais. “Foram alguns dos mais importantes reprodutores dos discursos integralistas em solo pernambucano, levando-os para vários municípios desse Estado”.²⁸⁰ Integralista da velha guarda, Belízio atuava como articulador da propaganda do governo Hitlerista no interior do estado durante a Segunda Guerra:

[...] O jornal Meio Dia, do Rio de Janeiro, a qual contem o discurso de Hitler intitulado em letras garrafaes ‘O Historico Discurso de Hitler’, e no verso da mesma ‘As armas com que a Grande Alemanha, está construindo a maior vitória de todos os tempos’ cuja a página do jornal foi tirada de um grande pacote contendo aproximadamente (100 folhas) endereçadas ao ‘chefe ou agente nazi-integralista, Belízio Cordula recebe semanalmente grande quantidade de material de propaganda. [...] Informo ainda com segurança que essa semana seguiu para as cidades de Nazaret, Rio Branco e Pesqueira, as mesmas quantidades de jornais, cujos recebedores não me foi possível verificar’.²⁸¹

A rede de apoio integralista à propaganda nazista atuava por diversas regiões do estado. No Recife, a polícia política ressalta a recorrência da presença de “integralistas de várias regiões do estado grandemente interessados”²⁸² no material de propaganda distribuído pelo consulado

²⁷⁶ Serviço Secreto – Informações, 30 de maio de 1938. **Prontuário individual: 4949.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²⁷⁷ Serviço Secreto – Informações, 31 de maio de 1938. **Prontuário individual: 4949.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²⁷⁸ Informe de sindicância ao Delegado de Ordem Política e Social. 24 de março de 1940. Envelope 5. **Prontuário funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²⁷⁹ MORAES, Márcio André Martins de. A importância do sentimento religioso para a interiorização do integralismo em Pernambuco nos anos 1930: o caso do município de Garanhuns. **Paralellus**, Recife, v. 5, n. 9, p. 9-24, jan./jun. 2014, p. 14.

²⁸⁰ MORAES, Márcio André Martins de. A importância do sentimento religioso para a interiorização do integralismo em Pernambuco nos anos 1930: o caso do município de Garanhuns. **Paralellus**, Recife, v. 5, n. 9, p. 9-24, jan./jun. 2014, p. 14.

²⁸¹ Informe de sindicância ao Delegado de Ordem Política e Social. 24 de março de 1940. **Prontuário funcional: 29444.** Envelope 5. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²⁸² Relatório nº 87. 16 de julho de 1941. Envelope 5. **Prontuário funcional: 29444.** Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

alemão. Fazia parte desse material, além do já conhecido *Jornal Meio Dia*, o *Gazeta de Notícias*, *Revista Reação Brasileira* e a *Tribuna Livre*. Havia ainda livros – dos quais não foram informados os títulos e impressos de toda ordem.²⁸³

A relação entre os membros dos dois movimentos políticos não era novidade alguma. Além da vasta circulação das ideias nazistas promovida pelos integralistas, João Kuehne afirma que em Santa Catarina, por exemplo, a distribuição de avisos para convocação à filiação de partidários integralistas também ocorria de maneira recorrente em todo o estado. Os avisos eram, em sua maioria, redigidos no idioma alemão, e a “proximidade” entre as duas doutrinas acabava atraindo um número significativo de adeptos alemães.²⁸⁴

Devido à série de investigações realizadas nas sedes do Partido Integralista e nas casas de vários membros, a polícia conseguiu apreender diversos documentos e demais materiais de propriedade destes. Os materiais apreendidos que se encontravam redigidos em alemão eram considerados como “prova irrefutável” da relação entre ambos os movimentos. A propaganda nazista, que outrora era minimizada com “vistas grossas”, passa a ser documentada e publicada de maneira recorrente nos jornais do país. No *Diário de Pernambuco*, a notícia sobre *Ligações existentes entre o nazismo e o integralismo* trazia documentação que “comprovava” que o integralismo agia em favor do nazismo. A reportagem tratava o movimento integralista como entreguista, agindo “revestido de nacionalista” a favor dos países do Eixo:

A par de grande material de propaganda, entre a qual, escritos em alemão, editados por conta da Ação Integralista Brasileira, na Tipografia Baumgarten, de Blumenau, foram encontrados os seguintes folhetos: “Dam Pktobermanifest”, “Handuch des Integralisten”, “Statuten”, “Fibel des Brasilianischen Integralismus”, apreenderam as autoridades uma circular cujo conteúdo se reveste de capital importância como demonstração clara de um comum entendimento entre sectários do Integralismo e as hostes nazistas. [...] Em presença do exposto, ressalta, evidente, ser o integralismo um partido constituído por ferrenhos quinta-colunistas, visando colocar o nosso povo, amante da liberdade, sob o jugo de quem, como Hitler, sonhava poder escravizar o Brasil, a semelhança do que está ocorrendo com os infelizes países da Europa por ele dominados²⁸⁵.

A imagem dos integralistas era cada vez mais associada ao nazismo e à propagação de sua doutrina em solo brasileiro. Considerando que no início de 1942 já havia ocorrido torpedeamento de navios brasileiros e que a hostilidade a esses grupos crescia vertiginosamente, a credibilidade que a AIB possuía na sociedade estava cada vez mais precária. Contudo, é

²⁸³ Relatório nº 87. 16 de julho de 1941. Envelope 5. **Prontuário funcional: 29444**. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

²⁸⁴ KUEHNE, João. O Integralismo Nazi-Fascista em Santa Catarina. In: DELEGACIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

²⁸⁵ LIGAÇÕES existentes entre o nazismo e o integralismo. Partidários de Hitler de mãos dadas com os partidários de Plínio Salgado. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3. 12 abr. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_12&PagFis=8822>. Acesso em: 17 jun. 2016.

importante lembrar que havia membros do integralismo brasileiro ligados não apenas à circulação de ideias nazistas no país, mas também como efusivos colaboradores de uma rede de espionagem que se montou em alguns estados do país, incluindo Pernambuco: a rede de espionagem nazista e a colaboração integralista nessas atividades. As estratégias de repressão a esses grupos, aliadas à contraespionagem norte-americana e à desarticulação dessa rede de espionagem são temas do terceiro capítulo deste trabalho.

Capítulo 3

Entre ações e desarticulações: as atividades de espionagem nazista em Pernambuco durante a Segunda Guerra

A cidade do Recife não teve suas ruas obstruídas por combates, ou as torres das suas igrejas seculares destruídas por bombardeios. Contudo é importante que se reconheça a capital pernambucana durante o conflito. Se não foi Dresden, El Alamein ou Hiroshima, (sítios de relevo conhecido), tampouco permaneceu alheia ao turbilhão que se erguia a sua volta. Recife, a cidade dos mercados aberta ao oceano, presenciou de local privilegiado um dos mais ativos fronts da guerra: a Batalha do Atlântico.

Karl Schurster.

O evento da Segunda Guerra esteve presente no cotidiano de indivíduos de várias partes do mundo. Os jornais e demais meios de comunicação levavam à população notícias referentes aos desdobramentos do conflito. Dessa forma, ela se fazia presente em locais nos quais não existiam combates armados e até mesmo em lugares onde a paz estava estabelecida diplomaticamente. Contudo, sua presença nem sempre esteve reduzida apenas às manchetes do noticiário. No Brasil, ainda em seu período de neutralidade (1939-1942), duas “guerras” eram travadas em seu território simultaneamente ao conflito propriamente dito: a guerra de palavras, através da produção de um *corpus* propagandístico, como foi discutido no segundo capítulo; e o levantamento de informações através da prática da espionagem.

A espionagem, assim como a propaganda de guerra, teve um papel fundamental nos rumos tomados pela Segunda Guerra. Lembremos do famoso caso da *Enigma* alemã,²⁸⁶ que,

²⁸⁶ Enigma é o nome da máquina eletromecânica de criptografia com rotores, utilizada tanto para criptografar como para descriptografar códigos de guerra. Foi usada de diversas maneiras na Europa a partir dos anos 1920. Tornou-se muito conhecida no cenário internacional nas décadas de 1930 e 1940 por ser utilizada pelas forças militares alemãs para criptografar mensagens radiotelegráficas confidenciais. Famosa pela suposta indecifrável, a Enigma foi “desvendada” nos primeiros meses de 1940 pelos britânicos, o que rendeu aos Aliados uma significativa vantagem sobre o Eixo. De acordo com Stanley Hilton, o evento só se tornou público durante a década de 1970, com a publicação do “Relatório de Masterman” (1972), que abordava a espionagem britânica durante a Segunda Guerra. Essa história foi contada nos cinemas, através do longa-metragem: *Enigma - O Jogo da Imitação*.

assim como a esfinge tebana, era tida como indecifrável, fazendo *jus* à máxima “decifra-me ou devoro-te”.²⁸⁷ Contudo, não devorou, foi decifrada. Um seleto grupo de especialistas ingleses conseguiu interceptar e decifrar mensagens trocadas entre o alto escalão alemão e seus comandantes. O seu sucesso rendeu uma significativa vantagem aos Aliados sobre o Eixo naquele momento da guerra. E esse é o ponto chave da espionagem: conhecer o inimigo, saber seus pontos fortes, suas fraquezas, seus aliados, sua logística, seu poderio armamentista e, sobretudo, seu planejamento de ações militares. Durante a Segunda Guerra, a prática da espionagem foi um recurso amplamente utilizado por ambos os lados, Aliados e Eixo, em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

O estreitamento das relações do Brasil com os Estados Unidos da América e com a Alemanha, assim como a latente rivalidade política/comercial/militar entre as duas potências rivais, percorreu toda a década de 1930. Atrasada na corrida imperialista, a Alemanha buscou “direcionar seu comércio exterior para países nominalmente soberanos, mas que dependiam fortemente do abastecimento do mercado internacional e que tinham como seu carro-chefe a economia primário-exportadora”.²⁸⁸ O governo brasileiro, por sua vez, tinha o objetivo de romper com uma economia fundamentalmente agrária, ou a chamada tradicional “vocação agrária”, em prol do desenvolvimento da indústria siderúrgica.²⁸⁹ Assim, foi estabelecida uma parceria entre os dois países e o Brasil se tornou o maior fornecedor de algodão, café e borracha do Terceiro Reich até o início da Segunda Guerra.²⁹⁰

Já os Estados Unidos da América estavam empenhados firmemente em consolidar sua hegemonia sobre o continente americano através do discurso da “política da boa vizinhança”. Utilizaram como estratégia diplomática a negociação sobre colaboração em âmbito econômico e militar com os países da América Latina, o que consistia no objetivo de impedir a influência dos países europeus na região, manter a estabilidade política no continente, além de assegurar

O filme, lançado em 2015, conta a história de Alan Turing (considerado o “pai da computação”) e ressalta o período no qual trabalhou para a inteligência britânica, sendo um dos principais responsáveis por decifrar Enigma.

²⁸⁷ A expressão “decifra-me ou devoro-te” ficou popularmente conhecida através da tragédia grega escrita por Sófocles, entre aproximadamente 496 a.C. e 406 a.C. Édipo foi salvo da morte quando pequeno por um pastor coríntio e adotado pelo rei Políbio. Anos mais tarde, ao consultar um oráculo e descobrir uma profecia que afirmava que ele mataria seu pai e desposaria sua mãe, ele foge sem rumo. Ao chegar às portas de Tebas, encontrou a esfinge que lançava enigmas e devorava quem não os decifrasse: “decifra-me ou devoro-te”. Contudo, Édipo conseguiu decifrar o enigma e salvar-se, causando, assim, a morte da esfinge. Cf.: SÓFOCLES. **Rei Édipo**. 496 a.C. e 406 a.C. Fonte digital: e-BooksBrasil.com, 2005.

²⁸⁸ MONTEIRO, Maria Lana. **Súditos do Mal: O Cotidiano da Repressão Policial em Pernambuco (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006, p. 28.

²⁸⁹ *Ibidem*, loc. cit.

²⁹⁰ CARVALHO, Gregório Echeverria de. **Política externa e política comercial brasileira entre 1930 e 1942: comércio e defesa nacional**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 15.

a liderança norte-americana. Essa disputa, como vimos no capítulo dois, ocorria também no âmbito das políticas culturais externas que visavam garantir uma hegemonia política e influência cultural e, assim, obter o êxito pretendido quanto às relações internacionais em toda a América.²⁹¹ Contudo, a disputa entre Alemanha e EUA, que tinha se situado, até então, essencialmente em torno de questões econômicas e culturais, com o prenúncio da Segunda Guerra passou a adquirir feições de um combate político-militar. O Brasil, nesse contexto, ganhou uma nova dimensão na relação com essas duas nações, transformando-se em um importante cenário no teatro da Batalha do Atlântico, como na guerra clandestina que agia nos bastidores do *front*.

3.1 Batalha do Atlântico: a cidade do Recife na rota da espionagem alemã

A Batalha do Atlântico, ocorrida durante a Segunda Guerra, é considerada a mais longa da história. Estendeu-se de 1939, com o bloqueio das ilhas britânicas, a 1945, com a queda do Terceiro Reich.²⁹² Conforme apontou Tempone, para a Alemanha:

A batalha a travar-se contra o comércio naval aliado tinha função estratégica tanto ofensiva como defensiva. Era ofensiva quando visava, como resultado mais auspicioso, a estrangular por completo a comunicação marítima aliada no Atlântico Norte, o que levaria ao isolamento soviético de qualquer contato com seus aliados atlânticos por via marítima e poderia até vir a forçar os ingleses a um pedido de paz, caso as perdas navais se elevassem a níveis que comprometessem a vida e o esforço de guerra das Ilhas Britânicas. Era defensiva porque, caso o índice de afundamento de navios não fosse capaz de colimar o objetivo supracitado, ele deveria, ao menos, garantir que a frota mercante aliada se mantivesse suficientemente pequena para, assim, impedir o planejamento e a execução, por parte de ingleses e norte-americanos, de qualquer operação militar anfíbia no Atlântico que visasse à abertura de uma segunda frente no continente europeu, fato que obrigaria as Forças Armadas alemãs a dividirem-se por duas frentes de combate, uma no Leste e outra no Oeste, destarte redundando em uma derrota certa e rápida.²⁹³

Logo, o objetivo principal da marinha alemã era de efetuar uma guerra naval contra as rotas de comunicações marítimas dos aliados com seus pontos de abastecimento no continente americano e também em parte do Oriente. É fato, assim como ressaltou Tempone, que as principais rotas do tráfego marítimo estavam situadas no Atlântico Norte. Essas rotas ligavam os Estados Unidos à Inglaterra e a parte do Mediterrâneo/Oriente Médio, que fazia a conexão

²⁹¹ ISOLAN, Flaviano. A guerra pelos cinemas: o cinema como instrumento da política externa alemã para o Brasil. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010, p. 692.

²⁹² SCHURSTER, Karl. **A Guerra como metáfora**: aspectos da propaganda do Estado Novo em Pernambuco (1942-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008, p. 34.

²⁹³ TEMPONE, Victor. A Batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial. **Revista Navigator**, v. 9, n. 18, 2014, p. 91.

do comércio oriental até a Inglaterra.²⁹⁴ Contudo, com os desdobramentos da guerra, essas rotas se tornaram cada vez mais inviáveis, aumentando assim a importância estratégica das rotas do Sul na Campanha do Atlântico.

O Brasil despontou nesse período devido a sua importância crucial para a implantação de uma política latino-americana dos EUA, na defesa do continente americano, assim como sua hegemonia econômica na América.²⁹⁵ O Saliente Nordestino brasileiro, como era comumente chamada a região onde estão localizados os estados Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (além de algumas poucas ilhas), se destacou nesse processo de beligerância devido a sua posição geográfica estratégica no Atlântico Sul em relação aos EUA, Europa e África:²⁹⁶

A corrente de suprimentos seguia tanto diretamente para a Inglaterra como cortava o coração da África até o Oriente Médio, onde existiam possessões britânicas. Assim, desde 1939 os americanos procuram ampliar sua presença no Nordeste brasileiro. Esta situação só se ampliava diante das vitórias do Eixo no Norte da África: vindos de Dakar, os italianos – e esse era o temor americano – desembarcariam em praias nordestinas e colocariam em risco o Canal do Panamá, artéria vital que ligava as duas linhas costeiras dos Estados Unidos.²⁹⁷

Considerado como ponto vital na defesa do Hemisfério Ocidental, os norte-americanos não tardaram em realizar acordos com o governo brasileiro a fim de assegurar concessões para o estabelecimento de bases aéreas e navais em cidades do Nordeste, como Recife e Natal, além do fornecimento de suprimentos, como alimentos, matérias primas importantes para a indústria bélica e manufatureira dos Aliados.²⁹⁸ Assim, os EUA iniciaram uma extensiva linha de defesa que tinha a finalidade de vigiar e patrulhar o Atlântico, como forma de bloquear a chegada da guerra no continente americano. Cedendo à pressão vinda de Washington, o governo brasileiro passou a conceder autorização para que a *Pan American Airways (Panam)*, empresa privada que operava no país por meio da sua subsidiária, *Panair*, expandisse suas bases aéreas pelo litoral nordestino.²⁹⁹

²⁹⁴ FONSECA, Manoel Felipe Batista da. **Base Fox**: aspectos do estabelecimento e desenvolvimento da base naval da U.S. Navy no Recife durante a campanha do Atlântico Sul. (1941-1943). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 111.

²⁹⁵ Cf.: CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “**A guerra já chegou entre nós!**”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945) – Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 44.

²⁹⁶ O termo Saliente Nordestino era bastante utilizado durante o Estado Novo. Saliente, “lugar que se projeta” ou “área que sobressai”, fazia referência aos estados do nordeste brasileiro que se sobrepunham debruçando-se em direção ao Atlântico Sul. Eram eles: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, incluindo-se aí as ilhas de Fernando de Noronha e de Trindade, além do atol das Rocas. Cf.: CRUZ, op. cit., p. 42.

²⁹⁷ SCHURSTER, Karl. O “inverno do descontentamento” na propaganda de preparação para Segunda Guerra em Recife. **Revista Navigator**, v. 9, n. 17, 2013, p. 44.

²⁹⁸ FONSECA, Manoel Felipe Batista da, op. cit., p. 111.

²⁹⁹ CARVALHO, Gregório Echeverria de, op. cit., p. 93.

Além disso, o Brasil também liberou o tráfego de aviões militares através do Nordeste para a África, para serem entregues aos britânicos. Os acordos e concessões estabelecidas entre os EUA e o Brasil marcavam ao mesmo tempo um relevante indicativo do avanço na consolidação da aliança entre as duas nações e o início de uma profunda americanização do país.³⁰⁰ Dessa forma, os EUA aumentavam cada vez mais sua influência política e econômica no continente americano e, conseqüentemente, promoviam um maior afastamento da Alemanha em relação à América Latina.

A cidade do Recife foi alçada, no contexto da guerra, a um importante baluarte dos Aliados no Atlântico Sul Ocidental. Sua posição estrategicamente vital para o esforço de guerra associada às condições políticas e econômicas da época transformaram a cidade numa das principais passagens das rotas de comércio interamericanas.³⁰¹ O porto da cidade foi utilizado como ponto de abastecimento de navios Aliados, em sua maioria ingleses, norte-americanos e canadenses.³⁰² Os produtos comercializados eram diversos: minério de ferro, manganês, quartzo, borracha, algodão e outros artigos de valor para nações em situação de beligerância³⁰³.

Em meados de 1941, o Recife passou a sediar a base naval *U.S. Navy* no Atlântico Sul Ocidental. A *Base Fox*, como era chamada, representou umas das mais importantes bases Aliadas no Atlântico, ficando em atividade até o fim da guerra, em 1945.³⁰⁴ De acordo com Manoel Fonseca:

Em um primeiro momento, de maio de 1941 até a entrada oficial dos Estados Unidos na guerra, as belonaves da Força-Tarefa 3 da U.S. Navy faziam usos temporários de alguns armazéns do porto, buscando provimentos frescos, água, óleo combustível e gasolina de aviação, e dar um descanso aos marinheiros. [...]. Essa categoria de reabastecimento de consumíveis, envolve uma ampla variedade de itens e.g. água, alimentos, suprimentos, combustíveis, lubrificantes, peças sobressalentes, equipamentos descartáveis e artilharia, bem como o restabelecimento do moral dos marinheiros, que precisam periodicamente de licenças para saírem dos navios descansarem e se divertirem em terra. [...]. Após o ataque japonês a *Pearl Harbor*, com a expansão da campanha submarina para águas americanas, o Recife assumiu as funções de inteligência e comunicações, bem como passaria a dispor de aparelhos para reparos de destroieres e uma grande estrutura de apoio ao combate direto das belonaves Aliadas no Atlântico Sul.³⁰⁵

³⁰⁰ *Ibidem*, loc. cit.

³⁰¹ SCHURTER, Karl. Com que roupa eu vou para a guerra que você me convocou? Política e Imprensa durante a Segunda Guerra Mundial em Pernambuco (1942-1945). In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo; Ferrer, Jorge. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2010, p. 454.

³⁰² Relatório de atividades dos “súditos do Eixo” em Recife. [s.d.]. **Prontuário funcional: 29444**, envelope 2. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁰³ CARVALHO, Gregório Echeverria de, op. cit., p. 28.

³⁰⁴ FONSECA, Manoel Felipe Batista da, op. cit., p. 42.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 44.

Em 1941, após a agressão sofrida pelos EUA no episódio de *Pearl Harbor*, o país declarou oficialmente sua entrada na Segunda Guerra contra o Eixo, mudando a configuração do conflito. O Itamaraty reafirmou em nota divulgada na imprensa seu posicionamento a favor dos EUA no conflito e a importância das ações de defesa do território brasileiro, uma vez que uma ameaça “sob o continente significa que o Brasil se acha sob o peso da mesma ameaça”.³⁰⁶

A nova situação reforçou a adoção de certas providências defensivas em relação ao Brasil, principalmente no que se referia à proteção da sua costa e das possíveis atividades de espionagem dos quinta-colunas e cidadãos do Eixo residentes em território nacional. É importante lembrar que o período entre a Primeira e a Segunda Guerra contou com um grande pico de fluxo migratório germânico para o continente americano, ampliando consideravelmente a comunidade alemã existente no Brasil.³⁰⁷ Diversas regiões do país receberam imigrantes alemães, inclusive estados do Norte e Nordeste, como, por exemplo, Pernambuco e Bahia. Conforme discutimos no capítulo 1, as instituições e associações teutas no país passaram por um processo de “nazificação” pós ascensão de Adolf Hitler na Alemanha. Muitos alemães tornaram-se membros do Partido Nazista no Brasil e outros tantos, orgulhosos do reerguimento do seu país, se mostravam bastante simpáticos ao nacional-socialismo. Logo, a existência de uma significativa quantidade de colônias alemãs no Brasil o tornava, para

³⁰⁶ TERÁ amplos poderes: Roosevelt com atribuições jamais conferidas a um presidente, **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 13 dez. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/7519>. Acesso em: 26 mar. 2017.

³⁰⁷ As políticas de imigração de povos germânicos para o Brasil datam do início do século XIX. A primeira colônia alemã no Brasil foi fundada logo após a independência do país, através de medidas políticas do governo imperial, no Rio Grande do Sul, em 1824. Essa primeira fase migratória estava diretamente relacionada ao interesse do estado na colonização da região sul do país – até então pouco habitada. O grande pico referente ao fluxo migratório de alemães para o Brasil foi realizado no período entreguerras, principalmente durante a década de 1920. A Alemanha do período entreguerras se encontrava sob regime da República de Weimar (1919-1933) e em uma grave crise econômica em consequência da sua derrota na Primeira Guerra e das duras punições recebidas através do Tratado de Versalhes. A República de Weimar foi marcada por um gigantesco processo inflacionário e desvalorização da moeda alemã (o marco alemão), o que gerou uma instabilidade política e produziu um crescimento considerável do desemprego. Este fato contribuiu para a crescente emigração daquele país. Somando-se a todos esses problemas na Alemanha, tem-se a ascensão, mesmo que incipiente, de uma industrialização no Brasil e uma necessidade de mão de obra especializada. Como havia uma carência desse tipo de mão de obra no país, a saída foi recorrer a trabalhadores estrangeiros capacitados para ocupar funções de especialistas na indústria, o que tornou o Brasil um país mais atrativo para a imigração, contribuindo assim para o aumento da entrada de estrangeiros no país. Cf.: GERTZ, René E. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de História**, v. 16, n. 2, 2008; Fonte: GREGOR, V. Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000; DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007; FERRAZ, João Grispum. **Ordem e Revolução da República de Weimar**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

muitos, uma região foco de intrigas nazistas ou, no mínimo, uma área propícia para as atuações do Eixo.

Entre os poucos meses de intervalo entre o rompimento diplomático com as nações do Eixo, no mês de janeiro, e a declaração de guerra, em agosto, o Brasil teve cerca de dezenas de navios atacados por submarinos alemães.³⁰⁸ As histórias sobre os torpedeamentos inundaram a cidade do Recife de medo e ódio aos nazistas e àqueles que a eles fossem vinculados. Lembrando que, desde sua fundação, o movimento integralista – embora tendo como base um discurso exacerbadamente nacionalista – era muitas vezes associado na imprensa ao fascismo italiano e nazismo alemão. Com o *Putsch Integralista* e a acusação da colaboração nazista na tentativa de golpe, a ideia de uma ação conjunta desses grupos na trama do afundamento dos navios passou a soar extremamente crível para grande parte da população. Logo, os imigrantes alemães, ao lado dos integralistas, passaram a ser considerados os principais prováveis colaboradores do Terceiro Reich e, conseqüentemente, tornaram-se foco das investigações da contraespionagem Aliada junto com a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

Diante desse clima de insegurança, qualquer indivíduo poderia ter recaída sobre si a acusação de ser um espião, um nazista, um fascista, um quinta-coluna. Sobre esse contexto, Rostand Paraíso relembra que ele e muitos recifenses passaram a:

[...] olhar de uma maneira desconfiada para aqueles que não se manifestavam abertamente contra os nazistas, principalmente quando se tratava de estrangeiros que viviam entre nós e que, portanto, eram ‘quinta-colunas’ em potencial. Já o imaginávamos, na calada das noites, em salas geralmente localizadas no subsolo das casas onde moravam, a emitir, através de aparelhos de alta potência, informações da maior importância para os agentes do Eixo.³⁰⁹

De acordo com Marilene Fáveri, as notícias diárias na imprensa sobre atividades subversivas de grupos a favor da Alemanha e da reação policial formavam:

[...] Um imaginário de medo, que estimulava a população a denunciar os ‘inimigos da pátria’, o que efetivamente ocorreu. Por outro lado, também noticiavam e publicavam cartas de pessoas que se diziam patriotas e abjuravam solenemente as ideias ‘eixistas’ e/ou integralistas’.³¹⁰

Os tumultos e as depredações contra propriedades germânicas e integralistas ocorridas em várias cidades brasileiras, como Recife, são reflexo de toda essa indignação e repulsa social referente a esses supostos agentes do Eixo.

³⁰⁸ CRUZ, Luiz Antônio Pinto, op. cit., p. 109.

³⁰⁹ PARAÍSO, Rostand. **O Recife e a II Guerra Mundial**. Recife: Bagaço, 2003, p. 68.

³¹⁰ FÁVERI, Marlene de. Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. **Revista Esboços**, Volume 16, Nº 22, pp. 91-109 — UFSC. Santa Catarina, 2010, p. 102.

A guerra e seus desdobramentos, aos poucos, foram chegando ao Recife. Além das instalações militares e da presença de soldados, sobretudo norte-americanos e ingleses, os recifenses, nos primeiros meses de 1942, passaram a conviver com os blackouts realizados na própria cidade e nas adjacências. Jornais, programas de rádio e até mesmo panfletos eram utilizados pelo governo para divulgação das instruções do comando da região sobre o “apagar das luzes”. O blackout agia como uma defesa passiva encarregando-se de tornar a cidade invisível no meio da escuridão e assim evitar uma possível destruição.³¹¹ O médico Rostand Paraíso, um jovem no tempo da guerra, lembra em seu livro “*O Recife e a Segunda Guerra Mundial*” que, devido à “proximidade com Dakar [...], éramos considerados bastantes vulneráveis a ataques por parte dos alemães e, por conta disso, novos exercícios de defesa passiva anti-aérea eram realizados, para preparar a população para tal eventualidade”.³¹² Panfletos e cartazes eram distribuídos com instruções, muitas vezes acompanhadas de ilustrações, com o mesmo propósito. O governo brasileiro, conforme apontou Karl Schurster:

[...] começou a estimular na população recifense um clima de eminência de guerra, gerando na sociedade um novo cotidiano, desenvolvendo uma espécie de “defesa pacífica” [...]. Estes dados apresentam como a sociedade foi levada a se preparar para a guerra através do mecanismo propagandístico, no qual o Estado é apresentado com uma imagem preventiva e protecionista do seu povo.³¹³

A partir do segundo semestre de 1942, a guerra começou a se tornar cada vez mais presente no cotidiano da população pernambucana, atingindo todas as classes sociais, faixas etárias e sexos.³¹⁴ O racionamento de diversos produtos passou a ser uma constante. De acordo com uma matéria publicada no *Jornal Pequeno* em agosto de 1942, o governo passou a estabelecer um racionamento de energia elétrica, no qual determinava uma redução de até 30% na iluminação pública, residencial e de casas comerciais. Os transgressores estariam sujeitos a um corte temporário de fornecimento nas suas instalações.³¹⁵ O racionamento da gasolina, por exemplo, estipulava que o fornecimento só seria possível mediante “[...] a apresentação de cadernetas previamente distribuídas e eram estabelecidas cotas mensais de 90 litros para os carros particulares”.³¹⁶ Até as refeições de parcela da população foram afetadas pela guerra

³¹¹ RECIFE e Olinda, 20 min sob “blackout”: êxito completo dos exercícios, **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 17 mar. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/8546>. Acesso em: 17 mar. 2017.

³¹² PARAÍSO, op. cit., p. 182.

³¹³ SCHURSTER, Karl. **A Guerra como metáfora: aspectos da propaganda do Estado Novo em Pernambuco (1942-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 41.

³¹⁴ SCHURSTER, Karl, 2010, p. 477.

³¹⁵ RACIONAMENTO da energia elétrica, **Jornal Pequeno**, Recife, p. 3, 18 ago. 1942. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/67724>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

³¹⁶ PARAÍSO, Rostand, op. cit., p. 186.

devido à carestia e escassez de variados produtos, muitos deles gêneros de primeira necessidade, como carne, leite, feijão e farinha de trigo.³¹⁷

A imprensa teve um papel fundamental na criação da atmosfera de guerra. Ela não fazia apenas propaganda a respeito da importância da dedicação da população no “esforço de guerra” e nas “obrigações de guerra”. Além disso, procurava criar também uma ideia de civismo que levava diretamente a uma noção de obrigatoriedade e, ao mesmo tempo, pretendia gerar um sentimento de satisfação no cidadão por este colaborar com o governo durante o estado de beligerância, atendendo a um “chamado da pátria”. Foi a imprensa também a responsável por disseminar, mesmo no período de neutralidade do Brasil, a ideia do Eixo enquanto inimigo e dos integralistas como seus principais colaboradores devido à aproximação ideológica entre ambos. Ora, se um país não está em conflito, como o Eixo poderia ser um inimigo? Contudo, à medida que o governo brasileiro estreitava os laços diplomáticos com os EUA, sua entrada na guerra ao lado dos Aliados passava a ser apenas uma questão de tempo. A iminência da guerra além do Atlântico associada à nova dinâmica econômica (a chamada economia de guerra) e aos eventos dos torpedeamentos dos navios brasileiros colaboravam para o aumento das hostilidades dirigidas aos chamados cidadãos do Eixo e a todos aqueles que fossem entendidos como seus simpatizantes, como era o caso dos quinta-colunas.

Jornais e programas de rádio recifenses (assim como do restante do país) foram terminantemente proibidos de veicular qualquer informação sobre navios mercantes ou de guerra de nacionalidade norte-americana,³¹⁸ como também deveriam abster-se de publicar matérias que envolvessem o Brasil com assuntos de guerra ou constituíssem incitamento da opinião pública no sentido contrário à neutralidade do país no dito conflito.³¹⁹ No geral, notícias relacionadas a estratégia/logística/patrolhamento de guerra nas Américas eram vetadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como precaução contra as ações de espionagem no país, que, vale salientar, era objeto de grande preocupação dos EUA. Considerando que jornais, revistas e outros tipos diversos de periódicos eram bastante utilizados como fontes ostensivas, censurar esse tipo de informação era uma forma de precaução e autopreservação.

A atenção dos norte-americanos com a espionagem alemã no Brasil, assim como sua atuação no resto da América do Sul, era bastante fundamentada. Os jornais impressos, revistas e os noticiários transmitidos pelas rádios eram bastante utilizados como fonte para a elaboração

³¹⁷ SCHURTER, Karl, 2010, p. 477.

³¹⁸ Telegrama do diretor do DIP - Lourival Fontes. 30 de dezembro de 1941. **Prontuário funcional: 29344.** APEJE/DOPS/SSP/PE.

³¹⁹ Telegrama do diretor do DIP - Lourival Fontes. 28 de junho de 1941. **Prontuário funcional: 29344.** APEJE/DOPS/SSP/PE.

dos relatórios enviados à Alemanha, conforme dados da documentação levantada pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Abwher (serviço de informações do estado-maior alemão) tinha desde 1939, ou seja, antes mesmo da entrada dos Estados Unidos no conflito, organizado seu serviço de informações no continente americano.³²⁰ De acordo com Stanley Hilton,³²¹ Priscila Perazzo³²² e Susan Lewis,³²³ seu principal interesse estava relacionado ao levantamento de informações sobre os Estados Unidos, como questões referentes a sua capacidade industrial (principalmente na produção de navios e aviões), às importações de artigos estratégicos negociados com a América do Sul e outras questões voltadas para a economia, como também suas ações em colaboração com a Grã-Bretanha. A política interna do Brasil – como a campanha nacionalizadora de Vargas, que afetou diretamente a comunidade germânica no país –, assim como questões voltadas para dados econômicos e aspectos da geografia litorânea, também havia se tornando de grande preocupação na estratégia de guerra alemã no Atlântico.

3.1.1 A espionagem nazista em Pernambuco

A atividade de Inteligência esteve presente durante todo o conflito da Segunda Guerra, tendo como cerne a obtenção e a proteção de informações sigilosas. Havia uma disputa silenciosa entre nações que se utilizavam da espionagem e contra-inteligência dentro do campo tático-estratégico de assuntos militares e de segurança nacional.³²⁴ Segundo Leonardo Singer, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Inteligência*, o conceito de Inteligência está relacionado ao:

[...] conhecimento e a presciência sobre o mundo que nos cerca. [...] o prelúdio da decisão e da ação. As organizações de Inteligência provêm informação trabalhada e formatada para auxiliar usuários, sejam eles líderes civis ou comandantes militares, a considerarem linhas de ação e resultados alternativos.³²⁵

A presciência possibilita o que o autor denomina de “o prelúdio da decisão e da ação”. O escopo não se reduz às ações promovidas em função de um estado de beligerância. Consiste, em seu âmago, numa atividade direcionada a assessorar esses chamados “usuários” em tomadas

³²⁰ HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 44.

³²¹ Ibidem, loc. cit.

³²² PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1999

³²³ LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o antisemitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

³²⁴ SINGER, Leonardo. Considerações sobre a relação entre a inteligência e seus usuários. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: Abin, n. 5, out. 2009, p. 7

³²⁵ Ibidem, p. 8.

de decisão racionais, baseadas em informações providas através de diferentes meios de coleta e análise de dados, independentemente da situação ou do período.

A coleta de dados, parte inicial do ciclo do processo da atividade de inteligência, era realizada durante a guerra tanto pelos Aliados quanto pelo Eixo, através, principalmente, de fontes humanas (espiões, refugiados, jornalistas, disfarçados ou não), interceptação de sinais de comunicação entre indivíduos ou aparelhos (os alemães utilizavam com frequência radiotransmissores, por exemplo), fontes ostensivas ou fontes abertas que não são guardadas em segredo – geralmente, se tratam de documentos sem restrições especiais de segurança (livros, revistas, jornais).³²⁶ A verificação do nível de confiabilidade das fontes e das informações era parte essencial do processo para obtenção de dados precisos. Isso explicaria o fato de que muitos dos alemães que chefiavam as redes de espionagem e propaganda nazistas ao redor do mundo estiveram ligados a instituições como a Gestapo, as forças armadas e até mesmo ao meio diplomático, a exemplo de cônsules e embaixadores do país.

Desde o início da Segunda Guerra, a Alemanha havia iniciado a organização de uma vasta rede de espionagem instalada em diversos países da América do Sul, como o Brasil, a Argentina e o Chile. Em 1941, no território brasileiro, já havia cerca de dez células e sub-células de espionagem agindo em favor do Reich e ramificadas em diferentes estados do país, segundo Hilton.³²⁷ Com isso, o governo alemão visava:

[...] a construção de uma rede de informações, centrais com rede transmissoras [a fim de passar para Alemanha informações estratégicas sobre o Brasil, bem como navios da base aliadas aqui operacionais], em alguns casos, esquadrões de sabotadores nos quais atuavam muitos brasileiros, que objetivavam, por exemplo, sabotar navios ingleses. Lembrando que a espionagem comercial também ocorria.³²⁸

A análise da documentação policial – relatórios de vigilância e depoimentos – aponta para um intenso e fundamental apoio das embaixadas oriundas de países do Eixo (Alemanha e Itália), como também de alguns países considerados pró-Eixo, como Espanha – e suas respectivas repartições consulares.³²⁹ As associações teutas (clubes germânicos e escolas) estabelecidas no país também foram identificadas como “organizações-disfarce” de ampla participação nas atividades nazistas consideradas subversivas. Nomes como Hans Henning Von Cossel (chefe do Partido Nazista no Brasil) e Wilhelm F. Koenig (agente propagandista do

³²⁶ PACHECO, Thiago. Sistema de espionagem e contra espionagem brasileira durante a Segunda Guerra Mundial In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010, p. 539.

³²⁷ HILTON, Stanley, 1983, p. 44.

³²⁸ PACHECO, Thiago, 2010, p. 553.

³²⁹ Inquérito sobre as atividades nazistas no Brasil. [s.d.]. **Prontuário funcional: 29444**, envelope 7. APEJE/DOPS/SSP/PE.

nazismo) também compunham a lista de colaboradores das células de espionagem alemãs, uma vez que integravam suas atividades como forma de ajuda mútua.³³⁰

Espiões “especialistas” (profissionais enviados ao país com propósito definido de espionar) e “amadores” foram parte integrante dessa teia de atividades ditas subversivas no Brasil.³³¹ Para Perazzo, Hilton e Tiago Weizenmann, a maior motivação dos espiões estava principalmente ligada ao sentimento nacionalista, à possibilidade de servir à sua pátria, a Alemanha. Indivíduos vinculados a instituições religiosas (padres, freiras), empresários, funcionários de instituições financeiras germânicas, jornalistas, engenheiros e diplomatas fizeram parte dos inúmeros relatórios da DOPS devido às supostas práticas desse tipo de atividade durante a guerra em território nacional.

Além dos cidadãos do Eixo, os integralistas despontavam como prováveis colaboradores do Reich em território nacional durante a Segunda Guerra. A relação dos camisas verdes com os alemães nazistas no Brasil era tida, como vimos nos capítulos anteriores, como algo muito além das semelhanças doutrinárias fascistas ou dos aspectos estéticos das saudações, uniformes e hinos. A AIB chegou a ter alemães e teuto-brasileiros como membros, assim como no Partido Nazista do Brasil não eram raros os casos de participação, em suas fileiras, de indivíduos simpáticos ao integralismo.³³² O que seria o maior temor a respeito dos seguidores da doutrina do *Sigma*, enquanto colaboradores do Eixo, estava relacionado à infiltração de espiões nas Forças Armadas. Segundo Thiago Pacheco, mesmo após a derrocada da AIB, em 1938, a quantidade de militares adeptos do integralismo e simpatizantes das nações do Eixo se tornou algo a merecer uma maior atenção por parte do governo. Ainda de acordo com o autor, “os relatórios da polícia traziam listas de militares das mais variadas patentes, partidários do integralismo e nomes diretamente ligados a divulgação de ideias fascistas e até mesmo sabotagens”.³³³

O estabelecimento do Estado Novo e os desdobramentos do *Putsch Integralista* trouxeram mudanças significativas ao cenário político nacional. De “Chefe nacional candidato à presidência, Plínio passou a ‘Chefe da Mashorca’, líder da ‘Intentona Integralista’”.³³⁴ Começava então uma intensa perseguição política aos seus membros e ao seu líder, Plínio

³³⁰ PERAZZO, 1999, p. 99.

³³¹ *Ibidem*, p. 101.

³³² GERTZ, René. **O Perigo alemão**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1998.

³³³ PACHECO, Thiago, 2010, p. 548.

³³⁴ SILVA, Giselda Brito. A direita exilada: o caso de Plínio Salgado e a experiência do Salazarismo nos tempos da Segunda Guerra. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014, p. 246.

Salgado, que passou a ser tratado como o mais novo oficial inimigo do regime, chegando a ser exilado em Lisboa, Portugal. Dessa forma, os ressentimentos quanto à “traição” varguista, somados ao desejo de um dia retornarem a desfilar pelas ruas da capital usando suas camisas verdes e gritando sua fidelidade ao führer nacional, com igual ou maior prestígio que outrora, emergiam como motivações para possíveis ações empreendidas pró-Eixo, conforme autores como Gilberto Calil e Thiago Pacheco.³³⁵

É importante salientar que a doutrina integralista tecia duras críticas à democracia liberal, ao capitalismo internacional e ao judaísmo. Os Aliados – especialmente EUA e Inglaterra – eram os principais representantes dessas ideias, às quais os integralistas eram avessos. Gerardo Mourão, no início da década de 1940, chegou a associar tal aversão a uma atitude de amor ao Brasil: “O nosso ódio contra a Inglaterra, a maior opressora de nosso país, desde os primórdios de nossa história, é o mais puro e são e patriótico – minhas dezenas de livros e os artigos que publiquei, são expressões do mais são brasileiro”.³³⁶

A estrutura das redes de espionagem no Brasil que agiam a favor da Alemanha era complexa e contava com diversas ramificações. Havia grupos que atuavam tanto de forma independente quanto de maneira interligada, muitas vezes, mantendo até mesmo contato entre colaboradores em comum. Segundo Thiago Weizenmann, o Rio de Janeiro foi a cidade com a maior incidência de grupos de espionagem e rádio transmissores alemães. Como o Rio ainda era a capital federal naquele período, informações sobre a política interna brasileira, sobre os países Aliados (rotas marítimas, por exemplo) circulavam com maior intensidade.³³⁷

Assim como ocorreu no Distrito Federal, Recife também foi palco de intensa atuação de diferentes redes de espionagem a serviço do Reich, devido ao seu papel no teatro da Batalha do Atlântico. A Abwehr passou a cooptar vários colaboradores na região: tanto funcionários ligados a empresas alemãs que atuavam principalmente nas áreas comerciais e industriais, como indivíduos ligados ao Partido Nazista em Pernambuco eram os principais focos do recrutamento. *Herm. Stoltz & Cia*, *Siemens Schuckert S.A* e *Dreschler & Cia* são alguns exemplos de empresas que foram acusadas de colaboração à espionagem nazista na capital pernambucana.³³⁸ Como apontou Weizenmann, muitas empresas alemãs participaram

³³⁵ CALIL, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 65-86, 2010, p. 73; PACHECO, Thiago, 2010, p. 553.

³³⁶ Carta de Gerardo Margela Mourão à Paulo. 9 de julho de 1941. **Prontuário individual: 2090**. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³³⁷ WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as asas do nazismo**: representações e imaginário na revista Vida Policial (1942-1944). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2008, p. 100.

³³⁸ Relatório de atividades dos “súditos do Eixo” em Recife. [s.d.]. **Prontuário funcional: 29444**, envelope 2. APEJE/DOPS/SSP/PE.

ativamente de diferentes atividades nazistas no país. Por vezes, seus funcionários eram designados para desenvolver serviços de espionagem e de atividades partidárias.³³⁹

Já a cidade de Paulista, localizada atualmente na região metropolitana do Recife, assim como Rio Tinto (PB), eram vistas pela polícia como possível “cabeça de ponte” ou base temporária de operações navais e áreas do Eixo.³⁴⁰ Susan Lewis apontou que as principais preocupações das autoridades policiais giravam em torno de várias suspeitas, que “iam desde possíveis bases submarinas ou seu abastecimento por parte dos Lundgrens à construção de rádios clandestinas e depósitos de armamentos”.³⁴¹ Desde o fechamento do Partido Nazista, em 1938, Paulista e Rio Tinto passaram a ser alvo de constante vigilância.

A família Lundgren, assim como algumas de suas empresas (Companhia de Tecidos Paulista/Rio Tinto, Alberto Lundgren & Cia) mantinham relações com conhecidos nomes de suspeitos de propaganda e espionagem nazista no país, assim como integrantes do Partido Nazista e da AIB no estado, como Karl Heinz e seu pai e funcionários da *Herm. & Stoltz*. Algumas dessas relações, é importante salientar, foram estabelecidas durante o período de legalidade do Partido Nazista no Brasil. Os relatórios também apontavam para membros da família Lundgren e funcionários alemães em atividades pró-Alemanha.

Dentre os agentes atuantes no estado, Karl Heinz Von Den Steinen foi, de acordo com a documentação analisada, um dos principais nomes da espionagem nazista em Pernambuco, como também em outros estados do Nordeste. Bastante atuante em ações a favor da Alemanha, foi citado em diversos depoimentos e processos sobre as atividades nazistas no país. Filho primogênito do Cônsul alemão no estado (Karl Von Den Steinen), nasceu no Brasil, mas foi educado na Alemanha. Dominava fluentemente o português, o alemão e o inglês, condição que, conforme o discurso policial, facilitava seu trato com informantes brasileiros e alemães, como também suas ações para levantamento de informações úteis para Berlim – principalmente no que se referia à Inglaterra, Canadá e EUA – onde o idioma utilizado é o inglês.³⁴²

No início da década de 1940, Karl Steinen foi cooptado pelo agente da Abwehr Karl Mügge, vulgo “Moss”.³⁴³ De acordo com Mügge, Steinen era uma escolha ideal para desempenhar o serviço de espionagem no Recife, pois se tratava de um jovem teuto-brasileiro de 26 anos que havia sido soldado no Brasil (portanto reservista brasileiro), comerciante e filho

³³⁹ WEIZENMANN, op. cit., p. 100.

³⁴⁰ Relatório sobre a Companhia de Tecidos Paulista. 7 de agosto de 1939. **Prontuário funcional: 29240**. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁴¹ LEWIS, 2005, p. 169.

³⁴² Relatório de atividades dos “súditos do Eixo” em Recife. [s.d.]. **Prontuário funcional: 29444**, envelope 2. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁴³ Ibidem.

de diplomata alemão. Também tinha conhecimento de que o mesmo já havia prestado serviço semelhante ao seu pai e, logo, era familiarizado com esse tipo de atividade, havendo já formado, até mesmo, o seu próprio grupo de colaboradores. Sendo assim, não tardou para que o mesmo se tornasse responsável pelas principais divisões de espionagem no Nordeste: Recife (PE), Maceió (AL), Cabedelo (PB) e Natal (RN). Para tanto, Karl Heinz contava com um eficiente e diversificado grupo de auxiliares, de oficiais do porto e do cais da Alfândega a jornalistas, passando por militares e ex-integralistas. Conhecido pelos seus superiores como um habilidoso recrutador de adeptos da causa alemã, principalmente através da aproximação com antigos participantes da extinta Ação Integralista Brasileira,³⁴⁴ Steinen conseguiu estabelecer importantes vínculos de colaboradores e conseqüentemente levantar um significativo volume de informações de interesse para Berlim.

Diversos militantes integralistas também foram acusados de envolvimento com as redes de informação ramificadas pelo estado. Nomes proeminentes da AIB, como o do jornalista Gerardo Melo Mourão, figuravam na lista de suspeitos não apenas da DOPS, mas do serviço secreto norte-americano. Mourão chegou a ser detido em 1940 no estado de Pernambuco junto com seu amigo de imprensa, Napoleão Filho, sob a acusação de ter procurado os responsáveis pelo matutino *Diário da Manhã*, supostamente pretendendo mudar a orientação do jornal em favor de uma propaganda “clara e sem restrições em prol da Alemanha, em troca de anúncios de casas comerciais alemãs e italianas”.³⁴⁵ Tal fato feria a neutralidade do país no conflito beligerante. Na mesma ocasião na qual foi detido, prestou depoimento confirmando ter tido contato com funcionários da Herm. Stoltz e com Karl Heinz durante sua estadia no Recife. Isso aumentou a desconfiança da polícia quanto à sua relação com os agentes do Eixo. Contudo, Mourão negou trabalhar a soldo para os alemães e foi liberado 30 dias depois. Para Natália Cruz, Mourão era um fervoroso adaptado da doutrina do *Sigma* e partidário digno da confiança do seu líder maior, Plínio Salgado,³⁴⁶ para o qual chegou a enviar uma carta durante o exílio do mesmo em Lisboa, ratificando sua fidelidade incondicional ao integralismo.³⁴⁷ Essa fidelidade era algo bastante público, o que, somado à sua militância ao movimento, alardeava a atenção da polícia, bem como da imprensa.

³⁴⁴ Relatório sobre atividades alemãs no estado. [s.d.]. **Prontuário funcional:** 29444. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁴⁵ Ficha DOPS-PE de Gerardo Margela Melo Mourão. 6 de julho de 1940. **Prontuário individual:** 2090. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁴⁶ CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial:** a intolerância como princípio. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p. 25.

³⁴⁷ Relatório de antecedentes de Gerardo Margela Melo Mourão. [s.d.]. **Prontuário individual:** 2090. APEJE/DOPS/SSP/PE.

Plínio Salgado, chefe nacional do integralismo, mesmo após ser exilado em Lisboa depois do *Putsch Integralista*, também figurava na lista de supostos colaboradores do Eixo. Stanley Hilton sustenta, inclusive, que o próprio Salgado teria atuado como espião nazista a partir do final de 1941, quando haveria, segundo o autor, iniciado uma negociação com o Departamento do Exterior da Alemanha através de intermediários da legação em Lisboa. Conforme Hilton, o chefe da AIB “baseava sua oferta [de colaboração] na condição de que a Alemanha o reconhecesse, por assim dizer, como líder político do Brasil”, além de apoio financeiro para organização de um serviço secreto integralista aos moldes da Alemanha nazista.³⁴⁸ Em contrapartida, Salgado forneceria relatórios periódicos sobre os acontecimentos no Brasil que lhe eram transmitidos por seus seguidores no país – que não necessariamente sabiam o verdadeiro destino das informações levantadas.³⁴⁹

Tal conspiração (e traição) foi negada veementemente por Salgado, que mesmo no exílio, conseguia burlar a vigilância e censura de suas correspondências e enviar orientações e esclarecimentos aos militantes integralistas através de cartas, telegramas, manifestos, discos:³⁵⁰

Chegada ao meu conhecimento, por conduto fidedigno, certa calúnia que está sendo espalhada ao meu respeito, e é apenas uma exploração política em torno do meu nome, dirijo-me aos meus compatriotas para dizer o seguinte:

I - A doutrina que sustentei, fundando e propagando o movimento que denominei integralismo, é a mesma que continua orientando o meu espírito e cujos princípios são contrários:

- 1) O materialismo, sob as suas formas;
- 2) Ao Estado de caráter totalitário, seja nazismo, comunismo ou qualquer outro;
- 3) A teoria do predomínio de uma raça ou de uma nação sobre a outra;
- 4) A prevalência da força sobre o direito, quer se trate de povos, quer se trate de indivíduos;
- 5) Ao enfraquecimento da nossa brasilidade, das tradições e segurança do território que herdamos dos nossos antepassados lusitanos.³⁵¹

Dessa forma, o líder integralista buscava através de um discurso de reafirmação do seu compromisso com as diretrizes do movimento, desconstruir a ideia de uma possível relação com os países do Eixo, o que configuraria em crime de traição, de acordo com a lei de segurança nacional. No mesmo documento, ainda expôs seu posicionamento em relação à guerra aos seus amigos, “manifestando-lhes que a única atitude a tomar era a de concorrer a união de todos os

³⁴⁸ HILTON, 1983, p. 350.

³⁴⁹ Ibidem, loc. cit.

³⁵⁰ SILVA, Giselda Brito, 2014, p. 249.

³⁵¹ Carta Manifesto de Plínio Salgado. Documento 007.005.010. **Fundo Plínio Salgado**. APHRC.

brasileiros em torno do Presidente da República”,³⁵² como prova de sua boa vontade para com seu país e com o próprio Getúlio Vargas, na peculiar condição de “exilado apoiador”.³⁵³

Os jornais continuavam a publicar seguidas matérias sobre a participação de integralistas em atividades nazistas no Brasil. Em março de 1943, foi divulgado na imprensa o “sensacional relatório em torno do inquérito contra os espiões estipendiados pela Alemanha nazista chefiados por Túlio Regis do Nascimento e coordenado pelo embaixador germânico Kurt Prüfer”. Jornais como o *Diário de Pernambuco* (Recife)³⁵⁴ e *A Noite* (Rio de Janeiro)³⁵⁵ publicaram o referido relatório policial que versava sobre a atuação da chamada quinta-coluna no país. “Coincidentemente”, como enfatizou ironicamente *A Noite*, praticamente todos os acusados nesse inquérito pertenceram à antiga Ação Brasileira Integralista. Sabotagens de navios Aliados em portos brasileiros, levantamento de informações sobre as bases aéreas e navais dos EUA no Nordeste, os dados sobre a movimentação de entrada e saída de navios ingleses e norte-americanos estavam como ações praticadas pelo grupo. Adjetivos como “traidores” e “cínicos” foram utilizados para se referir aos colaboradores do Eixo, em contraposição aos termos “sensacional” e “eficiente” para se tratar da atuação da polícia. A adoção desses termos colocava os integralistas como antagonistas da autoridade policial, desqualificando-os e ao mesmo tempo ressaltando o discurso do perigo. A ideia do *Sigma* na posição de inimigo da nação ganhava cada vez mais corpora com as acusações de colaboração com a espionagem nazista, o que tornava a possibilidade de um retorno da AIB um sonho cada vez mais distante dos seus simpatizantes.

Essa ampla demonstração pública das “constantes ‘descobertas’ de complôs secretos, planos internacionais, [...] – tudo amplamente documentado”,³⁵⁶ legitimava em meio à população a suposta competência das ações policiais na luta contra os inimigos do Estado. A repressão de atividades ditas subversivas sobre indivíduos vinculados ao movimento integralista – presente no imaginário social devido ao discurso estereotipado e estigmatizado (traidores, fascistas, quinta-colunas) – criava uma ideia de vigilância contínua e eficaz diante

³⁵² Carta Manifesto de Plínio Salgado. Documento 007.005.010. **Fundo Plínio Salgado**. APHRC.

³⁵³ CALIL, Gilberto Grassi. **Plínio Salgado em Portugal (1939-1946)**: um exílio bastante peculiar. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011, p. 6.

³⁵⁴ EQUIPE de elementos brasileiros postos a serviço da Alemanha, **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 30 de mar. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/11816>. Acesso em 26 mar. 2017.

³⁵⁵ TRAIADORES: Desmascarando a 5.º coluna no Brasil - Uma vasta rede de espionagem descoberta pela polícia - Os principais acusados e suas cínicas confissões, **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 16, 30 mar. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/19941>. Acesso em: 26 mar. 2017.

³⁵⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da Polícia Política Brasileira**: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

dos seus inimigos, associada ainda à ideia de que a sua existência era fundamental para a manutenção da segurança nacional.

Segundo os documentos da polícia, nos primeiros anos da guerra as redes de espionagem alemãs ainda faziam uso frequente de companhias aéreas que operavam no país e estavam vinculadas a investimentos de países do Eixo. A Condor Syndikat era “subsidiária da alemã Lufthansa, atuava também em outros países da América Latina e se estabelecera no Brasil em 1927, tendo sido nacionalizada no mesmo ano em atendimento a exigências da Constituição brasileira”.³⁵⁷ Já a Linee Aeree Transcontinentali Italiane (LATI) era subsidiária da estatal Ala Littoria, que desde 1934 ligava a Itália às suas colônias na África e a outros países europeus. E também era responsável pelo “transporte de passageiros, carga e correspondência, inclusive malas diplomáticas”³⁵⁸ entre o Brasil e a Europa, o que tornava a LATI essencial para a comunicação impressa do Eixo com os seus agentes em toda a América do Sul. Em Pernambuco, as aeronaves da empresa pousavam no aeroporto do Ibura, onde, por trás da prerrogativa dos voos comerciais, estabelecia-se um verdadeiro “correio diplomático.”³⁵⁹ Muitos espões nazistas chegavam ao estado, acobertados, muitas vezes, por passaportes diplomáticos ou de agentes especiais do governo alemão e italiano, o que possibilitava um “trânsito livre e imune das ações de busca e das inquirições nos portos de escala.”³⁶⁰ Assim como os disfarces de funcionários de multinacionais, essa era uma forma comum de infiltrar um espião no estrangeiro durante a guerra, segundo Thiago Pacheco.³⁶¹ As orientações vindas de Berlim também chegavam por um processo de camuflagem para não cair nas mãos das autoridades brasileiras. Segundo relatórios, houve vezes em que as mesmas chegaram ao Recife através de pontos fotográficos invólucros em lâminas de gilete camufladas nos aviões da LATI.³⁶²

As principais orientações de Berlim presentes nos documentos apreendidos e decodificados pela polícia gravitavam em torno do levantamento do máximo de detalhes possível sobre as operações dos EUA, Inglaterra e Canadá nas cidades do Recife e de Natal, como a situação das bases militares nesses estados, o movimento dos vapores no porto do

³⁵⁷ QUINTANEIRO, Tânia. A LATI e o projeto estadunidense de controle do mercado de aviação no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 223-234, jan./jun. 2007, p. 225.

³⁵⁸ *Ibidem*, loc. Cit.

³⁵⁹ A LATI como grande elemento de ligação entre o Eixo e as repúblicas da América do Sul. [s.d.]. **Prontuário funcional: 29444**, envelope 2. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁶⁰ A LATI como grande elemento de ligação entre o Eixo e as repúblicas da América do Sul. [s.d.]. **Prontuário funcional: 29444**, envelope 2. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁶¹ PACHECO, Thiago, 2010, p. 540.

³⁶² GRUPO mais perigoso da espionagem de Berlim. Gustav Engels, o chefe sinistro e as ordens diretas de Berlim, **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 1, 10 fev. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/11437>. Acesso em: 13 mai. 2017.

Recife, os tipos/modelos dos navios e aviões utilizados pelas nações citadas em trânsito no país, o número de motores (no caso dos aviões), o tipo de carregamento (minerais, víveres, armamentos), a quantidade de tripulantes, o tempo de permanência na cidade, a existência de avarias, as condições e horários de reabastecimento, a localização do porto ou aeroporto de destino, a data/hora de saída e a quantidade dos retornos (se houvesse).³⁶³ De acordo com os relatórios e inquéritos sobre a espionagem nazista no estado de Pernambuco, alguns espiões chegavam a receber catálogos contendo desenhos e figuras de tipos de aviões e navios canadenses, norte-americanos e ingleses. Recebiam também relatórios com informações sobre as forças armadas que constituíam a defesa das nações citadas.³⁶⁴ Tal procedimento possibilitava uma maior precisão no processo de identificação desses elementos e maior qualidade na informação enviada sobre os mesmos para o Reich. Era de importância fundamental que os dados coletados fossem os mais precisos possíveis, uma vez que otimizariam as ações contra os alvos inimigos, poupando tempo e esforços humanos e materiais. Com as baixas ocorridas no decorrer da guerra, os alemães passaram a contar com um número cada vez mais reduzido de submarinos destinados à Batalha do Atlântico, o que tornava imprescindível para a marinha alemã a obtenção das melhores informações possíveis sobre a movimentação Aliada no Atlântico e na costa brasileira.

A comunicação, no geral, não era realizada diretamente com a Alemanha. Os agentes do Recife enviavam seus relatórios para a capital federal, onde se encontravam seus superiores. Para maior rapidez e eficiência, a organização contava com a tecnologia disponível na época, como o uso da técnica de escrita invisível,³⁶⁵ códigos telegráficos, técnicas de micropontos e microfotografias³⁶⁶ e aparelhos de rádio. Também recorriam a outras táticas para burlar a vigilância policial como o uso de endereços e caixas postais disfarçadas, pseudônimos e

³⁶³ Carta destinada para “Hendrik” – Assinatura secreta (codinome) de Carlos Von Den Steinen. 3 de setembro de 1941. **Prontuário funcional: 27542**. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁶⁴ Relatório do inquérito de Wener Waltemath (espionagem), p. 15. **Prontuário funcional: 29444**, envelope 2. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁶⁵ A escrita invisível era utilizada por vários agentes da rede de espionagem como forma de proteger as informações remetidas e burlar a censura. Essa técnica consistia em utilizar o verso branco de uma carta com conteúdo qualquer, untá-lo com vela branca e, em seguida, datilografar as informações que se desejava transmitir. Ao chegar ao destinatário, para tornar possível a sua leitura, bastava-se adicionar um pó preto e as palavras logo se faziam legíveis. Cf.: **Prontuário individual: 7357**. APEJE/DOPS/SSP/PE.

³⁶⁶ Os micropontos, assim como a microfotografias, eram normalmente transmitidos em cartas familiares com conteúdo comum. Um aparelho de projeção era utilizado para reduzir o texto/foto do tamanho original ao tamanho de um ponto. Depois disso, era só incluir a informação na pontuação (poderia ser um ponto final, uma vírgula ou até mesmo o ponto da vogal i) da carta e enviá-la. Ao chegar ao destinatário, bastava que o mesmo recortasse o ponto em questão (muito provavelmente os agentes já sabiam previamente a localização), colocasse no microscópio e a informação tornava-se, então, visível. Havia casos nos quais eram necessárias até três páginas datilografadas em alemão para reproduzi-las, tamanha era sua capacidade de armazenamento. Cf.: Relatório da U.S. Naval. 7 de maio de 1942. **Prontuário funcional: 29444**, envelope 2. APEJE/DOPS/SSP/PE.

símbolos nos passaportes.³⁶⁷ Já para a obtenção dos códigos eram utilizados livros, revistas e até mesmo bíblias.³⁶⁸ Contudo, como afirmou Fáveri, o radiotransmissor “era fundamental para as comunicações e meio de contato entre submarinos e navios de guerra em alto mar, ou da costa com as bases militares”³⁶⁹. O equipamento tornou-se, assim, um dos meios de comunicação mais utilizados pelos agentes do Reich no Brasil e em outros países da América do Sul, como, por exemplo, Argentina e Chile. A região chegou a contar com cerca de “40 emissoras de rádio controladas pelo III Reich, além de jornais e cinemas financiados por agentes nazistas, e que utilizavam emissoras de rádio clandestinas [...], as quais estariam informando os movimentos dos navios Aliados”.³⁷⁰

Em 1942, quando os grandes jornais em circulação na cidade passaram a noticiar os desbaratamentos das redes de espionagem, dedicaram extensas reportagens às técnicas utilizadas pelos espiões para estabelecer uma comunicação segura (ou o mais próximo disso) para não serem descobertos pela polícia ou agências internacionais Aliadas que agiam no país. Também eram publicadas diversas matérias sobre as atividades de espionagem e sabotagem realizadas no estado. Jornais como o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal Pequeno* e a *Folha da Manhã* obtinham tais informações através do acesso aos relatórios policiais cedidos na íntegra ou parcialmente pela própria DOPS.³⁷¹

A utilização de documentação proveniente da polícia política, assim como a divulgação dessa prática, gerava uma legitimação do discurso jornalístico e produzia o que Foucault chamou de “efeito de verdade” para tais publicações.³⁷² Afinal, se tratavam de informações concedidas pelo órgão do governo responsável por manter a segurança e a ordem, de um lugar autorizado a exercer esse tipo de discurso. Contudo, é imprescindível considerar que tais discursos – o da imprensa e o da polícia – muitas vezes assumem um tom acusatório com a finalidade comprovar o crime do inimigo em questão. Neste caso, a história oficial passa a ser construída através do discurso da autoridade policial. E, assim como analisa Maria Luiza Tucci, a DOPS, “com base na observação e na materialização do crime, ‘constrói’ realidades. E estas ao serem julgadas pelas instâncias superiores e propagadas junto à grande imprensa tornam-se

³⁶⁷ PERAZZO, op. cit., p. 137.

³⁶⁸ PENA de morte para os espiões que desembarcaram no Brasil, *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 2, 30 jun. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/16025>. ATIVIDADES de vários indivíduos a serviço do Reich, no Recife, *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 3, 28 jun. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/9632>. Acesso em: 30 mar. 2017.

³⁶⁹ FÁVERI, Marlene de, 2010, p. 97.

³⁷⁰ Ibidem, loc., cit.

³⁷¹ Várias matérias dos jornais citados vinham acompanhadas de notas, no próprio corpo do texto, esclarecendo que tais dados, entrevistas, fotos haviam sido disponibilizados pela própria polícia.

³⁷² FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 7.

consenso, legitimando a repressão”.³⁷³ Lembrando que a repressão ocorria contra todos aqueles que eram considerados pelo governo como “potencialmente perigosos” – independente da orientação política ser de direita ou esquerda. No Estado Novo, ambos passaram pelo banco dos réus.

3.2 A contraespionagem e a desarticulação das redes de informação nazistas

A guerra secreta em território nacional ocorreu basicamente em duas frentes: através do serviço de espionagem nazista (ABWEHR), sobre o qual já discutimos anteriormente, e com a contraespionagem Aliada protagonizada pelas agências norte-americanas e inglesas em colaboração com a polícia política brasileira (DOPS). O Departamento de Ordem Política e Social, que antes tinha como preocupação imediata o combate ao comunismo, com os desdobramentos da guerra e a aproximação cada vez maior com os Estados Unidos, transformou o serviço de contraespionagem e a repressão social e política de estrangeiros naturais dos países do Eixo e seus colaboradores, a tônica das ações policiais a partir de então.³⁷⁴ Contudo, o momento político, condicionado ao estado de guerra, não ocasionou apenas mudanças na linha de ação ou na lógica do aparato organizacional da DOPS. Segundo Marcília Gama:

Criou-se então o que seria denominado de “cinturão” – na ótica policialesca, uma espécie de “cordão de isolamento” direcionado aos segmentos considerados perigosos, que passam a ser monitorados pela Polícia Marítima, Forças Armadas, órgãos de espionagem internacional e pelas DOPS em caráter nacional, no intuito de rastrear a rede de espionagem internacional instalada no Brasil no período da Segunda Guerra Mundial. A formação dessa rede possibilitou, entre outras coisas, uma das maiores experiências vivenciadas pelos agentes locais, em termos de troca de informações e de experiência e aquisição de expertises, levando à inovação das práticas e procedimentos utilizados na investigação, das técnicas de inteligência, monitoramento e espionagem e, sobretudo, de interrogatório, o que lhes permitiu potencializar as ações de vigilância, censura e repressão.³⁷⁵

Neste cenário, o governo brasileiro recrudescer a perseguição aos imigrantes de origem alemã, italiana e japonesa. A vigilância sobre a entrada e o controle de estrangeiros no país se intensificou por meio do acompanhamento de suas atividades e do fornecimento de salvo-conduto para transitarem no território nacional. Dadas às pressões realizadas pelo governo dos

³⁷³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da Polícia Política Brasileira**: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

³⁷⁴ CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 324.

³⁷⁵ SILVA, Marcília Gama. **DOPS: A Lógica da Vigilância e do Controle Político e Social em Pernambuco entre 1930 e 1958**. O Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos, 2017. Disponível em: <http://obscurofichario.com.br/artigo/dops-a-logica-da-vigilancia-e-do-controle-politico-e-social-em-pernambuco-entre-1930-e-1958/#_ftn3>.

EUA, houve uma “maior vigilância e controle por mar, ar e terra, no combate à ‘rede internacional de espionagem’, instalada em alguns países da América do Sul vizinhos ao Brasil, no sul do país e em Pernambuco”.³⁷⁶

É importante salientar que o Brasil, à medida que o conflito beligerante avançava no continente europeu, despontava como um país de valor estratégico crucial para os Aliados na guerra no Atlântico, tendo em vista que o saliente nordestino, onde estavam localizadas as bases aéreas e navais, tinha se tornado vital para o esforço de guerra contra o Eixo. Afinal, era por lá que circulava grande parte dos suprimentos, tropas e embarcações das principais potências envolvidas devido à sua privilegiada localização geográfica na rota do Atlântico Sul.³⁷⁷ Logo, combater a influência alemã no país havia se tornado imprescindível como estratégia de guerra. Soma-se a essa questão a intenção norte-americana de aumentar a influência sobre o Brasil e consolidar o seu sistema de poder na América Latina, movimento que já se delineava antes mesmo do início do estado de guerra, através da disputa com a Alemanha em território latinoamericano, por meio de acordos econômicos como também de uma agressiva política cultural que divulgava o modo de viver americano (*american way of life*), o qual veio a ganhar bastante força no pós-guerra.

3.2.1 A contraespionagem Aliada: Estados Unidos e Inglaterra

Visando a desarticular ações como espionagem e sabotagem dos países do Eixo na América, os EUA e a Inglaterra direcionaram agências especiais para atuação no continente. O Special Intelligence Service (SIS) foi uma divisão do Federal Bureau of Investigation (FBI), responsável por combater todo e qualquer tipo de atividade subversiva que colocasse em risco a segurança dos Estados Unidos, o que incluía monitorar as atividades dos países do Eixo nas áreas Central e Sul do continente americano. Contudo, o SIS não era a única agência norte-americana a atuar nessas regiões. Outras agências como a Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), chefiada por Nelson Rockefeller, e a Co-ordinator of Information (COI) William Donovan, dentre outras questões, produziam subsídios que orientaram

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ MACEDO, Ranielle Cavalcante. **História, memória e espaços**: experiências dos ex-combatentes de parselhas-RN na defesa do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

efetivamente a atuação diplomática e o planejamento militar dos EUA com relação ao Brasil no período, gerando muitas vezes certos conflitos de atribuição.³⁷⁸

O FBI chegou a contar com “137 agentes nas Américas Central, do Sul e Caribe em 1942, operando em geral disfarçados como funcionários de empresas norte-americanas”.³⁷⁹ Os agentes recrutados para servir no SIS, em sua maioria, tinham conhecimento suficiente nos idiomas locais, espanhol e português, para uma execução eficiente dos seus trabalhos. Aos recrutas que não dominavam essas línguas, eram disponibilizados cursos intensivos. O FBI também forneceu aos agentes do SIS técnicas de cifrar mensagem, além de métodos de espionagem alemã.³⁸⁰ O serviço secreto americano atuava nos bastidores, na maioria das vezes com roupas civis, conferindo rumores e denúncias – na sua maioria referentes a atividades de integralistas e agentes nazistas – e interceptando e decodificando as comunicações realizadas com agentes do Eixo na América e na Europa. O governo dos EUA também emitia orientações preventivas ao Estado brasileiro, como a não veiculação de informações envolvendo o Brasil com assuntos de guerra, através de jornais e/ou rádios, uma vez que as informações poderiam ser usadas a favor dos países “inimigos”.³⁸¹

A British Security Coordination (BSC) era responsável pelo Serviço de Informações britânico no continente e tinha sua sede estabelecida nos EUA – longe do palco da guerra, já que sua luta era de fato nos bastidores. A BSC tinha como um dos seus principais objetivos assegurar o fluxo de fornecimento de suprimentos para Inglaterra e combater as atividades nazistas. Para isso, era necessário investigar secretamente seus inimigos para minar seus planos de sabotagem e garantir que as informações que por ventura os agentes do Eixo tivessem obtido fossem desviadas do seu destino e usadas a favor dos Aliados.³⁸² A BSC atuava também em colaboração com outras agências inglesas, como a *Censura Imperial*, que, com o auxílio de uma base estabelecida nas Bermudas, realizava ações contra quinta-colunas e a espionagem nazista no Sul do continente americano, através da interceptação de suas comunicações e, por vezes, forjando suas informações.

Dos países da América Latina, o Brasil se destacava como uma área de grande importância para a BSC e para o FBI. Ambos buscavam, de forma sistemática, bloquear as ações dos seus inimigos, bem como minar a influência dos mesmos no país. Esforços não eram

³⁷⁸ FORTES, Alexandre. A espionagem aliada no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: Cotidiano e política em Belém na visão da inteligência militar norte-americana. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 81-115, ago. 2016, p. 83.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 85.

³⁸⁰ HILTON, 1977, p. 270.

³⁸¹ *Ibidem*, loc., cit.

³⁸² FORTES, Alexandre, op. cit., p. 84.

minimizados para se alcançar esse objetivo. Conforme apontou Alexandre Fortes, a espionagem Aliada teve ativa participação em diversos eventos que antecederam a entrada do Brasil na guerra, a exemplo do episódio da carta que foi supostamente enviada pelo General Aurélio Liotta, presidente da *Lati Roma*, ao Comandante Vincenzo Coppola, gerente da Lati no Brasil, e que narrava um plano de conspiração entre a Lati e o “cavaleiro verde” (Plínio Salgado) para a tomada de poder do país. A carta trazia uma série de insultos à pessoa de Getúlio e à sua relação com os EUA.³⁸³

As investidas contra a espionagem eixista, protagonizadas pelo FBI e BSC em parceria com a DOPS, foram responsáveis pelo desbaratamento de inúmeras células nazistas atuantes no país e de seus colaboradores. Foram os casos da rede Kempter (Rei) e a de Niels Christian Christensen, redes que atuavam no estado de Pernambuco e contavam com a colaboração de “súditos do Eixo”, integralistas e simpatizantes fascistas.

3.2.2 Controle e repressão dos nazistas e integralistas: DOPS e o Tribunal de Segurança Nacional

Considerado como momento fundamental para a consolidação do Estado nacional, o período denominado de Estado Novo teve como principal característica o fortalecimento do poder executivo, objetivando uma centralização política que possibilitaria, assim, uma intervenção efetiva por parte do Estado em questões sócio-político-econômicas. Logo, a “unidade do todo, representado pelo Estado Nacional, deveria se sobrepor às vidas particulares”.³⁸⁴ Estabeleceu-se através de um estado de exceção, à base da governamentalidade do Estado Novo:

O estado de exceção se faz valer de sua força para uma constante criação das leis, fazendo o executivo ter funções legislativas e criando leis conforme sua necessidade. Assim, o estado de exceção brasileiro se situa no lugar de indistinção entre a existência e a não existência de legalidade, é desta zona de indistinção que o estado cria as regras e, por não sair desta zona, é que podemos chamá-lo de estado de exceção.³⁸⁵

Logo, o estado de exceção se apresenta “como forma legal daquilo que não pode ser legal. [...] é o dispositivo graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui por si mesmo por meio de sua própria suspensão. [...] é a condição preliminar para se definir a relação que liga, e

³⁸³ Ibidem, p. 86.

³⁸⁴ MONTEIRO, Lana, 2006, p. 18.

³⁸⁵ BRITO, Tássio Araújo. **A Toga e a Espada**: Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na Justiça Militar (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015, p. 76.

ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito”.³⁸⁶ Dessa forma, a legalidade daquilo que não pode ter forma legal, ou seja, da zona “vazia”, tem-se a suspensão da aplicação das normas constitucionais até então vigentes para implementação de outra ordem jurídica.

Para a realização de análise sobre a repressão aos alemães considerados nazistas e integralistas, é importante compreender a lógica do Estado Novo enquanto estado de exceção. É preciso refletir sobre como tal fato possibilitou à ditadura varguista um maior controle sobre diversas esferas sociais, tendo a polícia política atuando como engrenagem de um maquinário que visava a uma repressão cada vez mais efetiva sobre os grupos tidos como “subversivos”. É preciso lembrar que a existência de um (ou mais de um) inimigo da nação dava legitimação às ações do governo ditatorial através do discurso da segurança nacional. Na ótica do próprio Estado, se havia uma ameaça iminente contra o país, tornava-se necessária a manutenção da segurança e ordem promovida pelo Estado.

Durante a década de 1930, houve o que Elizabeth Cancelli chamou de uma “transformação do sentido da prática da violência como instrumento da política e suas instituições”.³⁸⁷ A autora afirma que, de uma sociedade outrora policiada, construiu-se um Estado policial, do qual, além de promover o ódio aos inúmeros inimigos criados (inimigos objetivos) pelo governo, também estabelecia uma nova “dinâmica político-social ao conjunto de suas instituições”.³⁸⁸ Foram estabelecidas parcerias com polícias de outros países (Estados Unidos, Inglaterra e até mesmo Alemanha) como forma de obter conhecimento técnico para combater os inimigos do regime, como também para ter acesso às notícias internacionais, principalmente sobre as ações contra o comunismo. Contudo, a DOPS, considerada pela historiografia como o “braço repressor do Estado Novo”,³⁸⁹ desempenhou um outro papel, o de serviço secreto, como ressalta Thiago Pacheco:

[...] concentrando atribuições de Inteligência, era função da Polícia Política exercer vigilância sobre categorias sociais e grupos dissidentes considerados perigosos à segurança do Estado, ao mesmo tempo em que produziria informações acerca das possíveis ameaças que supostamente estas categorias e grupos representariam. [...] Foi notadamente a partir de 1935 (quando foi promulgada a Lei de Segurança Nacional) até 1956 (ano da implantação do SFICI) a Polícia Política foi o principal órgão de coleta de dados e produção de informações acerca da situação política brasileira, bem como das ameaças internas ao Estado e ao regime.³⁹⁰

³⁸⁶ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 12.

³⁸⁷ CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 313.

³⁸⁸ Ibidem, loc. cit.

³⁸⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, 2005, p. 1.

³⁹⁰ PACHECO, Thiago Da Silva. Gênero e serviço secreto: as mulheres na perspectiva da polícia política durante o Estado Novo e a república de 1946. **Revista Cantareira** - Edição 24 / jan./jun., 2016.

Como exemplo, há o acervo documental da DOPS-PE, em que conta uma extensa produção de informações sobre indivíduos e instituições germânicas ou com algum tipo de ligação com os países do Eixo, que passaram pela vigilância da polícia, incluindo conventos (São Bento de Olinda, São Francisco de Olinda e Santo Antônio, na Rua do Imperador), colégios (Sagrada Família, no Barro), a companhia aérea Lati, empresas (Herm. & Stoltz, Bayer, Companhia de Tecidos Paulista – CTP), consulados e clubes. Além das suspeições em torno desses “elementos e associações”, se tornou procedimento após a campanha nacionalizadora de Vargas a abertura de prontuários para retirada de passaporte e salvo-conduto, o que possibilitava um maior controle na entrada, saída e circulação de estrangeiros no país, regulamentação de trabalho, atestado de moradia etc., o que possibilitava a polícia a ter acesso a informações simples como nome, filiação, nacionalidade, profissão, endereço, data de chegada ao país e porto de desembarque.³⁹¹ A polícia procurava mapear os “súditos do Eixo” no estado e assim buscar obter um maior controle sobre a atuação dos mesmos em atividades consideradas contrárias aos interesses nacionais. Segundo Marcília Gama, até a entrada do Brasil na guerra, cerca de 772 germânicos haviam sido fichados no país.³⁹²

O mesmo processo ocorreu com os partidários do integralismo. Antes mesmo do chamado “*Golpe Verde*”, seus partidários já se encontravam sob a vigilância dos agentes da DOPS. Informações sobre seus membros e associações eram recolhidas e armazenadas, assim como diversas notícias que eram vinculadas sobre os camisas-verdes nos jornais locais. Em sua tese “*A Lógica da suspeição contra a força do sigma: discursos e política na repressão aos integralistas em Pernambuco*”, Giselda Brito chamou essas ações da polícia que antecederam o ataque armado dos integralistas contra o governo federal de “repressão preventiva”.³⁹³ Esse termo remete ao tipo de repressão que consistia em “acumular um sem-número de informações sobre a vida (pública e privada) dos indivíduos considerados potencialmente subversivos”³⁹⁴ através da vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade. Dessa forma, seria possível para a polícia agir de maneira preventiva quanto a “qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem”.³⁹⁵

³⁹¹ MONTEIRO, Lana, 2006, p. 101.

³⁹² SILVA, Marcília Gama. **O D.O.P.S e o Estado Novo**: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

³⁹³ SILVA, Giselda Brito, op. Cit., 2002, p. 179.

³⁹⁴ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997, p. 2.

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 3.

Tal prática dialoga com o conceito de *delinquência* no século XIX, analisado por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*:

A introdução do “biográfico” é importante na história da penalidade. Porque ele faz existir o “criminoso” antes do crime e, num raciocínio-limite, fora deste. (...) À medida que a biografia do criminoso acompanha na prática penal a análise das circunstâncias, quando se trata de medir o crime, vemos os discursos penal e psiquiátrico confundirem suas fronteiras; e aí, em seu ponto de junção, forma-se aquela noção de indivíduo “perigoso” que permite estabelecer uma rede de causalidade na escala de uma biografia inteira e estabelecer um veredicto de punição-correção.³⁹⁶

Dentro dessa perspectiva de delinquência da obra foucaultiana, a existência do criminoso precede o próprio delito devido a sua “biografia” sugerir que o mesmo se trata de um indivíduo com uma predisposição para a prática de atos ilegais. O discurso voltado para a ideia de um grupo como potencial elemento perigoso, como analisa Marion Brephol, pode vir a suscitar contra o mesmo “um sentimento de rejeição e medo, passíveis de serem instrumentalizados politicamente por diversos organismos, sejam ou não de caráter oficial”.³⁹⁷ Foi o que ocorreu com os integralistas e alemães durante o governo Vargas. Partindo da premissa da construção de inimigos objetivos, o Estado Novo passou a conferir a esses grupos a responsabilidade por eventos nocivos à ordem estabelecida. Como se tais ações, associadas à imagem do povo alemão, e dos integralistas às atividades nazistas no país, representassem a maioria desses grupos.

A chamada repressão preventiva realizada pela DOPS envolvia a produção de informações sobre esses grupos considerados potencialmente perigosos. Essa produção se dava através de relatórios fornecidos por investigadores infiltrados/informantes, notícias divulgadas em jornais e programas de rádio (no caso deste último, era realizada uma transcrição da matéria em questão), interceptação de correspondência, como também através de depoimentos prestados pelos próprios indivíduos considerados suspeitos à delegacia, assim como toda e qualquer informação que contribuísse para reforçar a imagem negativa do indiciado, seja junto à opinião pública (divulgação na imprensa) ou em uma possível ação no âmbito judicial. Essas informações não ficavam, como vimos em diversas matérias publicadas em periódicos, restritas ao Departamento de Ordem Política e Social. Conforme apontou Tucci Carneiro, a informação também era “fartamente registrada pela imprensa [...], alimentando o imaginário coletivo ansioso por ‘ver’ imagens de ordem e segurança”.³⁹⁸

³⁹⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2013, p.238.

³⁹⁷ MAGALHÃES, op. cit., p. 4.

³⁹⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, op. cit., 2005, p. 2.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, ao lado dos países Aliados, de acordo com Perazzo, representou:

[...] uma dupla significação no tratamento aos estrangeiros do Eixo. Ao mesmo tempo em que a aliança com os Aliados e a posição antifascista assumida pelo Brasil passaram a ser os elementos justificadores da repressão aos imigrantes, que já acontecia mesmo antes da deflagração do conflito mundial, a própria inserção brasileira no contexto internacional obrigava o governo a aceitar as convenções e os tratados acordados entre a maioria dos países. A partir desse momento, a vigilância e o controle que se estendiam sobre os imigrantes alemães, italianos e japoneses desde 1938, transformaram-se em efetiva repressão.³⁹⁹

O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo acirrou a repressão a todos aqueles que representassem, minimamente, uma ameaça à segurança nacional e/ou aos interesses do Estado. Nessa conta estavam os chamados "súditos do Eixo", que, com a entrada do país na guerra, tornavam-se oficialmente inimigos da nação. Contudo, as hostilidades não se restringiam à repressão policial do governo brasileiro. Os jornais, programas de rádio, e até mesmo alguns populares – imbuídos de um misto de indignação coletiva (motivada em sua maior parte pelo torpedeamento dos navios brasileiros) com um preceito étnico já em pauta desde a década anterior (promovido intensamente pelas leis nacionalizadoras, como pela campanha de difamação promovida pelos EUA) – vociferavam acusações e ofensas contra alemães, italianos e japoneses; como àqueles que se demonstrassem a favor dos mesmos. Logo, como afirmou Foucault, “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.⁴⁰⁰ Nesse caso, produz um discurso difamatório com efeito de verdade que, ao mesmo tempo em que legitima a política do governo Vargas, justifica a repressão a esses grupos perante a opinião pública.

A postura antifascista adotada com o alinhamento do Brasil com os Aliados, conforme apontou Perazzo, algo que já se ensaiava antes mesmo de 1942, intensificou a repressão também contra os integralistas. Afinal, o movimento integralista e seus “ex” membros representavam o inimigo externo (os países fascistas europeus) dentro do âmbito nacional. Logo, a imagem dos integralistas enquanto fascistas traidores da pátria foi ainda mais reforçada nesse período.

No início da década de 1940, a polícia de Pernambuco, numa ação integrada com as agências de inteligência norte-americana e inglesa, já havia identificado diversos indivíduos de

³⁹⁹ PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros de guerra**: a reclusão dos imigrantes indesejáveis (Brasil: 1942-1945). Seminários – nº 3. Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República. Projeto Integrado do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, 2003, p. 3.

⁴⁰⁰ FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2011. p. 8.

nacionalidade alemã e italiana, como também brasileiros integralistas que atuavam em favor do Eixo. Relatórios encaminhados ao secretário de segurança pública do estado apontam algumas das atividades realizadas por esses grupos, assim como a relação entre eles:

De acordo com o que já tenho informado a V.Exia., há muito tempo que, indivíduos de nacionalidade alemã e italiana vêm se congregando em torno de uma poderosa organização de espionagem, pela qual prestam aos seus países, todas as informações precisas sobre o Brasil, remetendo ainda a fotografias de pontos estratégicos e, locais interessantes, que possam em caso necessário servir de apoio a qualquer tentativa de agressão contra o país.

Neste Estado, posso afirmar a V. Exia., que, nestes últimos dias, essas atividades aumentaram consideravelmente [...]

Na noite seguinte a agressão do Japão aos Estados Unidos, uma grande reunião realizou-se no Club Alemão, a qual compareceram mais de 50 alemães, os quais estiveram reunidos até as 2h do dia seguinte, sendo a reunião presidida pelo próprio cônsul alemão, Sr. Carlhans Von Den Steinen e, secretariado pelos seguintes alemães, que são elementos de destaque do “PARTIDO NAZISTA” ao mesmo tempo, controladores e, instrutores do serviço de espionagem: Erwin Kalk, Adolf Beeckmann, Franz Riquié, W. Lundmann.

Também estavam presentes funcionários da empresa Alberto Lundgren e membros da Ação Integralista Brasileira.

[...] Na firma Herm. Stoltz, o movimento entre alemães ali empregados também aumentou bastante. Especialmente entre Rudolph Piper e Adolph Bratheibac, que (também) tem si ligado diariamente e, vezes com Adolf Beeckmann.

[...] Entre os italianos aqui residente, os que mais estão agindo no assunto são: Constantino Santoro e, A. Ragazzio, proprietário da “Cama Bruno” na rua da Imperatriz. Ambos estão ligados ao Consulado Alemão, de onde receberam instruções e propaganda para distribuição, sendo Constantino Santoro custeado pelo serviço de espionagem alemã.

Junto a esta, remeto a V. Exia., uma lista de nomes, e residências de vários alemães, pertencentes ao serviço de espionagem, que consegui localizar.⁴⁰¹

O texto destacado acima é de um relatório datado em 13 de dezembro de 1941, apenas seis dias antes do ataque a Pearl Harbor . Em 11 de dezembro, Alemanha e Itália se uniram ao Japão e entraram em guerra contra os EUA. Para Hilton, assim como para Perazzo, a pressão que o Brasil já vinha sofrendo por parte de Washington e Londres – diretamente prejudicados pela espionagem nazista em território americano – após o ataque japonês no Pacífico, se intensificou consideravelmente. Getúlio Vargas se posicionou a favor do governo norte-americano. A nova configuração da guerra recrudescer a ação da polícia brasileira em relação às atividades de espionagem e propaganda do regime nazista no país. Associações germânicas tiveram suas portas fechadas, segundo registro da DOPS:

⁴⁰¹ Serviço reservado. Encaminhado ao Exmo. Snr. Dr. Secretário da Segurança Pública. 13 de dezembro de 1941. **Prontuário funcional: 29094.** APEJE/DOPS/SSP/PE.

[...] as sociedades "ESCOLA ALEMÃ" – "SOCIEDADE BENEFICENTE ALEMÃ", "CLUBE ALEMÃO DE PERNAMBUCO" e "CASA DA ITÁLIA", encontram-se fechadas desde 30 de janeiro de 1942, por determinação desta DOPS, como medida preventiva em face do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e os países do Eixo [...].⁴⁰²

O encerramento das atividades das mencionadas sociedades também exigiu a desapropriação dos imóveis. Em relatório de 3 de março de 1942, o agente da DOPS-PE afirmava que acompanhou o então atual presidente do Clube Alemão, Sr. Guilherme Pfisterer, para que o mesmo retirasse os poucos objetos de seu uso particular. O prédio onde estava localizado o clube foi trancado de cadeado sob a condição de ser aberto apenas sob autorização do delegado de Ordem Política e Social.⁴⁰³

Com o afundamento do navio brasileiro *Taubaté* no mar Mediterrâneo por forças de guerra da Alemanha, o presidente promulgou em 11 de março de 1942, o decreto-lei nº 4.166, que incidia diretamente sobre "indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil".⁴⁰⁴ Sendo a Itália e o Japão aliados da Alemanha, o governo brasileiro interpretou que tais países eram naturalmente solidários à agressão e, logo, o decreto se estendiam a eles. Dentre os artigos e incisos do decreto, destacamos o artigo primeiro que estabelece o seguinte:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.⁴⁰⁵

Dessa forma, o governo brasileiro estabeleceu por meio jurídico sanções legais para reparação aos danos causados pelos torpedamentos. As sociedades teutas anteriormente citadas e todos os seus bens se transformaram em propriedades do governo brasileiro. Contudo, tais sanções não se concentraram apenas nas associações culturais, beneficentes ou assistenciais. Segundo Fáveri, "a informação de que o governo alemão exigia das firmas alemãs estabelecidas no Brasil a colaboração em serviços de espionagem"⁴⁰⁶ reforçou a lógica de suspeição policial contra as empresas alemãs, japonesas e italianas. Ao longo desse período não

⁴⁰² Ofício n. 855. 3 de novembro de 1944. **Prontuário funcional: 29094**. APEJE/DOPS/SSP/PE.

⁴⁰³ Relatório ao Ilm.º Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social sobre o fechamento do Clube Alemão. 3 de fevereiro de 1942.

⁴⁰⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 4.166. 11 de março de 1942. Legislação informatizada. **Câmara Legislativa**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

⁴⁰⁵ Ibidem.

⁴⁰⁶ FÁVERI, Marlene de. A repressão no governo Vargas e as medidas coercitivas aos simpatizantes do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. **Cena Internacional**, Brasília, v. 8, n. 2, pp. 193-216, 2006, p. 197.

foram poucos os casos de encerramento de atividades, boicotes de produtos importados pelos EUA e inserção dessas empresas na “lista negra”.⁴⁰⁷ No Recife, fecharam as portas a “Stoltz & Cia, a Sociedade de Motores Deutz Otto, a Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert S.A, Alianza Comercial Anilinas, a Bayer, Merk, Wenig & Cia, entre outras”.⁴⁰⁸

Além das ações realizadas no âmbito jurídico, o governo brasileiro procurou estabelecer medidas que sufocassem ainda mais o cerco sobre as atividades nazistas no país, uma vez que os locais que outrora serviam como base de suas atividades se encontravam sob a tutela do Estado. Em telegrama, o Secretário de Segurança Pública faz o seguinte comunicado ao Sr. Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos:

Deveis submeter a censura toda a correspondência postal destinada a naturais da Alemanha, Itália e Japão. Correspondência suspeita deverá ser encaminhada a autoridade policial ou militar da região. Igual providência adotareis em relação a brasileiros considerados suspeitos, recorrer a referidas autoridades.⁴⁰⁹

As agências norte-americanas e inglesas já realizavam o trabalho de interceptação, “informalmente”, das correspondências com destinatários ou remetentes considerados suspeitos. O próprio governo brasileiro também já exercia essa prática referente às cartas enviadas por Plínio Salgado do seu exílio, por exemplo. Contudo, o comunicado acima colocava todos os indivíduos oriundos dos países citados sob censura postal, além dos brasileiros considerados suspeitos, principalmente os antigos membros da AIB devido a seu histórico de relações com o nazismo no país.

Esses tipos de ações empreendidas pelo governo brasileiro aos “súditos do Eixo” e seus potenciais colaboradores, principalmente no tocante ao monitoramento e mapeamento desses grupos, somados às atividades de espionagem Aliada no país, foram os principais responsáveis pelo processo de desbaratamento das principais redes de espionagem alemã em Pernambuco e nos demais importantes centros urbanos do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

O decreto-lei nº 4.766, promulgado pelo presidente da república em 1º de outubro de 1942, versava sobre crimes militares e contra a segurança do Estado durante o período de

⁴⁰⁷ Nesse contexto, a empresa ser inserida na lista significava que a mesma havia se tornado suspeita de colaborar com o governo de Hitler ou, em algum nível, negociar ou colaborar com a Alemanha e/ou os demais países do Eixo. Cf.: BONOW, Stefan Chamorro. As Listas Negras e a Grande Guerra: Repercussões sobre Capital e Trabalho Germânicos em Porto Alegre. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, ago./dez. 2010. FÁVERI, Marlene de. A repressão no governo Vargas e as medidas coercitivas aos simpatizantes do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. **Cena Internacional**, Brasília, v. 8, n. 2, pp. 193-216, 2006.

⁴⁰⁸ Ibidem, loc. cit.

⁴⁰⁹ Telegrama circular enviada pelo Secretário de Segurança Pública ao Sr. Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos. 5 de fevereiro de 1942. **Prontuário funcional**: 29444, envelope 2. APEJE/DOPS/SSP/PE.

beligerância, no qual decretava enquanto crimes passíveis de punição, dentre outros, os destacados nos artigos abaixo:

Art. 19. Tirar fotografia, fazer desenho ou levantar plano ou planta de navio de guerra, aeronave, ou engenho de guerra moto-mecanizado, em serviço ou em construção, ou lugar sujeito à administração militar, ou necessário à defesa militar: Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o fato não constituir crime mais grave.

Art. 20. Sobrevoar local ou imediações de acesso interdito, ou neles penetrar, sem licença de autoridade competente: Pena - reclusão, de dois a quatro anos.

Parágrafo único. Entrar em local ou imediações referidas neste artigo, munido, sem licença de autoridade competente, de máquina fotográfica ou qualquer outro meio idôneo à prática de espionagem: Pena - reclusão, de um a três anos.

Art. 21. Promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem: Pena - reclusão, de oito a vinte anos, ou morte, grau máximo e reclusão por vinte anos, grau mínimo, se o crime for praticado no interesse de Estado em guerra contra o Brasil, ou de Estado aliado ou associado ao primeiro.

Art. 23. Instalar ou possuir, ou ter sob sua guarda, sem licença de autoridade competente, aparelho transmissor de telegrafia, radiotelegrafia ou de sinais, que possam servir para comunicação a distância: Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Art. 24. Fornecer a qualquer autoridade estrangeira, civil ou militar, ou a estrangeiros, cópia, planta ou projeto, ou informações de inventos, que possam ser utilizados para a defesa nacional: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, se o fato não constituir crime mais grave.

Art. 25. Utilizar-se de qualquer meio de comunicação, para dar indicações que possam pôr em perigo a defesa nacional: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, se o fato não constituir crime mais grave.⁴¹⁰

Diversos indivíduos estrangeiros e nacionais presos em 1942 foram enquadrados no decreto 4.766 e tiveram que responder processo mediante o Tribunal de Segurança Nacional. Os julgamentos ocorreram em sua maioria ao longo de 1943, todos na capital federal, Rio de Janeiro, onde estava localizado o TSN.

O Tribunal de Segurança Nacional foi criado em setembro de 1936, após a Intentona Comunista de 1935, com o intuito de transferir atos considerados crimes com “finalidades subversivas das instituições Políticas e Sociais” para um tribunal especial.⁴¹¹ Parte de uma engrenagem coercitiva, uma corte de exceção agia como um dispositivo de repressão judicial rápido e eficaz que, além de julgar com rigor aqueles que contestassem ou ameaçassem a ordem

⁴¹⁰ BRASIL. Decreto-Lei 4.766, de 1º de outubro de 1942. Legislação informatizada. **Câmara Legislativa**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4766-1-outubro-1942-414873-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

⁴¹¹ ; CAMPOS, Reynaldo Pompeu. **Repressão ao Estado Novo**: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982, p. 43.

estabelecida, estava envolto numa esfera democrática.⁴¹² Ou seja, possibilitava uma maior agilidade no julgamento e punição de atividades consideradas subversivas e ao mesmo tempo colaborava com a manutenção de uma imagem democrática por trás desse processo.

Inicialmente uma corte temporária pertencente à Justiça Militar com competência reduzida e passível de atuação somente durante o Estado de Guerra, o tribunal tinha seus juízes civis e militares nomeados pelo próprio presidente da república, Getúlio Vargas.⁴¹³ Em 1937, após a implementação do Estado Novo, se tornou independente do Superior Tribunal Militar, adquirindo jurisdição autônoma e permanente.⁴¹⁴ Passou a julgar crimes “contra a integridade do Estado, contra as instituições e contra a economia popular; estando o país em estado de guerra, qualquer insubordinação ou denúncia nesse sentido levava o suposto criminoso a ser inquirido por este Tribunal, abrindo-se um processo.”⁴¹⁵ Todos os casos relacionados a militantes de esquerda (comunistas, principalmente), integralistas, espiões nazistas e todos aqueles que fossem processados por acusações de crimes que atentassem contra a existência e segurança do Estado seriam submetidos a processos.⁴¹⁶ Segundo Reynaldo Pompeu, o Tribunal de Segurança Nacional, inserido na lógica do estado de exceção, era fundamentado na “livre convicção”,⁴¹⁷ o que dava margem a algumas condenações arbitrárias.⁴¹⁸ Ainda de acordo com o autor, no final de 1943, as condenações dos “súditos do Eixo” e dos acusados de colaboradores atingiram um somatório de quase 1000 anos de interdição.⁴¹⁹

O TSN, conforme analisa Cancelli, representava o “poder judiciário paralelo que o governo resolvera instalar, e seu funcionamento tornava-se essencial para dar à sociedade a certeza de haver atividade, movimento, vigilância e punição”.⁴²⁰ Logo, as detenções e julgamentos dos indivíduos ligados a atividades nazistas no Brasil e em Pernambuco teve ampla

⁴¹² NEVES, David Rodrigues Silva Neves. **O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas (1936-1938)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 69.

⁴¹³ NUNES, Diego. O Tribunal de Segurança Nacional e o valor da prova testemunhal: o debate sobre o princípio da livre convicção do juiz a partir do julgamento do processo nº. 1.355. **Revista Eletrônica Direito e Política da UNIVALI**, Itajaí, v. 8, n. 2, 2º quadrimestre de 2013. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica>. Acesso em: 17 mar. 2017.

⁴¹⁴ Tribunal de Segurança Nacional (TSN). **CPDOC**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/TribunalSegurancaNacional>. Acesso em: 17 mar. 2017.

⁴¹⁵ FÁVERI, Marlene de, 2006, p. 204.

⁴¹⁶ Para mais informações consultar: CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a política da era Vargas**. Brasília, UnB, 1993; CAMPOS, Reynaldo Pompeu. **Repressão ao Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

⁴¹⁷ O princípio da “livre convicção” consistia na decisão baseado no livre julgamento do juiz a partir dos fatos apresentados diante o processo probatório dos autos. Cf.: NUNES, Diego. op. cit., 2013, p. 853.

⁴¹⁸ CAMPOS, Reynaldo Pompeu, op. cit., p. 119.

⁴¹⁹ Ibidem, loc. cit.

⁴²⁰ CANCELLI, Elizabeth., 1994, p. 107.

divulgação da imprensa, tornando pública a repressão do governo diante da questão dos afundamentos dos navios brasileiros e suas perdas humanas e financeiras. Jornais de grande circulação no Recife, como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal Pequeno*, por exemplo, ocupavam suas primeiras páginas com o tema. Assim, era reforçado à população o discurso de um Estado Policial que tinha como objetivos zelar e vigiar a nação contra toda e qualquer ameaça:

A secretaria de Segurança Pública, por intermédio da delegacia de Ordem Política e Social, de muito vem procedendo diligências em torno de indivíduos suspeitos, notadamente estrangeiros. Vigiando e seguindo-lhes os passos, a delegacia conseguiu assenhorar-se da trama de espionagem com irradiação nesta capital. Descobertos e presos, foram submetidos a interrogatórios pela autoridade competente. Alguns deles são empregados da firma Herm. & Stoltz e vinham desenvolvendo sua atividade em correspondência com outros elementos domiciliados no sul do país.⁴²¹

Conforme afirmou Fáveri, esses interrogatórios mencionados na reportagem eram muitas vezes realizados com o auxílio de práticas hediondas como a da tortura.⁴²² Oficialmente proibida no Brasil em 1821 como método de investigação e punição, a tortura continuou sendo aplicada (extraoficialmente) pelos governos seguintes, tanto em presos comuns como em presos políticos.⁴²³ Durante a guerra, a violência estava presente no cotidiano das ações dos policiais que visavam a extrair informações de atividades subversivas sob o alibi da defesa nacional.

É importante ressaltar que diversos italianos, japoneses e alemães – assim como os seus “colaboradores” – tiveram sua prisão decretada sem que ao menos houvesse a comprovação da prática do crime. Devido ao estado de beligerância, muitas vezes bastava que uma simples denúncia fosse acatada pela polícia e esses estrangeiros eram rapidamente interditados, podendo ser direcionados “para lugares de ‘isolamento’ ou ‘confinamento’, afastados das cidades do litoral e zonas de fronteira, ou ficavam nas delegacias locais, ou eram enviados para as Penitenciárias montadas para esse fim”.⁴²⁴

Em Pernambuco, no final de 1942, “pouco tempo depois dos resultados das sindicâncias realizadas pela 7ª Região Militar em Paulista e Rio Tinto e das deliberações acerca dos ‘súditos do Eixo’, foi criado o Campo de Concentração Chã de Estevão”.⁴²⁵ Localizado no município de

⁴²¹ A AÇÃO da polícia pernambucana contra a espionagem nazi. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 5, 7 abr. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/8770>. Acesso em: 17 mar. 2017.

⁴²² FÁVERI, op. cit., p. 106.

⁴²³ CANCELLI, Elizabeth. Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 141-156, 2005. Editora UFPR, p. 147.

⁴²⁴ CANCELLI, Elizabeth. **Entre prerrogativas e regras: justiça criminal e controle político no regime Vargas (1930-1945)**. Cadernos do Tempo Presente, n. 15, mar./abr., p. 02-35 | <www.getempo.org>, 2014, p. 18.

⁴²⁵ LEWIS, Susan. **Política e estratégias de dominação: a Segunda Guerra Mundial e o campo de concentração Chã de Estevão**. V Colóquio de História. Perspectivas históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio. 16, 17 e 18 de 2011, p. 711.

Igarassu, o campo abrigou inúmeros funcionários estrangeiros do complexo industrial dos Lundgrens provenientes de países pertencentes ao Eixo, em sua maioria alemães. Familiares, como esposas e filhos, mediante autorização da DOPS, podiam também ser internados.⁴²⁶ Era uma alternativa de isolamento ao presídio e casa de detenção. Contudo, assim como analisa Priscila Perazzo em *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, esse tipo de confinamento de estrangeiros não ocorreu apenas em Pernambuco. Diferentes estados do país, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, também construíram campos com essa finalidade.⁴²⁷ Todos regulamentados por leis estaduais.

O termo campo de concentração se encontra – de maneira geral – cristalizado no imaginário social como um instrumento de extermínio responsável pela morte de milhares de pessoas, em grande parte devido ao exemplo da Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, os campos de concentração não foram inaugurados pelos nazistas, sendo um fenômeno muito anterior aos mesmos. No Brasil, Perazzo conta que o termo campo de concentração foi bastante utilizado pelas autoridades policiais para denominação de locais de internamento de imigrantes do Eixo no período da Segunda Guerra:

Estes termos – presídio, campo de internamento ou de concentração – para agentes policiais e membros do governo, na época, eram expressões sinônimas e representavam cárceres que haviam sido reativados, criados para receberem “súditos do eixo” que tiveram sua prisão legitimada pelo estado de beligerância entre o Brasil e seus países de origem.⁴²⁸

O campo de Chã de Estevão foi criado com a colaboração dos proprietários da Companhia de Tecidos Paulista, sendo diretamente responsáveis por suas demandas financeiras. Contudo, se encontravam sob a administração da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como ocorria em outros campos do país. Sobre a motivação dos Lundgrens em relação a Chã, Susan Lewis afirma que:

Ao que tudo indica, os propósitos dos industriais estavam relacionados à proteção de seus funcionários estrangeiros, pois, ao invés de serem recolhidos à Casa de Detenção no Recife, tinham a chance de, mesmo prisioneiros, permanecer em casa com suas famílias – esposas e filhos, quando autorizado pela DOPS –, recebendo ajuda de custo para sustentá-las. As terras e as próprias casas eram de propriedade dos Lundgren, os quais ainda contribuíam com as despesas do campo. Podemos supor que, diante de tal situação, havia um certo acesso e controle da localidade por parte da família.⁴²⁹

⁴²⁶ Ibidem, loc. cit.

⁴²⁷ PERAZZO, Priscilla, 1999, p. 209.

⁴²⁸ Ibidem, p. 205.

⁴²⁹ LEWIS, Susan, 2011, p. 712.

Porém, é importante salientar que mesmo sendo o campo de Chã uma alternativa ao presídio comum, os alemães estavam sob a vigilância da DOPS e precisavam seguir suas determinações e viver através das suas proibições. Os alemães foram submetidos a uma série de restrições em seu cotidiano: proibição de falar no idioma alemão, restrição ao direito de ir e vir, além de sofrer apreensões de vários objetos de cunho pessoal, como cartas escritas em alemão e aparelhos de rádio, como “prova” de participação em atividades contrárias ao interesse nacional e anexados os prontuários da DOPS.⁴³⁰

A polícia política ainda acumulava – além de objetos pessoais dos internos – uma grande quantidade de documentos burocráticos sobre o campo: número de internos, controle de autorizações de entrada e saída (liberados, na maioria das vezes apenas em casos de doença), medicamentos e artigos de primeiros socorros enviados pela cruz vermelha. Muitos dos que se encontravam “internados” não sabiam qual era a acusação contra eles.⁴³¹ Mesmo sendo a Companhia de Tecidos Paulista responsável financeiramente pela manutenção do campo, todas as ações referentes ao campo precisavam passar pela aprovação e autorização da DOPS. Até mesmo a saída de internos com problemas de saúde e que precisassem se deslocar para hospitais na capital deveria acontecer mediante uma solicitação à DOPS e aguardar a liberação. Caso fossem liberados, precisariam ainda ser acompanhados, ou melhor, escoltados durante o tempo em que permanecessem fora do campo.⁴³² Assim, pode-se afirmar que havia um esforço de controle permanente da polícia política referente ao campo e conseqüentemente do Estado sobre a vida daqueles que estavam presos nele.

3.3. O pós-guerra

A entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados foi o prelúdio da desarticulação da ditadura Estado-novista. O rompimento do governo brasileiro com a Alemanha nazista e a efetivação de uma aliança com os norte-americanos por razões de ordem político-econômica, para Dulce Pandolfi, teve uma grande contribuição no enfraquecimento do regime. Afinal, “Como justificar a manutenção da ditadura, se soldados brasileiros lutavam na Europa em prol da democracia?”⁴³³ Tais contradições reforçaram bastante o desgaste do governo e foram amplamente utilizadas pela oposição para aumentar a tensão política contra Getúlio Vargas.

⁴³⁰ Documento sobre as proibições estabelecidas aos alemães nos campos. [s.d.]. **Prontuário funcional: 31771**. APEJE/DOPS/SSP/PE.

⁴³¹ LEWIS, 2011, p. 711.

⁴³² Ofício nº 139. [s.d.]. **Prontuário funcional: 31771**. APEJE/DOPS/SSP/PE.

⁴³³ PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 11.

Previendo o fim da ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas iniciou uma série de medidas de abertura do regime na tentativa de se manter no poder. Uma delas foi o decreto-lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945, que concedia “anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação dêste decreto-lei.”⁴³⁴ Não estavam incluídos na anistia promulgada pelo presidente presos condenados por crimes comuns, nem crimes de espionagem e sabotagem realizados em tempos de guerra. Claramente os maiores beneficiários da anistia foram os presos relacionados à Intentona Comunista (1935) e Integralista (1938). De acordo com Reynaldo Campos, 563 presos foram postos em liberdade, em sua maioria comunistas, socialistas, integralistas e liberais.⁴³⁵

No período que sucedeu à capitulação da Alemanha em maio 1945, os campos de concentração existentes pelo país foram desativados. Os alemães presos nos presídios e casas de detenção e que não haviam sido condenados também foram libertados. Contudo, o fim da guerra em 1945 não significou necessariamente a imediata libertação a todos aqueles que estavam presos por questões políticas durante o estado de beligerância. O tempo de reclusão foi variado. Alguns foram liberados antes mesmo da derrota da Alemanha, através da anulação de processos no TSN, como houve também aqueles que ultrapassaram esse período em condição de detidos. Em 1948, de acordo com o *Diário de Pernambuco*, inúmeros indivíduos condenados pela acusação de atuar como agentes nazistas e como colaboradores foram postos em liberdade, gerando uma matéria repleta de indignação na imprensa:

A história da espionagem nazista no Brasil na última guerra tem dois capítulos. Um deles foi escrito pelos alemães vindos de lá ou nascidos aqui. O segundo capítulo, mais tenebroso, nasceu do esforço, da dedicação e do entusiasmo de brasileiros traidores pelo nazismo dominador. Os integralistas, convictos e fanáticos, mal a guerra começou, ofereceram seus préstimos ao embaixador da Alemanha “para o que desse e viesse”.

[...]

Quase todos os agentes alemães nazistas ou, brasileiros pró-nazistas estão sendo postos em liberdade. Nessas últimas semanas QUINZE ESPÍÕES ALEMÃES RECEBERAM ALVARÁ DE SOLTURA. Deram adeus a penitenciária. Seus crimes foram esquecidos ou perdoados. Os naufragos, os mortos, tudo isto pertence ao passado. Faz um século que o Brasil esteve em guerra ou então, como é fraca a memória desse povo. Deus meu.⁴³⁶

Na reportagem, os integralistas foram apresentados como colaboradores e simpatizantes do nazismo, sem especificações, sem ressalvas. E também como grandes protagonistas das

⁴³⁴ BRASIL. Decreto-Lei 7.474, 18 de abril de 1945. Legislação informatizada. **Câmara Legislativa**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

⁴³⁵ CAMPOS, Reynaldo Pompeu, op. cit., p. 122.

⁴³⁶ NASSER, David. O Brasil liberta os espíões nazistas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 1, 8 de fev. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/28881>. Acesso em: 25 fev. 2017.

atividades nazistas junto aos alemães. Ora, o próprio bom senso e coerência nos mostram que generalizações são perigosas e, por vezes, mal-intencionadas. Dessa forma, mesmo com a guerra chegando ao fim, o estigma de traidores da pátria e de nazistas permaneceu ainda por bastante tempo entranhado na história do movimento integralista. Tanto que o processo de rearticulação do integralismo, que ocorreu ainda em 1945, foi conduzido através da formação do Partido de Representação Popular (PRP).⁴³⁷ Ou seja, o integralismo numa nova roupagem e adaptado ao cenário político nacional vigente após o fim do Estado Novo. Através de uma “reorientação doutrinária”, Plínio Salgado “buscou ressignificar alguns conceitos da doutrina integralista de forma a apresentá-la como democrática, omitindo ou abandonando suas características abertamente fascistas”.⁴³⁸

Em 1950, a partir do decreto lei n. 1.224, promulgado pelo presidente em exercício, Eurico Gaspar Dutra, os bens pertencentes a alemães, italianos e japoneses domiciliados no país, fossem pessoas físicas ou jurídicas, estavam oficialmente livres das sanções impostas pelo decreto-lei estabelecido em 1942, após os torpedeamentos dos navios brasileiros. O Clube Alemão de Pernambuco, Escola Alemã, Sociedade de Beneficência Alemã – todas instituições localizadas em Pernambuco, só obtiveram a devolução dos seus bens apreendidos pelo governo em 1959.⁴³⁹ Contudo, há casos em que, ainda hoje, a devolução não foi ainda executada, estando muitos desses bens sob a guarda do Banco do Brasil.⁴⁴⁰

Com o fim da guerra em 1945, a ameaça nazista em território nacional perdia completamente o sentido. O estigma de um “perigo alemão” finalmente se dissipava – atrelando seu período de existência à manipulação de um Estado que gerenciava a construção e manutenção da representação de seus inimigos. Foi amplamente utilizado para viabilizar ações do governo e justificar suas práticas repressivas, o que não foi mais possível com a derrota da Alemanha. Presos políticos foram libertados, campos de concentração desativados, bens (parcialmente) devolvidos e o integralismo se rearticulou enquanto partido. O fim da guerra, assim como o fim do Estado Novo, encerrou uma página da história, mas deixou marcas indeléveis da repressão policial da ditadura varguista.

⁴³⁷ CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no processo político brasileiro** – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 13.

⁴³⁸ Ibidem, p. 122.

⁴³⁹ Comunicado de devolução de bens. 23 de junho 1959. **Prontuário funcional: 29094** APEJE/DOPS/SSP/PE.

⁴⁴⁰ LESSA, Daniele. **Segunda Guerra Mundial: os confiscados jamais devolvidos**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/405455-SEGUNDA-GUERRA-MUNDIAL-OS-BENS-CONFISCADOS-E-JAMAIS-DEVOLVIDOS-BLOCO-3.html>>. Acesso em: 20 de jan. 2017.

Considerações finais

A emergência e atuação do Nazismo e Integralismo no Brasil estiveram diretamente relacionadas aos acontecimentos do início do século XX. Sem a descrença na democracia liberal como possibilidade de estabelecimento da ordem política, a crise das oligarquias, o medo do comunismo e, provavelmente, a recepção que os mesmos tiveram no país não teriam sido possíveis. Segundo Giselda Brito:

Plínio Salgado e seus seguidores intelectuais e católicos estavam sempre ajustando os discursos, reformulando as ideias, percebendo estes temores. Portanto, não é possível afirmar um lugar de consolidação da AIB no Brasil, nem a constituição de UM sentido. (...) o movimento foi se ajustando aos problemas, aos grupos, aos militantes, aos estados. (...) Seu avanço relâmpago era justificado pelo clima de inquietações e agitação dos intelectuais e católicos, os reflexos da crise econômica, social e política que permitiram à AIB se apresentar como resposta, como uma orientação para um caminho seguro aos inquietos com os resultados pós-1930.⁴⁴¹

A AIB foi se expandindo por todo o país, ganhando uma dimensão nacional. Plínio Salgado colocou o integralismo na pauta dos temas da política brasileira dos anos trinta, apresentando-o no cenário político e ideológico brasileiro como um movimento crítico em relação à realidade nacional, através principalmente de publicações literárias e manifestos públicos.⁴⁴² Contudo, houve certo distanciamento por parte de alguns grupos e indivíduos ao integralismo, no que se refere à aproximação do mesmo com o fascismo, uma vez que o fascismo, na perspectiva de alguns nacionalistas, era tido como “estrangeirismo de direita”. “Nazismo brasileiro” foi uma das várias denominações (muitas vezes sob uma conotação pejorativa) atribuídas ao movimento integralista durante a década de 1930. Contemporâneos, as comparações entre o nazismo e o integralismo eram recorrentes desde a fundação da AIB, em 1932: tanto pelos aspectos estéticos e simbólicos, quanto em relação às diretrizes políticas.

Com a ascensão de Adolf Hitler ao poder, iniciou-se um processo conhecido na historiografia como “nazificação” das instituições alemãs no Brasil. Escolas, clubes, associações, imprensa teutas do país, passaram a colaborar com as atividades nazistas no país. Transformadas em instrumentos políticos a favor do governo nazista fora da Alemanha (algumas vezes sob resistência daqueles contrários a tal processo), tais setores foram fundamentais para criação de uma ampla rede de propaganda nazista durante a década de 1930 e 1940. A sede do consulado era o principal local de produção e distribuição de material de

⁴⁴¹SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da suspeição contra a força do Sigma**: discursos e política na repressão aos integralistas em Pernambuco. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 36.

⁴⁴² Ibidem, p. 40.

propaganda e contava com a colaboração de uma parcela significativa da imprensa nacional, ressaltando que alguns jornais chegavam a aceitar incentivo financeiro para transformar as páginas dos seus periódicos em difusoras da propaganda alemã no país. A mídia alemã também teve ampla participação nesse processo através da distribuição (muitas vezes gratuitas) de jornais, revistas, panfletos e exibição de filmes. E os jornais integralistas, como o *Consórcio Jornalístico Sigma Jornais Reunidos*, por exemplo, que contava com quase uma centena de jornais em circulação por todo país. Essa construção de um discurso nacional-socialista dentro e fora das comunidades germânicas acabou por formar um paralelo de palavras e discursos ocorridos também no âmbito das ideias e do imaginário social sobre o nazismo.

O Partido Nazista atuou no cenário nacional durante dez anos antes de sofrer uma intervenção efetiva por parte do governo até o estabelecimento do Estado Novo. Segundo Ana Maria Dietrich, a boa relação entre os dois países e a admiração de Vargas pelo fascismo europeu contribuíram para isso. Já a Ação Integralista Brasileira, segundo Rafael Atháides, “mediu forças com o governo Vargas e seus interventores em um processo instável, em que aproximação oportunista e repressão eram constantes durante quase toda a década de 1930.”⁴⁴³

Foi após o *Putsch Integralista*, levante político em resposta às ações do governo contra a AIB, e a implementação da campanha nacionalizadora, que se percebe uma mudança efetiva do Estado em relação a esses grupos: alemães e integralistas. Alçados a inimigos da nação, ambos passaram a ser identificados enquanto ameaças à segurança nacional. Para um grupo ou indivíduo ser enquadrado na categoria de “inimigo objetivo”, não era preciso necessariamente uma ação hostil, como ocorreu no caso dos integralistas. Bastava que ele tivesse uma posição política contrária, cujas práticas o governo entendesse como uma ameaça ou não se enquadrassem à norma estabelecida pelo poder estatal. A eleição do inimigo objetivo mudava conforme a necessidade do governo e tinha como principal finalidade servir como álibi das medidas repressivas e centralização de poder nas mãos do Estado.⁴⁴⁴

Buscando se prevenir contra possíveis ações subversivas contra o regime, Getúlio Vargas instrumentalizou a polícia no cotidiano de um intenso controle e repressão social, estabelecendo assim uma lógica de desconfiança contra grupos considerados potencialmente suspeitos. Contudo, mesmo que essa vigilância e controle sobre tais grupos não se caracterizassem necessariamente como uma repressão policial efetiva, foram fundamentais para o levantamento de uma grande quantidade de informações produzida pela DOPS sobre os

⁴⁴³ ATHÁIDES, 2012, p. 44.

⁴⁴⁴ DIETRICH, Ana Maria. Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia Política. [Recurso eletrônico] Humanitas/Fapesp/ Imesp. São Paulo: 2007, p. 43.

mesmos. Essa prática indicava que tais grupos se encontravam inseridos numa lógica de suspeição. Essa suspeição foi, conforme apontou Priscila Perazzo, “uma das características nitidamente perceptíveis na documentação produzida pela Polícia Política nos anos 30 e 40. Grande parte do trabalho dos agentes sustentava-se na prática da desconfiança e da suspeita”,⁴⁴⁵ além da vigilância e da tentativa de eliminação daqueles os quais o Estado definia enquanto “mentores da subversão” ou “inimigos da nação”.⁴⁴⁶

Entretanto, essas ações por parte do Estado não significaram o fim da atuação das atividades nazistas no país. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, ações referentes a propaganda e espionagem nazista continuaram a ocorrer. Em Pernambuco, redes de espionagem e propaganda atuavam intensamente na capital Recife e em cidades do interior. Em contrapartida, a espionagem Aliada atuava em colaboração com a DOPS na tentativa de desbaratamento dessas redes. E, assim, estabelecer vantagem na Batalha do Atlântico.

Nos jornais, as matérias sobre a guerra se repetiam com títulos de cunho “sensacionalista como ‘espões nazistas’, ‘complô nazista’ com o intento de integrá-las ao vocabulário dos que liam, trocavam ideias, transmitiam informações e davam, sob provocação do jornal, a cada caso isolado a dimensão de uma catástrofe quase inevitável”.⁴⁴⁷ Ataques através de discurso de ódio contra os alemães, indiscriminadamente chamados de nazistas, e aos integralistas, indiscriminadamente chamados de “quinta-colunas” eram realizados quase que cotidianamente. Os leitores eram “bombardeados” exaustivamente com esse tipo de conteúdo. Salientamos que era uma prática recorrente da polícia a criação de discursos incriminatórios contra grupos considerados inimigos, como forma de legitimação das ações do governo, tanto no âmbito das relações políticas – como a aliança com os EUA –, como na lógica da repressão. Os jornais têm como objetivo, ontem e hoje, produzir efeitos de sentido aos seus discursos, com o fim de assegurar o seu lugar de construtores da realidade. E para isso – em alguns momentos – podem recorrer a estratégias difamatórias de indivíduos e/ou grupos sociais. Não esqueçamos que nesse momento histórico a imprensa era diretamente regulada e amplamente utilizada pelo governo. Dessa forma, pode-se pensar enquanto quadro social de produção e circulação desses discursos a postura do governo diante do que não se enquadra à norma estabelecida ou que se pretendia estabelecer, entendendo o jogo político enquanto algo fluido e cheio de nuances, que pode sofrer alterações conforme os acontecimentos do momento.

⁴⁴⁵ PERAZZO, 1999, p. 148.

⁴⁴⁶ SILVA, Giselda Brito, 2002, p. 178.

⁴⁴⁷ PEREIRA, Márcio José. **Politizando o cotidiano**: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010, p. 131.

Considerando que as paixões e emoções também fazem parte da história e estão ligadas diretamente ao jogo político, buscamos discutir dentro ainda da questão da construção do inimigo objetivo, a instrumentalização do medo enquanto ferramenta política. O quadro atual do Brasil – o uso recorrente e deliberado de notícias falsas para prejudicar determinados personagens políticos em detrimento de outros (as famosas e muitas vezes lucrativas *fake news*) divulgadas em um aplicativo de mensagens (WhatsApp) e redes sociais (Facebook e Instagram) – reforça a importância de olhar mais de perto para as emoções como estratégia política. O medo, assim como o ódio, como bem pontua Clara Góes, pode se revelar como uma eficaz estratégia de articulação das massas como força política.⁴⁴⁸ Durante tempos de guerra, o medo, o ódio e sentimento de insegurança e ameaça podem chegar a níveis alarmantes. Principalmente, se combinados com o recorrente alarmismo da imprensa.

Com a entrada do Brasil na guerra, houve um maior recrudescimento da repressão aos grupos considerados inimigos potenciais. O discurso da imprensa inflamava o ódio, por vezes o medo, contra a ameaça que representavam todos aqueles oriundos das nações do Eixo ou os que suscitasse algum tipo de relação com os mesmos. O que foi fundamental para que inúmeras denúncias surgissem diariamente sobre possíveis ações nazistas à DOPS. O povo, enquanto sociedade civil, era conclamado a lutar contra o “perigo nazista” e contra “integralistas traidores da pátria”. Segundo Jean Delumeau:

[...] os caracteres fundamentais da psicologia de uma multidão são sua capacidade de ser influenciável, o caráter absoluto de seus julgamentos, a rapidez dos contágios que a atravessam, o enfraquecimento ou a perda do espírito crítico, a diminuição ou o desaparecimento do senso da responsabilidade pessoal, a subestimação da força do adversário, sua capacidade de passar subitamente do horror ao entusiasmo e das aclamações às ameaças de morte⁴⁴⁹

Para Delumeau, “o medo é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável”.⁴⁵⁰ Reflexo esse que, somado a um sentimento de insegurança e personificado em atores ou grupos sociais e suas práticas, pode ter esse mesmo efeito psicológico, ou como é mais popularmente conhecido, esse “efeito manada” levantado no trecho destacado. Uma perda ou diminuição do senso crítico, fúria e uma tendência a tomada de decisões impulsivas e poucos racionais, mais emotivas. Uma combinação que pode ser muito

⁴⁴⁸ GÓES, Clara de. Sobre o ódio. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas**, a atualidade de uma polêmica. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014, p. 25.

⁴⁴⁹ DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴⁵⁰ Ibidem.

perigosa, contudo, bastante eficiente quando usada para fins políticos. Como afirma Clara Góis, o ódio é mobilizador.

É importante ressaltar que, em um período em que não havia a internet, a força da imprensa ainda era muito maior por se tratar de um monopólio em termos de comunicação. A fluidez do posicionamento de boa parte da imprensa (assim como ainda ocorre nos dias atuais) foi bastante importante para o direcionamento da opinião pública sobre a guerra e seus personagens principais: Eixo e Aliados.

Através do apoio das agências de inteligência Aliadas na atuação da contraespionagem, a polícia brasileira conseguiu efetuar uma série de prisões e desbaratar células de espionagem nazistas existentes no país. O aparato jurídico possibilitado pelo estado de exceção permitiu ao Estado promover repressão através de uma esfera militar em tempo de guerra, muitas vezes sob a suspensão de direitos que protegem as liberdades individuais, de maneira legitimada juridicamente, dentro do estabelecimento legal.⁴⁵¹

Os grandes jornais em circulação na cidade realizaram uma ampla cobertura sobre os desbaratamentos das redes de espionagem, dedicando uma série de matérias a questões que iam desde as técnicas utilizadas pelos espiões para estabelecer uma comunicação segura (ou o mais próximo disso) para não serem descobertos pela polícia ou agências internacionais Aliadas que agiam no país, à sua relação com colaboradores brasileiros, integralistas ou não (tidos como traidores). A extensa utilização de documentação produzida e fornecida pela polícia política gerava uma legitimação do discurso jornalístico e produzia o que Foucault chamou de “efeito de verdade” para tais publicações.⁴⁵² Afinal, se a documentação foi disponibilizada por um órgão oficial do governo, ela passa a deter credibilidade e veracidade para muitos. Assim, o discurso oficial do Estado pautou a opinião pública, legitimando o argumento sobre os inimigos da nação, consolidando a história do vencedor como verdadeira e exercendo seu poder sobre a memória e a escrita da história dos vencidos.

Dentro da lógica de suspeição da ditadura do Estado Novo, a atuação dos alemães e dos integralistas foi permeada por uma intensa vigilância policial. Dessa forma, nossa discussão ficou voltada para a trajetória de suas atividades consideradas subversivas através do olhar da polícia política, como também da imprensa do período, ambos dispositivos controlados pelo governo e que serviam de sustentação política ao mesmo. Estabelecemos assim nossa discussão através de um aparato documental proveniente do discurso oficial, do olhar vigilante (porém,

⁴⁵¹ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 17.

⁴⁵² FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 7.

nem sempre eficiente) e muitas vezes opressor do Estado. Contudo, sem ceder às suas insinuações.

Instituições e fontes pesquisadas

- **Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional**

A Offensiva (Jornal Integralista);
A Província;
Diário de Pernambuco;
Jornal Pequeno.

- **Companhia Editora de Pernambuco (CEPE)**

Diário da Manhã.

- **Arquivo Público e Histórico de Rio Claro**

Fundo Plínio Salgado.

- **Revistas**

Esfera (Portugal);
Diretrizes (Rio de Janeiro).

- **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano:**

Prontuários Funcionais:

Ação Integralista Brasileira – 29792;
Agência United Press – 1622;
Ala Littoria – 1626;
Alemanha – 30311;
Atividades nazistas na Alemanha e no mundo (A) – 29444. Envelope 04;
Atividades nazistas na Alemanha e no mundo (B) – 29444. Envelope 05;
Clube Alemão – 29094;
Consulado Alemão – 29444. Envelope: 06;
Contraespionagem – 28569;
Crônicas contra o nazismo – 29444. Envelope: 01;
Departamento de Imprensa e propaganda DIP – 29344;
Espionagem – 27524;
Fábrica de Tecidos Paulista (Sindicâncias) – 29240;
Fábrica Paulista: 31771 A/ 31771 B;
Fotos, Recortes, Jornais, Portarias, Termos, Informações – 28663;
Integralismo – 1066 A;
Partido Nazista de Pernambuco – 29238;
Prontuário funcional: 8614 B;
Rádio Clube – 1106.

Prontuários Individuais:

Carlos Fink – 7473;
Ernest W. Luedmann – 7714;
Erwin Kalk. – 4949;
Gerardo Melo Mourão – 2090;

Guilherme Alexandre Berzin – 9165;
Hans Sievert – 6575;
Herm Stoltz – 7349;
Karl Von Den Steinen – 7357.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: história dentro da história. *In*: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.
- ALMEIDA, Graça Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- ARARIPE, Luiz de Alencar. Tratado de Versalhes (1919). *In*: MAGNOLI, Demétrio, (org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta** — 2. ed. — São Paulo: Contexto, 2012.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 475.
- ATHAÍDES, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná (1933-1942)**. Maringá: Eduem, 2011.
- _____. **As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do Eixo: os camisas-verdes e o jornal integralista Ação**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.
- BERTONHA, João Fábio. Além das palavras e do discurso: questões metodológicas para o estudo do antissemitismo integralista. *In*: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014.
- _____. **O Integralismo e sua história: Memória, fontes e historiografia**. Salvador: Editora Pontocom, 2016.
- BONOW, Stefan Chamorro. As Listas Negras e a Grande Guerra: Repercussões sobre Capital e Trabalho Germânicos em Porto Alegre. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, ago./dez. 2010.
- BRITO, Tássio Araújo. **A Toga e a Espada: Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na Justiça Militar (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- _____. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 65-86, 2010.
- _____. Plínio Salgado em Portugal (1939-1946): um exílio bastante peculiar. *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, jul. 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu. **Repressão ao Estado Novo**: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a política da era Vargas. Brasília, UnB, 1994.

_____. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. *In* PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **Entre prerrogativas e regras**: justiça criminal e controle político no regime Vargas (1930-1945). Cadernos do Tempo Presente, n. 15, mar./abr., p. 02-35 | www.getempo.org, 2014.

_____. Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 141-156, 2005. Editora UFPR.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: DELGADO, Lucilia Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano**. v. 2 - O Tempo do Nacional-Estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Propaganda política no Varguismo e Peronismo: caminhos metodológicos. *In*: GUAZZELI, César Augusto Barcellis *et al.* (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre, 2000.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do Sigma ao Sigma** – entre a anta, a águia, o leão e o galo - a construção de memórias integralistas. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. **Projetos de Mulher**: a educação feminina na família integralista. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da Polícia Política Brasileira**: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

_____. **Força, medo, liberdade**: algumas coisas não combinam entre si... *In*: LERNER, Júlio (coord.). Cidadania, Verso e Reverso, São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 1997/1998, pp. 37-43

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (org.). **A Imprensa Confiscada Pelo DEOPS - 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial: Arquivo do Estado, 2003

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. Propaganda e revolução: os caminhos do impresso político: 1930-1945. *In*: TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloisa (orgs.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações**: propaganda, ideologia, historiografia e memória. [Recurso eletrônico]. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

CARVALHO, Gregório Echeverria de. **Política externa e política comercial brasileira entre 1930 e 1942: comércio e defesa nacional**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CORDEIRO, Philonila. **Ascensão das Ideias Nazistas em Pernambuco: Quinta-Coluna em Ação (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. Guerra de palavras: a construção do inimigo “quinta coluna” pela imprensa pernambucana durante a segunda guerra Mundial. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, ano 6, v. 6, n. 1, jan./fev./mar. 2009. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós!”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CRUZ, Natália dos Reis. **O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DANTAS, Elyaldo Gonçalves. **Gustavo Barroso, o führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIETRICH, Ana Maria. Entre sigmas e suásticas: o nazismo e integralismo no Sul do Brasil. In: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. 2ª edição [Recurso eletrônico] - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

_____. **Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Nazismo versus integralismo no Sul do Brasil: “algo extraordinário na visão do III Reich”. In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Novas e velhas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014

_____. Partido nazista brasileiro tinha hierarquia, organização nacional e jornais que divulgavam as notícias e a ideologia do III Reich. **Revista de História**, nov. 2007.

_____. **Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia Política**. [Recurso eletrônico] Humanitas/Fapesp/ Imesp. São Paulo: 2007

DOMENACH, Jean Marie. **A propaganda política**. [Recurso eletrônico] São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1955.

DOTTA, Renato de Alencar. Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro – Da AIB ao ciberintegralismo (1932 a atualidade). **Boletim do Tempo Presente**, nº 03, de 12 de 2012, p. 1-15.

EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera**: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FÁVERI, Marlene de. A repressão no governo Vargas e as medidas coercitivas aos simpatizantes do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. **Cena Internacional**, Brasília, v. 8, n. 2, pp. 193-216, 2006.

FERRAZ, João Grispum. **Ordem e Revolução da república de Weimar**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FELDHUES, Paulo Raphael. Imprensa e Cultura Política: Caminhos do Espaço Público no Estado Novo pernambucano. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, ano 3, v. 6, n. 2, dezembro de 2008.

FONSECA, Manoel Felipe Batista da. **Base Fox**: aspectos do estabelecimento e desenvolvimento da base naval da U.S. Navy no Recife durante a campanha do Atlântico Sul (1941-1943). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FONSECA, Maria Ângela Peter da. **Estratégias para a preservação do germanismo (Deutschum)**: Gênese e Trajetória de um Collegio Teuto-Brasileiro Urbano em Pelotas (1898-1942). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

FORTES, Alexandre. A espionagem aliada no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: Cotidiano e política em Belém na visão da inteligência militar norte-americana. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 81-115, ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. *In*: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANZOLIN, João Arthur Ciciliato. **Joaquim Inojosa e o Jornal Meio-Dia (1939-1942)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

GERTZ, René E. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de História**, v. 16, n. 2, 2008.

_____. Quase dois irmãos: As semelhanças e diferenças entre os integralistas e nazistas brasileiros. **Revista de História**. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/quase-dois-irmaos>>. Acesso em: 23 jul. 2016

_____. **O Perigo alemão**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1998.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. O cultivo do ódio. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

GÓES, Clara de. Sobre o ódio. *In*: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014.

GREGOR, V. **Imigração alemã**: formação de uma comunidade teuto-brasileira. *In*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

HAAG, Carlos. Entre a feijoada e o chucrute. **Revista Pesquisa Fapesp**, 140, 2007, P. 80-85.

HILTON, Stanley. **A guerra secreta de Hitler no Brasil**: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

_____. **Suástica sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos** – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ISOLAN, Flaviano. A guerra pelos cinemas: o cinema como instrumento da política externa alemã para o Brasil. *In*: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KUEHNE, João. **O Integralismo Nazi-Fascista em Santa Catarina**. *In*: DELEGACIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. O Punhal Nazista no Coração do Brasil. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

LENHARO, Alcir. **Nazismo**: o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 1989.

LEWIS, Susan. **Indesejáveis e Perigosos na Arena Política**: Pernambuco, o antissemitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. **Política e estratégias de dominação: a Segunda Guerra Mundial e o campo de concentração Chã de Estevão**. V Colóquio de História. Perspectivas históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio. 16, 17 e 18 de 2011.

LUCAS, Taís Campelo. **Nazismo d'além mar**: conflitos e esquecimento. (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MACEDO, Ranielle Cavalcante. **História, memória e espaços**: experiências dos ex-combatentes de parselhas- RN na defesa do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

MONTEIRO, Maria Lana. **Súditos do Mal**: O Cotidiano da Repressão Policial em Pernambuco (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MOURA, Carlos André Silva de. **Integralistas e católicos: as relações discursivas entre intelectuais católicos pernambucanos e a Ação Integralista Brasileira (1930-1937)** In: SILVA, Giselda Brito (org.). Estudos do integralismo no Brasil. 2ª edição [recurso eletrônico] – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

NEVES, David Rodrigues Silva Neves. **O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas (1936-1938)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

NUNES, Diego. O Tribunal de Segurança Nacional e o valor da prova testemunhal: o debate sobre o princípio da livre convicção do juiz a partir do julgamento do processo nº. 1.355. **Revista Eletrônica Direito e Política da UNIVALI**, Itajaí, v. 8, n. 2, 2º quadrimestre de 2013.

OLIVEIRA, Flavio Dos Santos. **Reflexões sobre o integralismo em Cachoeiro de Itapemirim: contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa Integralista, imprensa militante (1932-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PACHECO, Thiago. Gênero e serviço secreto: as mulheres na perspectiva da polícia política durante o Estado Novo e a república de 1946. **Revista Cantareira** - Edição 24 / jan./jun., 2016.

_____. Sistema de espionagem e contra espionagem brasileira durante a Segunda Guerra Mundial In: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida N. Delgado (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PARAÍSO, Rostand. **O Brasil e a II Guerra Mundial**. Recife: Bagaço, 2003.

PAXTON, O Robert. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 101.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1999

_____. **Prisioneiros de guerra: a reclusão dos imigrantes indesejáveis (Brasil: 1942-1945)**. Seminários – nº 3. Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República. Projeto Integrado do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, 2003.

PEREIRA, Márcio José. **Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. A ditadura das imagens: cinema e propaganda nos regimes políticos de massas da Europa e da América Latina (1922 - 1955). In: SCHURTER, Karl;

LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, pp. 101-131, 2003. Editora UFPR.

QUINTANEIRO, Tânia. A LATI e o projeto estadunidense de controle do mercado de aviação no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 223-234, jan./jun. 2007.

RIBAS, Antônio de Lara. O Nazismo em Santa Catarina. *In*: DELEGACIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

_____. O Nazismo em Santa Catarina. *In*: Delegacia da Ordem Política e Social de Santa Catarina. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

ROCHA, Rafael Pires. **Propaganda Política e Censura no Estado Novo em Pernambuco (1937-45)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. **Extrema direita e questão nacional: o nazismo no Brasil dos anos 30**. IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais. 7, 8 a 11 de outubro de 2007. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão

SCHMIDT, Patrícia. **Plínio Salgado: O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCHURSTER, Karl. **A Guerra como metáfora: aspectos da propaganda do Estado Novo em Pernambuco (1942-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.

_____. **A História do Tempo Presente e a nova historiografia sobre o Nacional Socialismo**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Flugblätter e a propaganda alemã durante a Segunda Guerra: um estudo teórico sobre a aplicabilidade de um conceito**. XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal - RN, 22 a 26 de julho de 2013. ANPUH – Brasil.

_____. O “inverno do descontentamento” na propaganda de preparação para Segunda Guerra em Recife. **Revista Navigator**, v. 9, n. 17, 2013.

_____. **Com que roupa eu vou para a guerra que você me convocou?** Política e Imprensa durante a Segunda Guerra Mundial em Pernambuco (1942-1945). *In*: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo; Ferrer, Jorge. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2010.

SILVA, Carlos Teixeira da. Sobre os tribunais do Terceiro Reich: os fascismos e as ditaduras, o que ainda há para estudar? *In*: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira

da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014.

_____. Por uma história comparada das ditaduras. *In*: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo (orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Giselda Brito. A direita exilada: o caso de Plínio Salgado e a experiência do Salazarismo nos tempos da Segunda Guerra. *In*: SCHURTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Carlos Teixeira da; SILVA, Giselda Brito (orgs.). **Velhas e novas direitas, a atualidade de uma polêmica**. Recife: Ed. Universidade de Pernambuco, 2014.

_____. **A Lógica da suspeição contra a força do Sigma**: discursos e política na repressão aos integralistas em Pernambuco. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. No entre guerra, a situação dos integralistas na implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas. **Projeto História**, São Paulo, p. 229-241, jun. 2005.

_____. **O integralismo e o Estado Novo**: diálogos e confrontos. Recife, EDUFERPE, 2017.

_____. O integralismo em Pernambuco: uma história entre tantas da Ação Integralista Brasileira. *In*: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. 2ª edição [recurso eletrônico] – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SILVA, Marcília Gama. **DOPS: A Lógica da Vigilância e do Controle Político e Social em Pernambuco entre 1930 e 1958**. O Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos, 2017. Disponível em: <http://obscurofichario.com.br/artigo/dops-a-logica-da-vigilancia-e-do-controle-politico-e-social-em-pernambuco-entre-1930-e-1958/#_ftn3>.

_____. **O D.O.P.S e o Estado Novo**: Os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA, Marina Helena Chaves. **Vivendo com o outro**: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SIMÕES, Renata Duarte. **Educação e escolas na ação integralista brasileira**. VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Matrizes Interpretativas e Internacionalização. 29 de junho a 2 de julho de 2015, Universidade Federal de Maringá.

SINGER, Leonardo. Considerações sobre a relação entre a inteligência e seus usuários. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: Abin, n. 5, out. 2009.

TEMPONE, Victor. A Batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial. **Revista Navigator**, v. 9, n. 18, 2014.

TRINDADE, Hélió. **A tentação fascista**: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

_____. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, Difel, 1979.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: o antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário na revista Vida Policial (1942-1944)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2008.